

André Luis Rosa Ribeiro

# Família, Poder e Mito

o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)



REPRESENTAÇÃO DE FOLHETO



ESCALA GRÁFICA

LEGENDA: 1 CM = 1 KM

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

UNIDADE POLÍDICA

MEMBRAS DE ORDEM 2ª e 3ª

ESTADOS DE 1888

COORDENADA

LONG. N. 21° 30' 00" W.

DE RELAÇÃO À CAPITAL DO ESTADO

POPULAÇÃO 10000 HAB.

ÁREA TOTAL 100 KM²

**esiu**  
**edits**  
Editora da UESC

André Luis Rosa Ribeiro

# **Família, Poder e Mito**

o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)



© 2001 by ANDRÉ LUIS ROSA RIBEIRO

Direitos desta edição reservados à  
EDITUS - EDITORA DA UESC  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45650-000 Ilhéus, Bahia, Brasil  
Tel.: (073) 680-5028 - Fax (073) 689-1126  
http://www.uesc.br e-mail: editus@uesc.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

CÉSAR BORGES - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ERALDO TINOCO MELO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

RENÉE ALBAGLI NOGUEIRA - REITORA

MARGARIDA CORDEIRO FAHEL - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS:

MARIA LUIZA NORA

PROJETO GRÁFICO E CAPA:

ADRIANO LEMOS

FOTO DA CAPA

FAMÍLIA BITTENCOURT (ACERVO DO AUTOR)

CONSELHO EDITORIAL:

ALTENIDES CALDEIRA MOREAU

DÁRIO AHNERT

DORIVAL DE FREITAS

FRANCOLINO NETO

HENRIQUE CAMPOS SIMÕES

JANE KÁTIA BADARÓ VOISIN

LURDES BERTOL ROCHA

MARIA DE LOURDES NETTO SIMÕES

MARIA LAURA OLIVEIRA GOMES

REINALDO DA SILVA GRAMACHO

PAULO DOS SANTOS TERRA

ROSANA LOPES

SEBASTIÃO CARLOS FAJARDO

EQUIPE EDITUS

**DIRETORA DA EDITORA:** MARIA LUIZA NORA; **COORD. DE DIAGRAMAÇÃO:** CRISTIANO MAIA;

**DESIGN GRÁFICO:** ADRIANO LEMOS; **COORD. DE ARTE-FINAL:** GEORGE PELLEGRINI;

**SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO:** MARIA SCHAUN; **REVISÃO:** MARIA LUIZA NORA, DORIVAL DE

FREITAS; **COORD. DE POLÍTICA EDITORIAL:** JORGE MORENO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R789 Ribeiro, André Luis Rosa.  
Família, poder e mito : o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912) / André Rosa. - Ilhéus : Editus, 2001.  
168p.:il.

ISBN: 85-7455-042-6

1.Família - Ilhéus (Ba) - História-1880-1912. 2.Ilhéus (Ba) - Bahia - História. I. Título.

CDD - 306.8098142

## ABREVIATURAS UTILIZADAS

ADSJI - Acervo da Diocese de São Jorge dos Ilhéus

AFEDEC - Acervo do Fórum Epaminondas Berbert de Castro

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

APMI - Arquivo Público Municipal de Ilhéus

APSCN - Autos do Processo da Sesmaria Castelo Novo

PCVC - Primeiro Cartório da Vara Cível

SJ - Seção Judiciária

## Agradecimentos

Ficam aqui registrados meus agradecimentos a Antonio Guerreiro de Freitas, Janete Ruiz de Macêdo, Antonio Pereira Souza, Mary Ann Mahony, família Accioly Dória, Antônio Lavigne de Lemos, família Homem d'El-Rey, Raymundo e Itassucê Sá Barretto, Victório Kruschewsky Badaró (*in memoriam*), Mário de Castro Pessoa, família Adami de Sá, Stela Dalva Teixeira, Flordeni Matos, Edy Novais, Dorival de Freitas, Dionê Pereira Rosa de Matos Ribeiro, Prefeitura Municipal de Ilhéus e Universidade Estadual de Santa Cruz.

Ao meu filho, Guilherme, e à memória de Maria Catharina Lavigne de Lemos

# Sumário

Apresentação .....	11
Introdução .....	13

## **Família e Território**

Parentesco (alianças de sangue) .....	25
Maria Eponina Melo Homem d'El-Rei .....	37
A família extensa Sá e suas origens no Sul da Bahia .....	41
As sesmarias e o distrito do Almada .....	52
Cacau, escravos e minérios .....	58

## **Família e Poder**

O poder municipal no Império .....	79
A microfísica republicana .....	86
Uma sociedade dividida: 'adamismo' vs. 'pessoísmo' .....	90
O coronelismo e o poder familiar .....	95

## **Família e Mito**

Representação histórica e mito .....	109
Artur e Eusínio Lavigne: os herdeiros do adamismo .....	118
Literatura e mito: Amado e Adonias Filho .....	124
Historiografia regional: rupturas e permanências. ....	129
Considerações finais .....	141
Fontes Manuscritas .....	157
Fontes Hemerográficas .....	157
Fontes Orais .....	157
Bibliografia .....	159
Anexo .....	165

# Apresentação

O presente trabalho de pesquisa privilegia o estudo e os mecanismos de poder por ela engendrados na sociedade ilheense no período de transição entre a monarquia e o regime republicano. Acentua-se o interesse devido ao contexto regional e local durante a fase de consolidação da lavoura cacaeira, figurando a sua produção entre as principais, na pauta de exportações da Bahia.

A família, como estrutura de relações de parentesco e de afinidade (casamento e compadrio), prima pela utilização de variados mecanismos para a manutenção dos bens materiais e simbólicos constituintes do seu patrimônio. A família impõe adaptações sobre a materialidade, de modo a persistir, face à sucessão dos seus membros. A continuidade do patrimônio pressupõe sucessores com direito *jus in re*, os quais possuem a prerrogativa de impor deveres a todas as pessoas de um grupo. Na busca pela continuidade do patrimônio e da utilidade familiar através do tempo, estratégias e adaptações são construídas e implementadas como forma de flexibilização dos padrões organizatórios das relações de parentesco e de afinidade.

Os casamentos preferenciais e os casamentos com pri-

mos - a endogamia -, são regimes através dos quais o indivíduo contrai matrimônio no interior de sua própria classe, como forma de preservação da identidade grupal ou familiar. Essas regras formalizadas visam à transmissão de propriedade em um mesmo grupo familiar, mantendo e, ao mesmo tempo, ampliando essas propriedades. As estratégias e transações políticas entre grupos familiares possibilitaram a mobilidade no campo socioeconômico. Formadas em torno da descendência patrilinear, essas estratégias requerem arranjos particulares, visando à perpetuação da família como um grupo unificado através do sobrenome e da ocupação.

A possibilidade de estudo da família, entendida como um dado cultural e não apenas como um dado econômico, advém das mudanças teórico-metodológicas impostas à historiografia durante o século XX e do surgimento de novas abordagens, fontes e objetos de pesquisa no campo social. Dessa forma, trouxemos para o nosso trabalho a perspectiva de relacionar a família à noção de territorialidade, de pertencimento sociocultural a um grupo de origem, com localização territorial específica.

O enfoque do estudo baseia-se nas práticas sociais desenvolvidas pela família no município de São Jorge dos Ilhéus, vinculadas ao poder e ao território, este último matriz de uma identidade. A noção de representação está fundamentada nas relações sociais que se exteriorizam através de símbolos e práticas. A exteriorização das práticas e mecanismos de poder são distinguidas nas imagens produzidas e nos símbolos construídos.

As propriedades rurais, o retrato de família, os túmulos, são formas de representação em que é possível enxergar a tentativa de confirmação e perpetuação da condição social de um grupo, considerando-se toda a imagem como uma mitografia em potencial, como um ato de linguagem. Entendida a mitografia como toda uma rede de signos que, pelo viés da imagem, inscreve os mitos de uma sociedade.

# Introdução

O município de São Jorge dos Ilhéus, situado no litoral sul da Bahia, data da primeira metade do século XVI, quando da introdução do sistema de capitanias hereditárias no Brasil pelo governo português. As capitanias hereditárias, ou donatárias, surgiram como uma tentativa de solucionar as dificuldades de ocupar e colonizar o dilatado espaço geográfico constituído pela Colônia.

Parte daí a decisão do rei português, D. João III, de dividir as suas terras em lotes, doados à indivíduos com suficientes recursos financeiros para o vulto do empreendimento. Os lotes possuíam caráter hereditário e observavam o sistema jurídico português. O donatário tinha como principais funções a fundação de vilas, a nomeação de autoridades e doação de terras no regime de sesmarias, o que deu início à forma privada de propriedade no território brasileiro.

A capitania dos Ilhéus coube a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real, que obteve a carta de doação em 26 de junho de 1534. A carta de foral, ou foral da capitania, onde se fixavam os direitos, foros e tributos que se haveria de pagar ao rei e ao capitão-mor, figura às folhas 70 do Livro 10 da Chancelaria de D. João III, com data de 1º de abril de 1536.<sup>(1)</sup>

A criação e fundação do município de São Jorge dos Ilhéus esteve a cargo do castelhano Francisco Romero, preposto do donatário Jorge de Figueiredo. A capital da donataria, anteriormente situada no morro de São Paulo, foi localizada no cimo do morro situado à margem esquerda da foz comum dos rios Cachoeira, Fundão e do Engenho, conhecido como rio dos Ilhéus. A elevação recebeu originalmente o nome de Santo Antônio e, posteriormente, de São Sebastião. Com a evolução urbana da vila e o seu gradativo abandono, passou a ser conhecido como morro da Vila Velha.

Em sua obra *A capitania de São Jorge e a década do açúcar*, Coelho Filho defende que a transferência da vila de São Jorge para o morro de São Sebastião se deu entre os anos de 1545 e 1546, período em que o donatário promoveu uma série de parcerias e arrendamentos nas terras laterais do rio dos Ilhéus. Outro motivo para a transferência foi a destruição da capitania da baía de Todos os Santos, em 1545, pela nação tupinambá. Os capitais privados foram transferidos para o território tupiniquim, mais ao sul, com a construção de engenhos e de vilas, como as de São Jorge dos Ilhéus e, posteriormente, Camamu.<sup>(2)</sup>

A agricultura municipal, no período compreendido entre a fundação da capitania e o início do século XIX, esteve baseada no cultivo de mandioca e cana-de-açúcar, cultivos que não conseguiram incrementar sua economia, nem tampouco regionalizar seu imenso espaço geográfico. De acordo com Falcón,<sup>(3)</sup> mesmo o processo de fracionamento das terras em sesmarias, ocorrido durante o século XVIII, não foi suficiente para mudar o quadro local. Com a introdução e implementação comercial da lavoura cacaeira, a partir da primeira metade do século XIX, o município de São Jorge dos Ilhéus passou por uma radical transformação sócioeconômica, consolidando-se como o maior produtor mundial de cacau.

Estimulado pelas condições favoráveis do mercado internacional, o cultivo do cacau inicia um processo contínuo de expansão. Por volta de 1870, o município ilheense alcançou

o topo da lista de produtores de cacau, com a safra de 1,2 milhão de quilos. Duas décadas depois, em 1890, a produção subiu para 3,5 milhões de quilos, sendo responsável por 21% das exportações do Estado.<sup>(4)</sup>

O fato de o cacau possibilitar a formação de capital fez com que parte do excedente econômico acumulado fosse aplicado na formação e manutenção de partidos políticos, entre os quais dividia-se o eleitorado em facções até certo ponto inconciliáveis. O município era, então, o reduto por excelência dos coronéis, cujo poder privado ocupava os espaços deixados pelo Estado. O momento crucial das disputas entre as facções ocorria quando das eleições para as vagas na Câmara Municipal, durante o Império, e para a Intendência Municipal, no período da República Velha:

*Ter a intendência significava controlar as máquinas administrativa, policial e jurídica, vitais numa região onde sempre inexistiu qualquer prática democrática.*<sup>(5)</sup>

Como maior produtor de cacau do Brasil, o município, enriquecido, teve a luta por seu domínio político e econômico intensificada, dividindo a classe dominante em um profundo facciosismo. A luta entre as facções da burguesia local fez com que grupos antagônicos de cunho familiar se aglutinassem nos partidos políticos existentes: conservadores e liberais, no Império, e, depois, federalistas e constitucionalistas, na República Velha. Estes últimos eram conhecidos no município pelas alcunhas de “adamistas” e “pessoístas”, originadas dos nomes de seus principais líderes: coronéis Domingos Adami de Sá e Antonio Pessoa da Costa e Silva, ambos coronéis da Guarda Nacional.

O coronel Domingos Adami era membro da família extensa Sá, cujo prestígio político e social na região remonta ao século XVIII. Latifundiários e escravocratas, os membros dessa família ocuparam o poder municipal quase que ininterruptamente durante o século XIX e início do século

XX, dominando extensas faixas de terras e os principais cargos públicos, através de parentes e compadres, quase todos proprietários nos antigos distritos municipais do Iguape e Almada. A oposição ao governo Seabra levou a família extensa Sá e seus aliados políticos ao ostracismo político, imposta a chefia municipal ao coronel Antonio Pessoa, seu tradicional opositor desde o período imperial.

Este último, atuando como promotor público e depois deputado provincial, adquirira prestígio político e social perante a sociedade local. Arregimentando famílias rivais e dissidentes do grupo adamista em um partido local sob sua liderança, Pessoa articulou uma ferrenha campanha política e ideológica, principalmente através da imprensa, contra o grupo liderado pelos Sá. Ao mesmo tempo, articulou-se com dissidentes do grupo político rival, a maior parte deles fazendeiros do distrito de Cachoeira de Itabuna e ligados entre si por laços de parentesco e compadrio.

É importante notar que, assim como nos distritos do Iguape e do Almada os fazendeiros do Cachoeira ligavam-se entre si por uma intensa rede matrimonial, principalmente os de origem alemã, descendentes dos colonos chegados no início do século XIX. Esse fato pode ser constatado nos cemitérios rurais do município, tanto no da fazenda *Cordilheira*, no Cachoeira, quanto no da fazenda *Almada*, pois lá estão enterrados diversos membros dessas famílias. Seus túmulos testemunham a intensa ligação existente entre parentesco e vizinhança. Tal fenômeno foi exteriorizado nos partidos políticos ilheenses do período, geograficamente divididos em núcleos específicos de influência, os antigos distritos municipais, estabelecendo uma estreita relação entre família, poder e território.

Essas redes de alianças são possíveis devido ao próprio sistema patriarcal, fazendo com que os laços intra e interfamiliares fossem desenvolvidos em torno da parentela e da clientela. Como argumenta Mattoso, nesse período histórico, era “no âmbito da família, ou das famílias, tomadas no seu sentido mais amplo, ou em torno delas”, que se tecia

a trama das relações sociais.<sup>(6)</sup>

A partir dessas considerações iniciais, visamos a formar um quadro político e social do município de São Jorge dos Ilhéus, na fase de consolidação da monocultura cacaueteira no sul baiano. Para tanto, houve a necessidade de estudo das relações de poder construídas através das relações de parentesco no município, ao longo do século XIX, tendo por fim investigar a importância do papel histórico das alianças de casamento levadas a termo pela elite rural. Entendendo ser o processo de alianças um fenômeno universal, a análise do município de São Jorge dos Ilhéus foi feita através da compreensão das estratégias utilizadas pela família extensa Sá, uma das mais significativas da região cacaueteira e líder da política municipal, desde as primeiras décadas do século XIX ao início do século XX.

A delimitação temporal de um estudo, apesar de se constituir em um gesto arbitrário do pesquisador, é um recurso indispensável para sua melhor compreensão. Assim sendo, foi delimitado o período compreendido entre a década de 1880, ascensão do coronel Domingos Adami de Sá ao poder político municipal, e a década de 1910, quando a oligarquia dominada pelos Sá é derrubada do poder pelo advento do seabrismo na Bahia. A ascensão de J.J. Seabra ao governo da Bahia levou a família extensa Sá e seus aliados políticos ao afastamento dos cargos públicos, os quais foram transferidos aos aliados do coronel Antonio Pessoa, dando início à *era pessoísta*.

A falta de estudos sobre a sociedade e política local no século XIX estabeleceu a iniciativa de estudar as permanências e rupturas havidas no processo histórico de transição da policultura para a monocultura cacaueteira, ocorridas no âmbito municipal. A investigação sobre o sentido histórico de uma família extensa em particular é, sobretudo, um estudo da elite agrária local e de seus conflitos internos gerados pela disputa do poder municipal. No processo histórico de adaptação ao ambiente no qual se insere, a instituição família possui lógica e dinâmica próprias, utilizando frequentemente

o recurso de alianças e transações para sua perpetuação. A estratégia de casamentos dentro do próprio grupo social, desenvolvida entre as famílias de grandes proprietários no mercado matrimonial, possibilitou sua mobilidade, tanto econômica, quanto política, no contexto regional.

O federalismo trazido pela República e o conseqüente relaxamento da centralização política no Brasil deram origem ao ressurgimento do poder local, característica comum do coronelismo. Em estados como a Bahia, onde não existiam partidos solidamente estruturados, prevaleceu “um coronelismo baseado na prepotência familiar e individual”.<sup>(7)</sup>

De acordo com Pang,<sup>(8)</sup> esses núcleos familiares, por ele denominados de clãs, tinham no Brasil uma função de cunho corporativista. Além dos laços de parentesco consanguíneo, eram incluídas as relações de parentesco espiritual (compadrio) e de afinidade (casamento e adoção). Esses núcleos familiares, ou clãs, tinham como principal função defender seus interesses na esfera sócio-econômica contra grupos rivais e tinham o município como sua base territorial e política.

Segundo Foucault, não existe sinomínia entre Estado e poder. O Estado não pode ser considerado como um aparelho central e exclusivo de poder, mas, sim, como conseqüência de uma articulação de poderes locais, específicos de uma área de ação:

*Rigorosamente 'o' poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O poder (...) funciona como uma máquina social que não está situada em um lugar exclusivo. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação.*<sup>(9)</sup>

Como conseqüência da fragilidade do Estado brasileiro durante a República Velha, o coronelismo transformou o município em um espaço de domínio privado, um pequeno estado quase autônomo em relação ao poder central. O fenômeno coronelístico estabeleceu uma rede de poder que par-

tia da periferia para o centro, do nível micro para o nível macro.

Raymundo Faoro justifica a descentralização do poder através da dinâmica do sistema republicano. A introdução dos cargos eletivos, principalmente o executivo estadual, leva ao deslocamento do eixo decisório para as unidades da federação, num movimento que culmina na chamada “política dos governadores”, uma acomodação do poder central com as oligarquias estaduais, dominadas pelas famílias da elite rural.<sup>(10)</sup>

É possível identificar entre os tipos de relações que permitem descrever a sociedade basicamente rural, como a do município ilheense no século XIX, um campo de base territorial que inclui povoados e vizinhanças, e outro de base social, onde o parentesco é uma das conexões predominantes.<sup>(11)</sup> Kátia Mattoso assevera que o conceito de família no Brasil é amplo e surge como o próprio fundamento da vida associativa em seus diferentes níveis:

*Compreender o fato familiar e o papel fundamental que representou e ainda representa, é levantar o véu de uma explicação para melhor apropriar-se daquilo a que os historiadores costumam chamar de a realidade brasileira. Isto é tanto mais verdadeiro quanto, tratando-se das sociedades do Nordeste, as realidades familiares, pelos laços indestrutíveis que souberam estabelecer, laços multifários, encontram-se no centro dessa realidade.<sup>(12)</sup>*

Evidentemente, em sociedade alguma as pessoas se organizam socialmente apenas em linhagens ou outros tipos de grupos fechados. Sempre existem aberturas, na medida em que o parentesco genealógico se estende para pessoas de fora, criando uma espécie de corporativismo. O parentesco dá sentido ao corporativismo, seguindo uma orientação hierárquica, com a predominância do todo englobante sobre o indivíduo.

Ao analisar as sociedades rurais, Wolf<sup>(13)</sup> enfatiza as ali-

anças verticais, isto é, a patronagem. Esse tipo de coalização forma os “grupos de descendência”, entre os quais, o de descendência política, que atua na defesa do poder contra grupos rivais. O estudo do parentesco é fundamentalmente o estudo das relações que unem os homens entre si, mediante laços de sangue e de afinidade. Segundo Hérítier,<sup>(14)</sup> o termo consangüinidade designa um conjunto cognático ligado a um ancestral-tronco por intermédio de homens e mulheres em linha direta ou em linha colateral numa cadeia genealógica.

Essa definição puramente biológica é complementada na maioria das sociedades, inclusive na nossa, pela consangüinidade resultante de uma escolha. Tanto que, a adoção e o casamento criam laços jurídicos tão fortes quanto os da consangüinidade genética. A consangüinidade é, nas sociedades humanas, uma relação social estabelecida e aceita como sendo característica dos sistemas de parentesco, que possui uma certa autonomia das leis naturais da espécie. A reprodução dos homens seria, em última instância, um meio de reprodução social. Essa reprodução é uma parte simbólica da sociedade, existindo na consciência dos homens como um sistema de representações:

*Vista de fora, a comunidade como um todo desenvolve uma série de atividades e mantém certas representações coletivas. Vista a partir de dentro, ela define os direitos e os deveres de seus membros e prescreve amplos segmentos de seu comportamento.*<sup>(15)</sup>

Segundo Hérítier<sup>(16)</sup>, foi a partir de um dado biológico elementar que o pensamento humano se aperfeiçoou, aprendeu a lidar com símbolos, explorando as possibilidades lógicas de combinações paradigmáticas que esse substrato pôde fornecer, e elaborou os grandes tipos de sistema de parentesco que se vêem atualmente nas formas tal como a história da humanidade as modelou. A forma mais visível desse sentimento está expressa na construção das famílias extensas

através das alianças matrimoniais, geralmente entre famílias vizinhas e aliadas políticas. Dessa forma, a territorialidade é, fundamentalmente, uma relação entre indivíduos.

Pudemos perceber a força desse fenômeno no município ilheense, tomando o antigo distrito do Almada como referência. Através do cruzamento de dados obtidos na análise de escrituras e processos de terras, consultados no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia e do Fórum Epaminondas Berbert de Castro, e do Registro Eclesiástico do município, estabelecemos a localização espacial das propriedades dos membros da família extensa Sá, no período delimitado pelo estudo.

Somamos a essas fontes o registro de casamentos da Diocese de São Jorge dos Ilhéus, cujo teor traz significativas informações a respeito das alianças matrimoniais estabelecidas entre as famílias de grandes proprietários de terras municipais, além de documentos particulares em posse das famílias Sá, Adami e Homem d'El-Rei, como escrituras de propriedades rurais, certidões de batismo, cartas e fragmentos de diário.

Um passo de grande importância para esse trabalho foi a consulta à hemeroteca do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz, onde consultamos nos álbuns da *Gazeta de Ilhéos* (1901 a 1904) e do *Jornal de Ilhéos* (1912), artigos relativos à situação político-administrativa municipal, questões de terra e acontecimentos sociais (casamentos e batizados).

## Referências Bibliográficas

- (1) - SALES, F. *Memória de Ilhéus*. São Paulo, GRD. 1981. p. x.
- (2) - COELHO FILHO, L. W. *A capitania de São Jorge e a década do açúcar*. Salvador: Vila Velha, 2000. p. 23-24.
- (3) - FALCÓN, G. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá, 1995. p. 39.
- (4) - PANG, E. S. *Coronelismo e oligarquias (1889-1934): A Bahia na primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 73.
- (5) - FALCON, G. op. cit. p. 99.
- (6) - MATTOSO, K. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 207 e 211.
- (7) - PALACIN, L. *Coronelismo no Extremo-Norte de Goiás*. Goiânia: CEGRAF; São Paulo: Edições Loyola, 1990. p. 39.
- (8) - PANG, E. S. op. cit. pp. 23-25.
- (9) - FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1970. p. xiv.
- (10) - FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976. p. 621.
- (11) - WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ednub, 1995. p. 43.
- (12) - MATTOSO, K. *Família e sociedade na Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988. p. 16.
- (13) - WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 120.
- (14) - HÉRITIER. *Parentesco*. Enciclopédia Einaudi. v. 20. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. p. 29.
- (15) - WOLF, E. op. cit. p. 507.
- (16) - HÉRITIER, F. op. cit. p. 30.



Mapa do antigo município de Ilhéus  
*Acervo pessoal do Sr. Raymundo Kruschewsky G. Ribeiro*

## Parentesco (alianças de sangue)

O termo parentesco baseia-se, ao mesmo tempo, em um vínculo biológico e em uma aliança social que definem os indivíduos aparentados entre si, sendo uma das instituições que norteiam a vida do homem em sociedade.

Quanto ao parentesco endogâmico, largamente utilizado pela elite agrária do município de São Jorge dos Ilhéus, representa uma espécie de compromisso matrimonial entre os membros de um mesmo grupo familiar, preferencialmente entre primos do 1º grau. O conceito de endogamia, que deriva de uma supervalorização do sentimento de fraternidade, pode também ser utilizado numa maior amplitude conceitual para definir uma estratégia dentro de um mesmo grupo, formando o que se poderia chamar de família extensa.

A reciprocidade matrimonial entre as famílias, no âmbito das relações sociais, é um elemento fundamental na formação da identidade de um grupo.<sup>(1)</sup> Não raro, a composição de uma comunidade rural é um entrelaçamento de relações de parentesco. A reciprocidade entre as famílias é um componente central dos valores culturais e expressa as relações de parentesco. Nas famílias de capitalistas estrangeiros e nacionais, estabelecidas às margens do Almada, a reciprocidade de casamentos era uma constante fundamental para a criação de uma unicidade simbólica, territorializada e expressa nas fazendas de cacau plantadas nas antigas sesmarias, nos povoados fundados pela parentela.

Entre os anos de 1808 e 1822, a zona em torno do atual povoado de Castelo Novo foi colonizada por suíços, alemães e franceses, plantadores de cana-de-açúcar, café e cacau. Índios diaristas e negros escravos formavam a mão-de-obra utilizada na derrubada da mata, no plantio e na colheita das lavouras. Os descendentes desses colonos, aliados às famílias de capitalistas nacionais, desenvolveram o plantio intensivo do cacau na zona do Almada, em meados do século XIX. A aber-

tura das matas e sua substituição pelas roças de cacau era levada a termo, principalmente, pelos Homem d'El-Rei, Lavigne, Hohlenwerger, Adami e Sá Bittencourt Câmara, que estabeleceram entre si relações de parentesco e compadrio.

O antropólogo norte-americano Redfield identifica, entre os sistemas de relações sociais da sociedade rural, um campo de base territorial que inclui povoados e vizinhanças. Esse é o campo das relações mais pessoais, onde o parentesco e a vizinhança são as conexões predominantes.<sup>(2)</sup> As alianças de parentesco consangüíneo e de afinidade (casamento e compadrio), aliadas à delimitação de um espaço de poder, constituíram um poderoso elemento para o predomínio social das famílias dos grandes proprietários de terra no município ilheense, por todo o Império e República Velha. A formação do parentesco corporativo ocorre quando os grupos familiares possuem um patrimônio a defender e “onde os interesses associados a esta defesa podem ser melhor servidos pela manutenção de uma tal coalização”.<sup>(3)</sup>

Podemos pensar o parentesco como uma linguagem através da qual se ordenam certas relações fundamentais de uma sociedade. Um dos pontos relevantes dessa teoria da linguagem está na ênfase do parentesco e casamento, como um código para as práticas relativas à posse da terra:

*Trata-se, portanto, do significado do parentesco como um código que regula o acesso e transmissão dos recursos básicos da comunidade, fundamentais para a produção e reprodução dessa comunidade.*<sup>(4)</sup>

O casamento não se justifica apenas como uma forma de assegurar a descendência da família. Seu objetivo principal é o da preservação do patrimônio, representado pelos bens envolvidos na união de um casal. Daí surge entre as famílias de grandes fazendeiros o fenômeno dos casamentos endogâmicos, tendo, como um dos principais objetivos manter no grupo familiar o domínio sobre o patrimônio territorial transmitido

por herança pelos pais do casal, geralmente primos entre si. Na Ilhéus dos fins do século XIX e início do século XX, o bem maior não era outro senão a posse de terras. Posse essa que encontrava obstáculo, quanto a sua preservação, no *Código Civil Brasileiro*, que considerava herdeiros com iguais direitos todos os filhos legítimos do proprietário. A aplicação irrestrita desse preceito legal levou a maioria dos patrimônios rurais da região cacauzeira a uma imensa redução em poucas gerações. Dessa maneira, o casamento entre membros das famílias de grandes fazendeiros foi uma estratégia utilizada para assegurar a perpetuação do patrimônio rural.

A forte tendência pelo desenvolvimento da família extensa e os reforços utilizados para manter a coesão relacionam-se à uma série de estratégias praticadas de acordo com padrões e valores sociais. As formas de família estão ligadas, juntamente com o patrimônio, às práticas matrimoniais e de compadrio. Tais práticas, que “podem ser pensadas como estratégias voltadas para a preservação do patrimônio”, constituem um *habitus* e formam a sua historicidade.<sup>(5)</sup> O parentesco baseado no sangue é também uma construção simbólica, pois o casamento e a reprodução biológica interna estão unidos na tentativa de preservar o **nós** em oposição aos **outros**. Há uma relação entre essa questão e a história. A ordem ideal do parentesco é constantemente reinterpretada para se ajustar a circunstâncias específicas. O parentesco não seria uma coisa em si, mas uma linguagem, uma expressão de relações de propriedade.

Segundo Woortmann, a terra não é tão-somente uma unidade de produção, mas um local carregado de valores simbólicos que se relacionam intimamente com o parentesco. A escolha da noiva deve garantir que o futuro casal possua as condições necessárias para sua existência, envolvendo, então, terra, padrões de herança e de equilíbrio entre duas famílias.<sup>(6)</sup> As alianças seriam feitas para que a terra fosse transmitida tão indivisa quanto possível, para que a propriedade pudesse ser passada pelas gerações da família, e se constituísse em uma referência das relações de parentesco. Essa pro-

priedade, que deve ficar na família, adquire um valor social estreitamente unido ao princípio da descendência, ou sucessão. Tal valor é expresso pela noção de indivisão, pois a família também é um patrimônio, “e este não é apenas uma materialidade, mas igualmente uma sacralidade”.<sup>(7)</sup>

As famílias agrupadas em áreas específicas do município de São Jorge dos Ilhéus, os distritos, iniciaram uma endogamia de lugar, que não resultou do isolamento geográfico, mas de uma estratégia: era preciso casar com parente ou aliado próximo para compensar os efeitos da partilha da terra:

*No Brasil, os operadores simbólicos ‘sangue’ e ‘água’ (...) são, evidentemente, produtos ideológicos. A genealogia biológica é um dado concreto o qual é atribuído um conteúdo ideológico, tão arbitrário como qualquer outro ‘constructo’ cultural.*<sup>(8)</sup>

Nessa rede de alianças surge ainda a relação de compadrio, tal como uma espécie de parentesco ritual ou fictício. Essa relação visa a ampliar para além do compromisso de ‘sangue’, os laços de solidariedade e vizinhança, reforçando assim o grupo de descendência política que atua na defesa dos interesses próprios. A instituição Família possui, em seu processo de adaptação ao ambiente no qual se insere, lógica e dinâmica próprias, utilizando frequentemente o recurso de alianças e transações.

O patrimônio familiar não possui somente valor material, mas também valor afetivo e moral. Para a família, o patrimônio, seja uma fazenda ou uma empresa, é um bem considerado indissolúvel, existindo entre o patrimônio e a família todo um complexo de sentimentos e simbologias. A família, baseada nas relações de parentesco e compadrio, prioriza a manutenção de seus bens materiais e simbólicos integrantes do patrimônio, como tentativa de perpetuar sua estrutura.<sup>(9)</sup> A estratégia de casamentos dentro do próprio grupo social, desenvolvida entre os grandes proprietários no

‘mercado matrimonial’, possibilitou sua mobilidade, tanto econômica, quanto política, no contexto regional, durante a fase de implantação e consolidação do cacau.

O grupo de parentesco é uma associação de solidariedade, é um multiplicador de solidariedades agindo como fator de coesão formador de uma variada clientela constituída por parentes, afilhados, agregados, escravos (no Império) e empregados. Quanto maior o número de clientes, maior o prestígio do chefe familiar:

*Manter sua posição nas velhas famílias baianas não é apenas ter a possibilidade de sustentar e educar sua família, é ocupar-se igualmente de toda uma herança de clientes, clientes fiéis por sua crença no poder desse parente protetor.<sup>(10)</sup>*

O sistema de casamento estabelecido pela família extensa Sá, tendeu à união entre primos, ou seja, à endogamia. Foi criada pelos Sá uma endogamia de lugar, pelo grande número de casamentos realizados entre primos próximos e aliados políticos com propriedades em terras do mesmo território. Oliveira Vianna, ao analisar as alianças matrimoniais, percebeu a considerável influência desse processo sobre a mentalidade da “nobreza rural”, tornando-a uma classe doméstica, pelos hábitos e moralidade.<sup>(11)</sup> Vários são os depoimentos de antigos membros da família que ratificam essa rede de casamentos endogâmicos, “a família era tudo uma coisa só, não casava com gente diferente”.<sup>(12)</sup> Falcón, em sua obra sobre o coronelismo regional, percebe como os casamentos entre famílias foram utilizados como reforço no sistema de alianças políticas, identificando alguns desses núcleos familiares através do cruzamento dos sobrenomes.<sup>(13)</sup>

Por princípio, o chefe do grupo familiar tinha a função de articular os interesses familiares com os mecanismos de poder disponíveis. A extensão de sua influência organizava, em torno de sua pessoa, o ideal aglutinador das várias famílias que, mesmo economicamente independentes, compunham

sua base de sustentação. O controle exercido pelo familismo sobre a vida dos municípios do interior brasileiro, tornou-o uma das instituições mais poderosas da sociedade nacional ao longo de todo o seu processo histórico.

Em um período histórico em que a posse de terra era fator preponderante para o *status* familiar, a estratégia matrimonial visava a conservar os bens de raiz, somando-os aos da esposa, e estreitar os laços políticos dentro do próprio grupo. Pode-se também salientar, como causa para esses casamentos internos, a rala densidade demográfica do município de São Jorge dos Ilhéus nos fins do século XIX. Pelo imperfeito censo de 1872, o total da população livre do município de São Jorge dos Ilhéus era de 4 631 indivíduos, incluídos os libertos. Poucas eram as opções de casamento entre as famílias de grandes proprietários, que tinham de restringir-se ainda mais, por estarem descartadas as alianças de parentesco com grupos rivais e pretendentes considerados desiguais (cor e condição social).

Paralelo ao sentido de estratégia, os casamentos internos contemplam a continuidade de um passado ancestral. Tal proposição remete-nos ao modelo familiar da Roma antiga e à sua relação com a religião, e a relutância à alienação da terra-patrimônio, para a qual era necessária a organização de ritos de emancipação. De acordo com a teoria que analisa o parentesco como uma linguagem, a descendência é fundamentalmente uma questão ideológica. A endogamia não surge de preconceitos de casta, mas de um padrão de herança para que a terra permaneça na família.

O parentesco, mais do que qualquer outro princípio de incorporação, tem a função de legitimar o indivíduo como membro de um grupo. Porém, os laços domésticos não estão livres de conflito com as relações de parentesco mais amplas. Apesar de essa contradição ser minimizada pelos compromissos de sociabilidade expressos na ideologia de solidariedade, essa solidariedade em grupos rurais corresponde a um território de parentesco. Território formado por comunidades que se pensam em oposição aos “estranhos”, aos não-parentes.

## Território (laços de vizinhança)

Segundo Raffestin, espaço e território não são termos similares. É essencial compreender que o espaço antecede ao território, este formando-se a partir da ação de atores sintagmáticos que realizaram um programa, territorializando o espaço.<sup>(14)</sup> Dessa forma, o território é um espaço físico onde se construiu um esforço humano que revela relações marcadas pelo poder que o modifica pelas redes que se instalam, como estradas, fazendas, casas comerciais e povoados.

Portanto, o espaço preexiste à ação humana, sendo um local de possibilidades, anterior a qualquer prática da qual será objeto, a partir do momento em que surja um projeto para explorá-lo. Qualquer projeto no espaço, expresso por uma representação, revela a imagem desejada de um território ou de um local de relações.<sup>(15)</sup> A regionalização do espaço é uma produção baseada em ações e comportamentos, que supõem a apropriação de códigos próprios. Essa produção de códigos transforma o espaço no local das relações sociais específicas a um projeto de território. Toda forma de territorialização traduz em seu cenário a imagem da ação humana e seu projeto de ocupação do espaço. A esta ocupação do espaço, segue-se sua organização estabelecida em cadeias de poder.

A distribuição e localização dos indivíduos e grupos em um determinado espaço produzem pontos diversos (povoados, cidades), que possuem uma interação política, econômica e social resultante do sistema de redes. Esse sistema, desenvolvido no espaço, constitui o território sob o qual se articula o poder. Forma-se um grupo de descendência político vertical. Wolf aponta para a existência de uma elite interna no grupo de parentesco formada pelos mais poderosos ou ricos, que podem oferecer recompensas, mobilizada para ajudar parentes próximos do poder, enquanto houver reciprocidade.<sup>(16)</sup>

Assim como existe uma utilidade nas relações sociais, nas relações de parentesco podem estar incluídas relações de dominação, pelo que a reciprocidade não é necessariamente igualitária, “embora ela tenha que declarar igualdade no plano simbólico”.<sup>(17)</sup> Da união do projeto territorial familiar e as alianças desenvolvidas provém a base das comunidades rurais do município, como os arraiais de Castelo Novo e Banco da Vitória que, ao longo do tempo, transformam-se em importantes entrepostos comerciais articulados com o restante do território, pelas vias fluviais e terrestres.

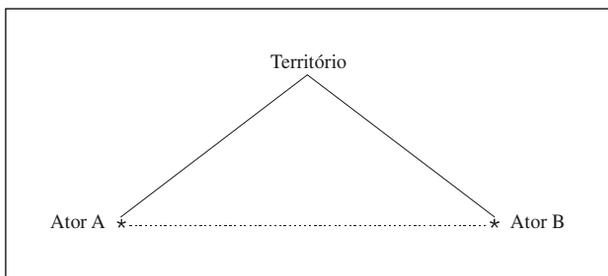
Os laços de afinidade são, muitas vezes, constitutivos da aldeia, ou das relações entre elas. As alianças de sangue e afinidade formam uma unicidade social e territorial baseada fortemente em laços de parentesco. A aldeia habitada por alguns grupos familiares, com poucos sobrenomes, se definia como um grupo de vizinhança que guarda padrões associados a laços de família. A comunidade fechada possui limites extremamente definidos, tanto nas relações externas quanto nas internas. Pertencer a um grupo familiar pode ser vantajoso nos casos em que o Estado delega poder a entidades de nível local, “o fato de ser membro de coalização de parentesco (...) traria vantagens por aumentar a capacidade de se obter e manter a terra”.<sup>(18)</sup>

Esses grupos fechados devem restringir e regular os laços de afinidade, de modo que se diminua o número de pessoas que possam ter acesso por herança, ao patrimônio familiar, que é constructo cultural e não apenas um dado material. A memória do parentesco pode ser durável em várias gerações ascendentes, como um critério de reconhecimento de consangüinidade, tanto pela descendência paterna, quanto pela materna. Esse tipo de comunidade é detentora de uma identidade que se mantém historicamente e está associada ao princípio da territorialidade.

Ao território está ligada a noção de limite que, mesmo ultrapassando os traçados oficiais, revela a relação que um grupo mantém com um determinado espaço. A ação desse grupo (família) gera a delimitação. Tal ação é sempre orde-

nada por um objetivo, este também caracterizado como uma delimitação em relação a outros possíveis objetivos. Delimitar é manifestar um poder numa área precisa. No caso da família extensa Sá, seu poder estava delimitado nos distritos onde seus membros dominavam territorialmente, através da posse de grandes propriedades. Dessa maneira, a relação dos homens com o território é triangular, intermediando em seguida as relações dos homens entre si (fig. 1).

**FIGURA 1**



A territorialização do espaço formado pelo município de São Jorge dos Ilhéus deu-se, principalmente, a partir do início do século XIX, através da produção comercial do cacau. A ação antrópica foi iniciada nos terrenos marginais dos rios Cachoeira e Almada, em núcleos estabelecidos por capitalistas escravocratas ligados entre si por laços de família. As relações matrimoniais estavam ligadas aos contatos de vizinhança e de parentesco. Matrimônios esses que nem sempre correspondiam a estratégias familiares preconcebidas mas, também, à convivência cotidiana.<sup>(19)</sup> A inserção do indivíduo na órbita familiar e de vizinhança preexistente, possibilitava a convivência próxima com os cônjuges em potencial, na maioria dos casos, primos ou tios:

*Antigamente a família era união. Na casa de minha tia Amélia Hohlenwerger Homem d'El-Rei, a mesa dela pegava vinte pessoas, raramente não estava cheia, a família toda reunida*

*(...) Casavam muito primos com primas. Naquele tempo quem escolhia os noivos eram os pais. Primo com prima tinha muito.*<sup>(20)</sup>

A hierarquia da família extensa estava baseada no domínio de postos ou cargos públicos, que permitiam assegurar o controle sobre o território, impondo uma pretensa coesão. A vizinhança nos antigos distritos municipais era formada basicamente por parentes consangüíneos ou de afinidade, membros da família extensa Sá, cujo núcleo formou-se a partir dos seguintes sobrenomes: Sá Bittencourt e Câmara, Homem d'El-Rei, de origem mineira; Adami, Hohlenwerger e Lavigne, de origem européia.

Tomando como exemplo a sesmaria Castelo Novo, da qual se originou o povoado do mesmo nome, podemos ter uma clara visão do processo acima descrito, através do estudo da escritura da propriedade. Por Alvará de 20 de agosto de 1818, foi feita ao suíço Henrique Borel, natural do Cantão de Neuf-Chatel, a concessão de uma légua em quadro no rio Almada, principiando “onde acabavam as terras de José da Encarnação e daí subindo pela cachoeira rio acima até completar uma légua de frente (três mil braças)”.<sup>(21)</sup> Entre os anos de 1818 e 1828, Borel cultivou sozinho a propriedade, ali instalando um engenho e alambique. Posteriormente, admitiu como sócio o francês Leo du Pasquier, com a participação de 1/5 da propriedade, benfeitorias e plantações. Com o falecimento de Borel, suas irmãs e únicas herdeiras, residentes na Suíça, passaram procuração a seu sobrinho Francisco Luiz Borel, domiciliado em Salvador, para representá-las na venda dos 4/5 do engenho, adquiridos em 1842 por Joaquim Pedro Scola. O mesmo Scola adquire o 1/5 restante do engenho, pertencente ao francês Pasquier, no ano de 1847.

Joaquim Pedro Scola e sua esposa Carolina tiveram somente duas filhas: Maria José e Josefina Carolina. Ambas as herdeiras da propriedade contraíram matrimônio com os irmãos Cristiano Alexandre e Manoel Ascêncio Homem d'El-Rei, membros de uma família de procedência mineira e apa-

rentados com os Sá. Com a morte de Joaquim Pedro Scola e sua esposa, a propriedade foi transmitida a suas filhas e genros. Os irmãos Cristiano Alexandre e Manoel Ascêncio providenciaram o registro eclesiástico da propriedade, no ano de 1858, com as seguintes indicações:

*Constam as nossas terras de uma légua quadrada tendo por frente o rio Almada e por limite do lado Leste terras do nosso tio Frederico Carlos de Sá, terras compradas a José da Encarnação, onde existe por ponto de limite o marco de pedra mármore.*<sup>(22)</sup>

Esses limites foram posteriormente contestados pelo coronel Frederico Carlos de Sá e por seu genro João Teodoro de Faria, o que veio a culminar em processo jurídico datado do ano de 1899. A causa foi ganha pelos irmãos Homem d'El-Rei, defendidos pelo advogado Virgílio de Lemos. Os títulos das propriedades rurais do período eram muito deficientes quanto à especificação de seus limites. Essas omissões são regra em quase todos os registros, ou por descuido das transmissões, que no ato da alienação não estabeleciam-lhes os limites, ou pelo hábito inveterado das partilhas de inventários de então. Nos formais, onde se definem os limites das propriedades, quase invariavelmente se lêem frases como: “haverá em tal parte um quinhão de terras”, ou “haverá os terrenos de Aritaguá”, ou ainda “haverá fazenda Santa Cruz com todas as suas benfeitorias.”

Logo após a morte do casal Scola, faleceram as suas filhas Maria José e Josefina, deixando viúvos os Homem d'El-Rei, com todos os filhos menores. Estes herdaram em partes iguais da sesmaria, 1 500 braças de frente por uma légua de fundo cada um, conforme partilha, em posse dos atuais herdeiros, julgada por sentença de 12 de abril de 1861.

O inventário do major Cristiano Homem d'El-Rei<sup>(23)</sup> processou-se com partilha amigável, em 22 de junho de 1885, entre seus herdeiros: Luiz Napoleão Homem d'El-Rei;

Teodolinda Maria Homem d'El-Rei Adami e seu esposo, Domingos Adami de Sá; Deodolinda Carolina Homem d'El-Rei de Sá Adami e seu esposo, José Carlos de Sá Adami; Aurelinda Homem d'El-Rei Fialho e seu esposo, Florentino de Abreu Fialho. O capitão Luiz Napoleão Homem d'El-Rei, por sua vez, casou-se com uma prima, Amélia Hohlenwerger Homem d'El-Rei, filha do primeiro casamento de seu tio Manoel Ascêncio. O tenente Manoel Ascêncio Homem d'El-Rei faleceu em 1897, cujo inventário se processou na comarca de São Jorge dos Ilhéus, com a competente partilha julgada por sentença de 13 de outubro do mesmo ano. Assim como no caso de seu irmão Cristiano Alexandre, seus descendentes mantiveram a tradição do casamento endogâmico.

Através da aliança consangüínea, a sesmaria Castelo Novo manteve-se na posse da família por mais de um século, sem sofrer interrupção na cadeia sucessória direta, por heranças sucessivas, desde a década de 1840, até meados do século XX, período no qual se acelera a fragmentação da propriedade e alienação a terceiros.

Abaixo temos a cadeia sucessória da sesmaria Castelo Novo através de compra e herança desde Henrique Borel ao casal Luiz Napoleão Homem d'El-Rei Filho e Maria Eponina Mello e Sá Homem d'El-Rei, falecida em 1952, estando a data das aquisições entre parênteses.

## CADEIA SUCESSÓRIA DA SESMARIA CASTELO NOVO

(1818) Henrique Borel

(1828) Léo du Pasquier

(1842 / 1847) Joaquim Pedro Scola / Carolina Scola

Maria José Scola / Cristiano Alexandre Homem d'El-Rei  
Josefina Carolina Scola / Manoel Ascêncio Homem d'El-Rei

(1858) Cristiano Alexandre H. d'El-Rei

- Luiz Napoleão / Amélia H d'El-Rei  
- Teodolinda / Domingos Adami de Sá  
- Deodolinda / José de Sá Adami  
- Aurelinda / Florentino Fialho

(1858) Manoel Ascêncio H. d'El-Rei

- Pedro / Mariana Hohlenwerger  
- Amélia / Luiz Napoleão H. d'El-Rei  
- Josefina / Teódulo Cardoso  
- Alberto / Maria Mello Sá

(1885) Luiz Napoleão Homem d'El-Rei

- Luiz Napoleão H. d'El-Rei Filho

(1897) Alberto Hohlenwerger Homem d'El-Rei

- Maria Eponina Melo H. d'El-Rei

(1912) Luiz Napoleão H. d'El-Rei Filho / (+ 1952) Maria Eponina Melo Homem d'El-Rei

## Maria Eponina Melo Homem d'El-Rei

Como a imensa maioria das propriedades agrícolas do município de São Jorge dos Ilhéus, as primitivas plantações de cana-de-açúcar, mandioca e café de Castelo Novo foram transformadas em vastas e diversas fazendas de cacau, quando da expansão da demanda do produto no mercado exterior, em meados do século XIX.

O povoado do mesmo nome, erguido nas terras da propriedade e próximo a seu porto fluvial, exemplifica um típico núcleo urbano desenvolvido a partir da relação entre situação geográfica, parentesco e vizinhança. Habitado quase que exclusivamente por membros da família, o povoado tornou-se um dos mais importantes do município. Entrepasto comercial de compra e venda de cacau e principal porto do rio Almada, o povoado era ponto obrigatório para onde afluía toda a produção rural de uma vasta área da bacia do Almada.

Historicamente, a territorialidade, no município de São

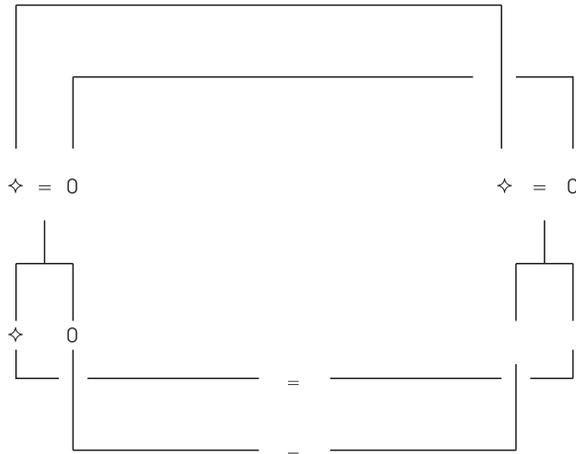
Jorge dos Ilhéus, está ligada às condições técnicas, econômicas e sociais, assim como, à estrutura dos grupos familiares e às relações entre si. O termo território remete não apenas ao solo, aos recursos, mas principalmente ao tipo de cultivo posto em prática, às modalidades de propriedade, aos sistemas sociais que se basearam de acordo com um modelo de família e parentesco.

Na sociedade ilheense do final do século XIX, os casamentos realizavam-se, preferencialmente, no âmbito da territorialidade. Estabelecemos, a partir dessa constatação, uma forte relação entre parentesco e vizinhança, relação essa que dava coerência ao domínio de um grupo familiar sobre o território político formado pelos distritos de paz do município.

De acordo com esse ponto de vista, o sentido de territorialidade ligou-se às instituições sociais, como a família. As relações dos homens entre si e destes com o meio desenvolvem um sentimento de identidade, de pertencimento a um determinado grupo ou território.

Além da integridade do território, definido pela descendência, está também envolvido o patrimônio específico de cada família, o que conduz ao casamento preferencial. Entre a família extensa Sá existe uma forte tendência ao casamento com indivíduos definidos como ‘primos’, correlacionando a territorialidade com a consangüinidade, prática esta que envolve distintas estratégias relacionadas com o patrimônio. Uma delas, como forma de assegurar a reprodução (do território), é o casamento entre primos irmãos (fig. 2).

**FIGURA 2**



**SÍMBOLOS UTILIZADOS**

- ◇ - Primo
- 0 - Prima
- = - União Matrimonial

Nesses grupos aparentados e fixados em um território, os indivíduos têm como referencial um ou mais ancestrais comuns, reconhecendo entre si uma ligação consangüínea.<sup>(24)</sup> Esse modelo apresentado pela família brasileira resultou da transferência e adaptação da família portuguesa ao ambiente colonial, que lhe imprimiu características locais. Esse quadro, associado à descentralização administrativa (combatida na fase imperial), à concentração de terras e à dispersão populacional, teve como consequência o surgimento de uma sociedade de cunho paternalista, onde as relações individuais foram centrais.

Essa composição estimulou a dependência à autoridade paterna e à solidariedade entre os parentes, principalmente nas zonas rurais, onde a urbanização não afetou os valores que lhe são inerentes.<sup>(25)</sup> Tal forma de estrutura familiar, constituída por laços de parentesco e de amizade, determinaram um vínculo estreitado pela vizinhança de seus componen-

tes, pelo pertencimento a um tronco familiar inserido em uma área de influência: o território.

Na sociedade ilheense, do século XIX e início do século XX, os casamentos realizavam-se no âmbito da territorialidade, tendendo a elite, como é flagrante no caso da família extensa Sá, à endogamia. Estabelecemos, a partir dessa constatação, uma forte relação entre parentesco e vizinhança, relação esta que dava coerência ao domínio de um grupo familiar sobre o espaço político formado pelos distritos de paz. A estratégia de casamentos territoriais tinha como lógica conservar e perpetuar o *status* familiar e ampliar os bens de raiz.

Evidentemente a harmonia familiar era quebrada quando os interesses particulares criavam uma ruptura interna, como no caso do processo movido pelo coronel Frederico Carlos de Sá, e o seu genro João Teodoro Faria, contra os seus sobrinhos major Cristiano Alexandre e Tenente Manoel Ascêncio Homem d'El-Rei, pelos limites da sesmaria de Castelo Novo.

Foram arrolados, dentro do período deste estudo, vinte e dois casamentos do grupo familiar, cujas propriedades estavam inseridas no território compreendido entre os povoados de Água Branca, atual Aritaguá, e Castelo Novo, respectivamente sedes do 2º e 4º distritos de paz. Conforme demonstrado nas tabelas A e B, foram encontrados, em um universo de vinte e duas alianças estabelecidas no final do século XIX, dezessete casamentos realizados com proprietários de terras vizinhas, dos quais treze se realizaram entre primos com o necessário desimpedimento da igreja católica.<sup>(26)</sup> Todos os cinco casamentos exogâmicos foram realizados pelas mulheres da família com indivíduos de procedência externa ao município de São Jorge dos Ilhéus.

(TABELA A)

ALIANÇAS MATRIMONIAIS (1886-1892)  
- FAMÍLIA EXTENSA SÁ -

TIPO	QUANTIDADE	%
VIZINHOS	17	77,27
BAHIA	03	13,64
OUTRO ESTADO	01	04,54
OUTRO PAÍS	01	04,54
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro do Registro de Casamentos da Diocese de Ilhéus

(TABELA B)

ENDOGAMIA DE LUGAR  
(CASAMENTOS ENTRE VIZINHOS)

TIPO	QUANTIDADE	%
PARENTE	13	76,47
NÃO – PARENTE	04	23,53
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro do Registro de Casamentos da Diocese de Ilhéus

## A família extensa Sá e suas origens no Sul da Bahia

No começo da década de 1770, a coroa portuguesa começou intermitentemente a estimular os agricultores da comarca de São Jorge dos Ilhéus, grandes e pequenos, portugueses ou índios, a plantar lavouras alternativas para exportação,

com o intuito de diminuir a dependência do comércio do açúcar.<sup>(27)</sup>

A coroa patrocinou a introdução de café, cacau, algodão e outras lavouras nas propriedades particulares e nas misões indígenas. Provavelmente, as tentativas iniciais foram concentradas no plantio de algodão, pelas vantagens do crescimento do mercado mundial, devido a industrialização do produto na Inglaterra. O crescimento do consumo de chocolate na Europa e EUA, assim como o desenvolvimento de sua industrialização nesses locais, estimularam o governo português a convencer os fazendeiros do sul da Bahia a plantar o cacau.

Os Sá Bittencourt e Câmara, uma das famílias capitalistas que adquiriram propriedades jesuíticas, foram centrais nesse projeto governamental. A família Sá é uma das mais tradicionais do Brasil, com presença na colônia desde o século XVII. O primeiro registro de membros da família na colônia ocorre em 1685, com a vinda de Félix Bittencourt e Sá, para a Bahia, cavalheiro fidalgo da Casa Real e da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Casou-se, em 1688, com Catarina de Aragão Ayala, residente no distrito açucareiro de Santo Amaro.<sup>(28)</sup> A obra de Silva Campos sobre a capitania de São Jorge dos Ilhéus refere-se à presença da família Sá entre os nobres portugueses povoadores do distrito da vila de Cairú, situada no litoral sul do atual Estado da Bahia.<sup>(29)</sup>

Um dos membros da família, o dr. João Ferreira Bittencourt e Sá foi Desembargador da Relação e Juiz de Fora para toda a província nas décadas de 1750 e 1760, foi responsável pela supervisão da remoção dos padres jesuítas das propriedades de Ilhéus, Porto Seguro e Camamu. Após o cumprimento da expulsão dos padres jesuítas, o Juiz de Fora e outros membros da família, como sua irmã, d. Francisca Antonia Xavier de Bittencourt e Sá, e seu cunhado, tenente Bernardino Cardoso, transferiram-se de Caeté, Minas Gerais, para o termo de Camamu. A propriedade adquirida nas proximidades de Camamu, o engenho Acaraí, possuía alambiques, escravos e

cacau. À aquisição do engenho Acaraí, seguiu-se a de outras propriedades da ordem religiosa proscrita. Em 1780, a família controlava grande parte das antigas terras jesuíticas em torno das vilas de Camamu, Barra do Rio de Contas e São Jorge dos Ilhéus, estrategicamente espalhadas entre o litoral e o sudoeste baiano, não distantes de Minas Gerais onde exploravam ouro.

Dois dos filhos de d. Francisca Antonia, José de Sá e Bittencourt Câmara Accioli e Manoel Ferreira Câmara Bittencourt e Sá, permaneceram em Caeté, onde sua tia materna, d. Maria Isabela Bittencourt e Sá, possuía uma mina de ouro, Roça Grande, com quinze escravos e uma produção anual de 236 oitavas, sobre a qual a fortuna familiar se baseava.<sup>(30)</sup> Os irmãos Sá estudaram na Universidade de Coimbra, principal formadora da intelectualidade portuguesa e brasileira do período. Os diplomados em Coimbra formavam uma elite dentro da elite. Após o término de seus estudos eles eram apontados para algumas das mais importantes posições administrativas do reino português, entre eles José Bonifácio de Andrada e Silva, Rodrigo de Souza Coutinho, os irmãos Baltasar e José da Silva Lisboa.

Em Coimbra, os irmãos Sá estudaram novos campos da ciência, mineralogia, economia e filosofia política. José de Sá e Bittencourt, o mais velho, formou-se pela faculdade de Filosofia, em 1787, um dos novos cursos criados pela reforma pombalina, no qual estavam incluídos o estudo de Geologia, Mineralogia, Botânica, Química e Agricultura.<sup>(31)</sup> Manoel Ferreira Câmara formou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade de Coimbra, em 1788, com aprovações distintas *nemine discrepante*, curso que preparava os administradores do império português. Estudou Química, Economia, Política, Indústria e Agricultura em diversas universidades da Europa, constituindo-se em um dos mais respeitados intelectuais brasileiros de sua época. Logo após sua formatura, foi comissionado pela coroa portuguesa para presidir uma excursão científica a países europeus, da qual faziam parte, José Bonifácio de Andrada e Silva, seu amigo

particular, e Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira.<sup>(32)</sup>

Entre os escritos de Ferreira Câmara, existe uma *Memória de Ilhéus*, datada do final do século XVIII, além de obras científicas, pareceres e informações, quer como Desembargador da Casa da Suplicação dos Agravos, quer como membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, ou como Administrador Geral das Minas. Após o término de seus estudos em Coimbra, Manoel Ferreira Câmara Bittencourt e Sá produziu um trabalho apresentado perante a Academia de Ciências de Lisboa intitulado *Ensaio de descrição Física e Economica da Comarca dos Ilhéus na América*, a respeito das oportunidades para o desenvolvimento econômico em Ilhéus e a valorização do programa do governo português de introdução do cacau na região, entre os anos de 1780 e 1783.<sup>(33)</sup>

O clima e o solo da comarca eram perfeitos para o plantio de inúmeras lavouras, as constantes chuvas faziam com que seus habitantes apelidassem o território de “ourinol do ceo”. Porém, se tal índice pluviométrico não favorecia o plantio da principal lavoura baiana, a cana-de-açúcar, era perfeito para o cultivo do cacau. De acordo com Ferreira Câmara, o cacau representava uma excelente oportunidade de investimento. O valor do cacau colonial espanhol exportado para a Europa excedia as exportações de ouro do Brasil, devido ao intenso consumo do chocolate no mercado europeu. Outra vantagem do cultivo do cacau era a necessidade de pouca mão-de-obra em seu plantio e manutenção.

Por todas essas razões, o Marquês de Valença, enquanto governador da Bahia, havia se esforçado para introduzir o cacau e outras novas lavouras para exportação na Comarca de São Jorge dos Ilhéus, em 1780. Como sobrinho do Juiz de Fora Geral da Bahia e filho de senhores de engenho, Ferreira Câmara tinha amplas possibilidades de implementar o projeto governamental na comarca. Em 1784, o engenho Acaraí já possuía “mais de (sic) seiscentos de pés vingados.”<sup>(34)</sup>

Escreve Matias Cunha no *Relatório da Exposição Nacional*, de 1861:

*Por volta de 1780, quando governava a Bahia o Marquês de Valença, se introduziu a cultura de cacau na Bahia em diferentes pontos da antiga capitania de Ilhéus, tocando provavelmente a Ferreira Câmara o encargo das primeiras plantações. Isto tanto mais nos parece fora de dúvida quanto é certo que a 5 de agosto de 1783, o corregedor da comarca de Ilhéus (Nunes da Costa) comunicou ao governo da Bahia o plantio do café e do cacau, o qual fica com o excelente princípio de quatrocentos mil pés.*<sup>(35)</sup>

O plantio intensivo encontrou uma série de dificuldades iniciais. Ferreira Câmara atribuiu parte do problema à incompetência dos administradores locais e à concorrência do comércio de farinha e madeira para Salvador. Os preços do cacau ainda não eram atrativos para o produtor, abaixo dos que eram cobrados em Portugal. O mercado para o cacau “forasteiro” vindo do Pará e plantado na Bahia, era bastante restrito. O cacau exportado pelo império espanhol era de uma variedade superior “criollo”, natural da América Central e Venezuela.<sup>(36)</sup>

Um outro problema diz respeito à falta de infra-estrutura. A comarca sofria com a falta de estradas ligando as suas vilas entre si e a Cidade do Salvador, o Recôncavo e o interior da Província de Minas Gerais. O comércio era quase exclusivamente feito pelos rios e pelo oceano, com o inconveniente dos ventos e das marés contrários à navegação. Os fazendeiros mais afastados e os viajantes tinham problemas com os ataques dos pataxós e camacans.

Depois de dissolvida a Constituinte de 1822, da qual tinha sido vice-presidente, Ferreira Câmara veio morar no engenho Acaraí, propriedade da família na vila de Camamu,

onde pode observar de perto os problemas da região e do plantio do cacau. Todavia, retornou ao Rio de Janeiro ao ser eleito senador do Império, tanto pela Bahia como por Minas Gerais, escolhendo exercer o mandato pela última província por ali ter sido o mais votado. Ferreira Câmara tomou posse no senado imperial no ano de 1827, tendo novamente regressado a Camamu em 1830, renunciando ao senado três anos depois. Foi o primeiro presidente da Sociedade Baiana de Agricultura, Indústria e Comércio, onde defendeu o cultivo do cacau no sul da província, do qual foi um dos iniciadores de seu plantio comercial.

Partiu de Ferreira Câmara a iniciativa de mandar para Portugal, e depois para o Brasil, os sábios alemães Varnhagen, Feldner e Eschwege, seus condiscípulos nas universidades alemãs. O intendente Câmara, como é tratado pelos biógrafos, faleceu na Cidade do Salvador em 13 de dezembro de 1835. De acordo com o costume, seu filho, Augusto Ricardo Ferreira Câmara, pediu ao presidente da Bahia providências a respeito do funeral do pai, senador e dignitário da Ordem de Cristo:

*Amanhã (14/dez/1835) pelas 10 horas no Convento dos Religiosos Franciscanos se tem de lhe fazer ofício de corpo presente, rogo por isso a V. Exa. Haja de dar as necessárias providências para se lhe fazerem as honras militares que lhe competem como dignatário.*<sup>(37)</sup>

De seu irmão José de Sá e Bittencourt, descendem diretamente todos os Sá do município de São Jorge dos Ilhéus. Esteve implicado na Conjuração da Província mineira, onde ocupava o posto de coronel de milícias. Denunciado, foi obrigado a fugir, sertão adentro, para o engenho Acaraí, de onde tencionava partir para os Estados Unidos. Sá e Bittencourt havia estado na França pouco antes de sua revolução republicana, tendo-se correspondido com Thomas Jefferson.<sup>(38)</sup>

Descoberto seu refúgio no Acaraí, Sá e Bittencourt foi preso por uma força de infantaria vinda de Salvador. Levado a julgamento no Rio de Janeiro, saiu livre de culpa, “em vista de documento de peso (duas arrobas de ouro com que uma tia sua provou sua inocência)”.<sup>(39)</sup> Livre de culpa, retornou à comarca de São Jorge dos Ilhéus, adquirindo propriedades rurais nas vilas de Camamu, Barra do Rio de Contas e Itacaré, onde prestou inúmeros serviços à coroa portuguesa, como o plantio de novas culturas (cacau e algodão) e a abertura de estradas ligando o litoral ao interior. Em seus escritos, Sá e Bittencourt alertou sobre a questão da falta de estradas para o transporte de mercadorias entre a comarca e os centros comerciais da Bahia e Minas Gerais, atuando na tentativa de solucionar o problema.

Entre as estradas construídas sob sua direção, está a que ligou Camamu a Monte Alto, para a fundação de uma fábrica de salitre. Sá e Bittencourt fundou no local uma fábrica de refinação do minério, cuja exploração ficou a seu cargo com o título de Inspetor. Construída entre 1799 e 1804, a estrada também visava a facilitar o transporte de madeira e gado para o litoral. Para obter braços para o serviço, foram expedidas entradas preadoras de índios e utilizados escravos como mão-de-obra. A estrada ainda existia no começo do século XX, ligando Camamu a Jequié, Ilhéus e Itacaré (antiga Barra do Rio de Contas).<sup>(40)</sup> Anteriormente, entre os anos de 1795 e 1795, Sá e Bittencourt havia dirigido a construção de uma das primeiras estradas ligando o litoral sul-baiano ao sertão da Ressaca, cujo objetivo era estimular o comércio de gado e madeira e facilitar a viagens das tropas de animais de carga entre a comarca de São Jorge dos Ilhéus, Salvador e Minas Gerais. Nesse período, em 1800, o ouvidor da comarca, Baltasar da Silva Lisboa, iniciou a expansão do cultivo de café e cacau em diversas vilas da comarca, principalmente na vila de Barra do Rio de Contas, estimulando a produção agrícola do sul baiano.

Ao adquirir, em hasta pública, no início do século XIX, a maior parte das propriedades jesuíticas, Sá e Bittencourt

tornou-se o maior proprietário de terras da comarca. O patrimônio dos padres da Companhia de Jesus, na antiga capitania de São Jorge dos Ilhéus, ocupava a maior parte das terras aproveitadas pela agricultura. Estavam em poder dos padres jesuítas as seguintes propriedades: a sesmária das “doze léguas” ou as “terras de Camamu”, dividida em duas fazendas, a de Santa Inês e a do Noviciado, com o total de 250 escravos; o engenho de Santana, com 300 escravos e quatro léguas de norte a sul; uma data de terra no Mamoam; a ilha dos Padres, na embocadura do rio Fundão, outra sorte de terra no Outeiro da Vila Velha (atual São Sebastião); a sesmária Esperança, no rio Fundão, e três sítios no rio Itaípe, em cuja margem esquerda, no lugar Santiago, existia um sobrado por eles construído.

Ao lado das antigas propriedades jesuíticas, o dr. Sá e Bittencourt adquiriu uma imensa extensão de terra no chamado “sertão da Ressaca” (planalto de Vitória da Conquista): a sesmária Borda da Mata, em cuja área hoje está erguida a cidade de Jequié, formada a partir da fazenda do mesmo nome. A fazenda Borda da Mata foi constituída por José Sá e Bittencourt no início da década de 1790, ficando em sua posse até seu falecimento. Em 1823 o latifúndio foi dividido, surgindo então a fazenda Jequié, com sede na confluência dos rios de Contas e Jequiezinho.<sup>(41)</sup> Com o desenvolvimento do comércio e a fixação populacional, inicia-se, a partir de 1870, a formação do povoado Jequié, local que servia de pouso para as tropas que vinham do sertão em direção às matas do litoral.

Em 1814, Sá e Bittencourt retornou para Caeté, Minas Gerais, a fim de herdar e administrar os bens da sua tia Maria Isabel. Anos depois, em 1821, após a Revolução do Porto, ele e seus filhos, reunidos a vários amigos, formaram a sociedade Pedro e Carolina, em oposição à recolonização do Brasil. Nas lutas pela Independência, Sá e Bittencourt comandou o regimento que marchou sobre Vila Rica para depor o governo provisório aliado a Portugal, liderado por uma família inimiga política tradicional dos Sá em Minas

Gerais. Pela sua atuação na luta contra as forças portuguesas, Sá e Bittencourt recebeu do governo imperial brasileiro os títulos de Fidalgo, de Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro e Cavaleiro da Ordem de Cristo, vindo a falecer no ano de 1828, deixando memórias e ofícios sobre assuntos econômicos.

Posteriormente, os filhos de Sá e Bittencourt adquiriram, em permuta com o marechal Felisberto Caldeira Brant, futuro marquês de Barbacena, o histórico engenho de Santana, situado nos arredores da vila de São Jorge dos Ilhéus, cuja capela é o templo rural mais antigo do Brasil. Entre os anos de 1789 e 1791, o engenho era propriedade de Manoel da Silva Ferreira, passando, em 1810, para o marechal Brant, um dos maiores comerciantes de Salvador, que transformou a propriedade na fazenda Santa Maria, tornando-a uma das mais importantes da Bahia, chegando a possuir três centenas de escravos e a produção anual de dez mil arrobas de açúcar.

A permuta entre o marechal Brant e a família, representados pelo tenente-coronel José de Sá Bittencourt e Câmara, futuro brigadeiro do Exército Imperial, foi realizada em 2 de março de 1834.<sup>(42)</sup> A permuta do Santana foi feita pelas terras da família Sá, no município mineiro de Caeté: as fazendas denominadas Palmital e Roça Grande, com quarenta escravos, edifícios, engenhos e ferramentas, terras, casas no valor de setenta e dois contos de réis, a saber, cinquenta e seis contos de réis pelas terras e prédios e dezesseis contos de réis pelos escravos, em troca de igual valor no engenho de Santana.

A parte do marechal Brant no Santana: todas as terras e benfeitorias com moendas horizontais e roda d'água, casas de caldeira, casa de esmagar cana-de-açúcar, com tanques de madeira para o mel, casa de destilar, com alambique de destilação contínua, tabuleiros de ferro, com estufa, engenho de serrar madeira, olaria, barca de transporte de cana e embarcações de coberta lavada, para transporte de caixas de açúcar para Salvador, por dezesseis contos de réis, mais du-

zentes e quatro escravos, por oitenta contos de réis.

Eram filhos e herdeiros do casal José e Maria Vitória de Sá:

Brigadeiro do Exército Imperial, José de Sá Bittencourt e Câmara, casado com Anna Gertrudes de Sá, nasceu em Camamu, a 23 de janeiro de 1797. Governou as Armas da Província da Bahia nos seguintes períodos: 1827 a 1829, 1838 a 1839, 1848 e 1851. Presidiu a Província de Sergipe e representou-a na Assembléia Geral. Em 1856, foi nomeado pelo imperador Pedro II como Diretor dos Terrenos Diamantinos da Bahia. Possuía as condecorações da Ordem de Aviz e da do Cruzeiro. Faleceu na vila de São Jorge dos Ilhéus a 18 de outubro de 1861, estando seu corpo sepultado na capela do engenho de Santana, do qual foi o principal herdeiro.

Tenente-coronel Cristiano Manoel de Sá Bittencourt e Câmara, casado com Maria Piedade Mello e Sá, nasceu em Camamu, em 1800. Era comandante do 81º Batalhão da Guarda Nacional da Bahia e Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial. Ocupou a presidência da Câmara Municipal ilheense, em 1864, assumindo a liderança política local até seu falecimento, em 1880.

Josefa Amália Isabel de Sá Bittencourt e Câmara Homem d'El-Rei, casada com João Batista Homem d'El-Rei, provavelmente mineiro de nascimento. Mãe do major Cristiano Alexandre Homem d'El-Rei, presidente da Câmara Municipal, quando da elevação da vila de São Jorge dos Ilhéus à categoria de cidade, em 1881, e avó materna dos coronéis José Carlos de Sá Adami e Domingos Adami de Sá, herdeiros do poder político da família durante a República Velha.

Tenente-coronel Egídio Luiz de Sá Bittencourt e Câmara, casado com Rita Constança Mello e Sá, nasceu em Camamu, no ano de 1805. Oficial da Guarda Nacional e líder político municipal. Ocupou a presidência da Câmara Municipal de São Jorge dos Ilhéus. Era proprietário da sesmaria Esperança, extensa faixa de terra entre os rios Fundão e Itaípe. Em 1860, recepcionou, em sua residência na vila dos Ilhéus, o príncipe austríaco Maximiliano de Habsburgo,

futuro imperador do México, quando de sua viagem de estudo às matas do sul baiano.

Coronel Frederico Carlos de Sá Bittencourt e Câmara, proprietário das terras da serra do Queimado, situadas entre a lagoa Encantada e o antigo município de Barra do Rio de Contas, onde explorou ouro em sociedade com o irmão José de Sá e o conde belga van der Meer. Assim como seus irmãos, Cristiano Manoel e Egídio Luiz, foi casado com uma Mello, sendo avô materno do primeiro intendente municipal de São Jorge dos Ilhéus, o médico João Batista de Sá e Oliveira.

Além dos acima citados, são estes os demais filhos de Sá e Bittencourt: Leonora de Sá, casada com Felipe Nery de Souza, herdeira da fazenda Jequié, da qual surgiria a cidade do mesmo nome, no sudoeste baiano; Guilherme Frederico de Sá Bittencourt e Câmara, morto na Guerra do Paraguai; Anna Francisca Xavier de Sá Bittencourt e Câmara; Luiza Ludovina de Sá, nasceu em Camamu, casada com o primo Bernadino Ferreira Câmara; Guilhermina Henriqueta de Sá Bittencourt e Câmara, casada com Camilo Lélis Pinto Ferreira, e Carlota Augusta de Sá, casada com Francisco Xavier de Barros Bandeira.

O engenho de Santana era a maior e mais antiga propriedade ilheense, quando os Sá o adquiriram no ano 1834. As terras para plantações extensivas incluíam milhares de hectares e outras parcelas nos arredores da vila e no rio Itaípe. Quando o brigadeiro José de Sá faleceu, na década de 1860, restavam somente sessenta escravos na propriedade, o restante aparentemente havia sido dividido entre os vários membros da família ou havia morrido.

Os vários ramos da família surgidos através das relações de casamentos desenvolvidas pelos descendentes de Sá e Bittencourt consolidaram o prestígio político e econômico da mesma, através da posse de importantes propriedades agrícolas e comerciais, principalmente na zona formada pelos distritos do Iguape e do Almada, onde desbravaram as matas e implantaram o cultivo do cacau.

## As sesmarias e o distrito do Almada

O distrito do Almada deve seu nome ao rio que corta todo o seu território, desde a serra dos Vinháticos, atual município de Almadina. Seu curso desce para o litoral no sentido oeste a leste, recebendo no trajeto as águas de diversos e pequenos tributários que formam sua bacia.<sup>(43)</sup>

Entre seus tributários, estão os ribeirões Caldeira, lagoa Pequena, Serrapilheira, Inhaúpe e Taquaril, que deságuam na lagoa Encantada, situada próximo ao oceano Atlântico. Nesse ponto, o vale do Almada se estreita, bordejando a lagoa ao sul e com ela se comunicando por um canal, com cerca de 700 metros de extensão. A partir daí, o rio entra na planície costeira (antigo distrito do Iguape), onde seu vale se expande e passa a ser chamado de Itaípe. Um pouco mais abaixo, desde o antigo engenho Santo Antonio da Ribeira das Pedras, o rio Almada corre em baixadas que são constantemente inundadas pelas enchentes, até o povoado de Urucutuca. Mais adiante, o rio alcança o povoado de Sambaituba, onde inflete em forte curvatura na direção sul, paralelo à linha costeira. Já próximo ao litoral, banha o povoado de Aritaguá, desaguardo abaixo, no Atlântico, na antiga povoação do Itaípe, hoje bairro da cidade de São Jorge dos Ilhéus.<sup>(44)</sup>

A lagoa Encantada situa-se em um compartimento rebaixado por um falhamento do complexo cristalino, circundada por rochas sedimentares, corais e conchas marinhas, datados do período cretáceo. Ao norte, a lagoa é cercada por um semi-anel de serras que avizinham a serra do Queimado do grupo da serra Grande, no rumo divisor das bacias do Almada e do de Contas. “Em certas ocasiões pretéritas foi um valhacouto de escravos e sentenciados evadidos”.<sup>(45)</sup> A lagoa Encantada tem seu nome ligado a lendas locais e foi utilizada como baliza das bandeiras, que exploravam as matas do sul baiano em direção a Minas Gerais e ao alto rio de Contas, entre as quais, a de Domingos Homem d’El-Rei, em 1730,

a primeira a explorar o Almada em toda a sua extensão.<sup>(46)</sup>

Existem referências de que a origem da lagoa estaria ligada à sedimentação do litoral. Após a glaciação de Würms, há onze mil anos, a costa marinha formou no local uma extensa baía que se espreadava até ao sopé dos morros do Almada e Itariri. Ao longo do tempo, a baía teria sido fechada por uma restinga formada pelas massas de areia levadas pelos rios e lavadas na plataforma continental. Como prova desse fenômeno, são encontrados em seus terrenos marginais vestígios da ação das águas marinhas, assim como restos de sambaquis.

O ribeirão das Caldeiras, ao entrar na lagoa, joga suas águas por uma corredeira, cujo leito, em toda sua extensão, é formado por uma laje de pedra, sobre a qual existem diversos caldeirões cavados de cinco a seis palmos de diâmetro. O ribeirão tem seu nome ligado aos caldeirões de sua foz, escavados pelo turbilhonamento das águas sobre o arenito conglomerático. Em frente, para o norte, a ribeira Apepique deságua numa cascata de aproximadamente vinte metros de altura. Também existe a cascata do ribeirão lagoa Pequena e duas menores, nas ribeiras Serrapilheira e Taquaril.

A última cachoeira do rio Almada possui um salto denominado Funil, onde as pedras expostas formam uma corredeira. Junto a este salto, situam-se as históricas fazendas de Castelo Novo e Almada. A fazenda Almada originou-se de uma antiga aldeia de índios guerens. Com a transferência dos índios para a zona de Ferradas, a aldeia foi transformada em propriedade rural pelo capitalista holandês Peter Weyll, que explorava cana, café e cacau. A propriedade foi adquirida, em 1854, pela família Cerqueira Lima, de Santo Amaro da Purificação, atuais proprietários. Atualmente, uma parte dessa fazenda pertence à Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte do espólio do Instituto de Cacau da Bahia.

Em inícios do século XX, pretensos descendentes dos guerens moveram um processo contra a proprietária da fazenda, Maria Vitória Mendes de Cerqueira Lima, inclusive em cartas abertas pela imprensa da capital baiana, dirigidas

ao governador e ao chefe de segurança pública. Ao mesmo tempo, a *Gazeta de Ilhéos* informava que pelo foro da comarca corriam questões judiciais propostas pela proprietária, contra rendeiros e invasores da fazenda, em grande atraso os primeiros, no pagamento das rendas:

*Sabido é, e já o declarou o governo do Estado, em despacho, que os terrenos da aludida estão em domínio particular há mais de um século, doados por carta régia ao primitivo sesmeiro, e chegando ao domínio dos seus atuais senhores por herança e compra (...) em uso e gozo dele para mais de cinqüenta anos. (...) Que se índios Guerens existem, porque esses que se indigitam como tal ou com tal genealogia ou descendência, uns são antigos trabalhadores da mencionada fazenda, alguns até para lá levados pelo seu falecido proprietário Pedro Augusto Cerqueira Lima, de pontos diversos de nosso sertão e outros ex-escravos ou filhos de ex-escravos, os quais permitiu aquele fazendeiro abrirem pequenas roças, para o que forneceu até dinheiro, mediante as condições dos demais agregados e rendeiros.<sup>(47)</sup>*

Como dito anteriormente, a família Sá Bittencourt e Câmara possuía algumas das mais tradicionais propriedades da zona. Logo após a aquisição do engenho de Santana, Cristiano Manoel de Sá e sua esposa, Maria Piedade de Mello e Sá, construíram uma serraria nas terras da propriedade, onde estabeleceram uma plantação de cacau chamada *Boerarema*. Em 1853, o casal Sá vendeu as terras aos comerciantes de madeira Martinho Sellmann e Silva Lisboa, transferindo-se para o engenho *Itaípe*, às margens do rio do mesmo nome. A propriedade possuía engenho, serraria, casa de farinha e um armazém, vinte mil covas de mandioca e dez tarefas de cana-de-açúcar plantadas na propriedade. Manoel Cristiano de Sá e sua esposa eram provavelmente os maiores produtores de

farinha e açúcar do município. Com a força de trabalho de aproximadamente trinta escravos, a propriedade também produzia óleo de dendê e explorava a pesca para seu consumo interno e para a venda.<sup>(48)</sup>

No ano de 1879, os irmãos Cristiano e Manoel Ascêncio Sá Homem d'El-Rei compraram a sesmaria Ermo Nobre de um fazendeiro local. Não está claro se a propriedade originou-se de um engenho ou serraria, mas era uma plantação de cacau, quando eles a adquiriram. No período da Abolição, os dois irmãos e seus filhos haviam transformado as propriedades de Castelo Novo e Ermo Nobre em duas das mais importantes fazendas da região.<sup>(49)</sup>

Em 1840, Egydio Luiz de Sá e sua esposa, Ritta Honória de Mello e Sá, construíram o engenho e serraria Esperança, em terras originalmente pertencentes ao engenho de Santana.<sup>(50)</sup> A propriedade possuía residência, senzala, plantações de mandioca e armazém. Algum tempo depois o casal adquiriu outras duas propriedades chamadas Santa Maria e Fundão, com plantações de café, coco e outras árvores frutíferas. O filho do casal Sá, Egydio, casou-se com Paulina Kahene, descendente dos alemães da colônia do Cachoeira. Com a morte do sogro, sua esposa anexou uma plantação de cacau vizinha, à da família.

Segundo informação do governo provincial, o austríaco Fernando von Steiger-Müssengen e sua esposa, Amélia Maria de Sá Steiger, possuíam uma das melhores plantações da Bahia, na década de 1860, a sesmaria Vitória, com uma légua em quadro e vizinha à sesmaria Esperança, pertencente a seu sogro, Egídio Luiz de Sá. A sesmaria tinha sua frente para o rio Cachoeira e fundos para o chamado sertão do Iguape, limitando-se com terras da família Lavigne. Quando Steiger adquiriu a propriedade, em 1857, por oitenta e dois contos de réis, a Vitória possuía pouco mais de uma centena de escravos e vinte mil pés de cacau, serraria, plantações de café, casa de farinha, senzalas, balcões para secagem de cacau, residência e armazém.<sup>(51)</sup>

Controlando as maiores propriedades agrícolas, a família extensa Sá era a mais poderosa do município de São Jorge

dos Ilhéus. Na metade do século XIX, eles possuíam seis engenhos e serrarias, sete alambiques, vários armazéns, extensas plantações de café e cacau nas terras que corriam do sul ao norte do litoral do município, do Santana ao Almada. Todas as vias de comunicação, terrestres e fluviais, em direção ao interior, saindo da costa ou vice-versa, passavam através das terras de um dos membros da família, assim como, toda a produção era escoada pelos portos fluviais situados em suas propriedades, fazendas: Castelo Novo, no Almada, Vitória, no Cachoeira e Santana, no rio do Engenho.

Outras famílias com terras no município possuíam grandes propriedades, muitas delas vizinhas às terras da família Sá, com as quais mantinham relações de compadrio e parentesco. O engenho Santo Antonio da Ribeira das Pedras, e as fazendas Buranhem, Ponta Grossa e Madeira, propriedades que cobriam várias léguas situadas em terrenos do Almada, até as margens da lagoa Encantada, foram adquiridas em 1840 pelos irmãos Manuel e Fortunato Pereira Gallo, oriundos de Santo Amaro da Purificação, no recôncavo baiano. Em 1866, a propriedade possuía engenho, casa de farinha, senzala, casa do administrador, oitenta cabeças de gado, campos de cana-de-açúcar e mandioca e extensas plantações de café e cacau. Nesse período, o engenho utilizava a força de trabalho de sessenta escravos, uma das maiores quantidades do município.<sup>(52)</sup> A propriedade sofreu uma grande decadência no período da luta armada entre a família extensa Sá, líder do partido conservador local, e o coronel Gentil José de Castro, chefe liberal mineiro, protegido político do visconde de Ouro Preto. Ao término da disputa, a maior parte da fazenda havia sido destruída, incluindo o engenho e as plantações de cacau, assunto sobre o qual trataremos mais adiante.

Oriunda da França, a família Lavigne é uma das mais tradicionais pioneiras do cultivo do cacau em terras ilheenses, descendendo toda ela do construtor civil François Gaston Lavigne, um dos membros da embaixada francesa trazida por D. João VI. Logo após sua chegada ao Rio de Janeiro, François Lavigne, acompanhado do cunhado Jean Baptiste

Level, abandonou a embaixada e transferiu-se para a Bahia, inicialmente residindo em Salvador e, posteriormente, transferindo-se para o município de São Jorge dos Ilhéus, onde adquiriu terras para a construção de engenho e serraria.

Seu filho, Louis Gaston, vindo ainda criança para o Brasil, foi um dos pioneiros da zona do Itariri, afluente do Almada. Suas águas encontram-se nas proximidades do povoado de Urucutuca. Louis Lavigne introduziu na região o plantio balizado do cacau, as árvores em linha e à distância de vinte palmos, principalmente no ribeirão da Timbuíba. Louis Lavigne casou-se com a alemã Maria Bonin, de uma das famílias de colonos imigrantes do rio Cachoeira. Um dos seus filhos, Luiz Gaston, casou-se com Leonina Augusta de Sá, pais do primeiro prefeito municipal de São Jorge dos Ilhéus, Eusínio Gaston Lavigne.

Na década de 1840, os Lavigne venderam o engenho à família Gallo e concentraram-se na exploração de madeira, plantio de cacau e café e comércio. A fazenda Rosário, da família Lavigne, às margens do Itaípe, foi um dos primeiros engenhos a possuir plantações de cacau e café no município ilheense. Quando Maria Bonin Lavigne faleceu, em 1878, a Rosário estava avaliada em mais de trinta e seis contos de réis, incluindo quinze escravos, dezoito cabeças de gado, mais de quinze mil pés de cacau e três mil pés de café, casa de farinha e balcões para secagem de cacau.<sup>(53)</sup>

Ao herdarem parte da Rosário e de outras propriedades, sua filha e o genro, Josephine Lavigne e Domingos José de Lemos, criaram uma das maiores fortunas da região do cacau. O armazém da Rosário, tornou-se uma das mais importantes casas comerciais da zona rural, abastecendo toda a zona do Itaípe, onde a família Lavigne estabeleceu relações de casamento e compadrio com os Sá. Em 1888, quando Lemos faleceu, o patrimônio da família estava avaliado em cento e trinta contos de réis, os quais incluíam cinco edifícios na cidade, metade de uma lancha, ações em três bancos, crédito nas firmas exportadoras de Salvador e quarenta contos em débitos à sua casa comercial:<sup>(54)</sup>

*A fazenda Rosário tinha de terras, do canal do Itaípe, que foi aberto por François Lavigne, até perto de Urucutuca. Depois que ele (Domingos Lemos) morreu, meu avô (Antonio “Senô” Lavigne de Lemos) ficou com a Rosário, que ia até a fazenda Retiro de Henrique Cardoso (filho de uma Lavigne). Tia Santa (Clotildes Lavigne de Lemos) ficou com o Itaípe. Outra irmã do meu avô, Helena, ficou com o Jatimani. O Santiago era de Josefina, outra irmã dele, e aquilo emendava com o Bom Gosto. A fazenda Bom Gosto foi implantada por Louis Gaston Lavigne e ficou para meu avô também, era uma roça de mil e trezentos hectares.<sup>(55)</sup>*

Antigos engenhos e serrarias, a maior parte dessas propriedades transformaram-se em grandes fazendas de cacau. Seus donos usaram a mão-de-obra escrava para incrementar rapidamente o número de árvores de cacau, principalmente a partir da segunda metade do século XIX.<sup>(56)</sup> Outros proprietários, aparentemente, não vislumbraram o valor do cacau ou não tiveram interesse em seu plantio. Eles venderam partes de suas sesmarias a indivíduos que investiam no cacau, especialmente lavradores bem estabelecidos.

## Cacau, escravos e minérios

No final do século XIX, a zona do Almada, que abrangia o 4º distrito de paz do município, possuía algumas das mais importantes fazendas de cacau do sul da Bahia como a Bonfim, de Otaviano Moniz Barreto; a Almada, de Pedro Augusto Cerqueira Lima; as de Pedro Marques Valente; a Ermo Nobre e Castelo Novo, dos Homem d’El-Rei; as da família Sá Bittencourt Câmara; a Bom Gosto, de Luiz Gaston Lavigne; e a Óculos, de João Carlos Hohlenwerger.<sup>(57)</sup>

O povoado de Castelo Novo, com seu porto fluvial, era o mais importante centro comercial do município. Ali estavam estabelecidas as principais casas comerciais e depósitos de cacau do distrito, que estavam ligadas por uma rede de estradas à cidade de São Jorge dos Ilhéus e aos povoados de Rio do Braço e Tabocas, futura Itabuna. O distrito vizinho do Iguape, que abrangia o 2º distrito de paz, tinha sua sede no povoado de Água Branca, atual Aritaguá, povoado de pouca monta com apenas uma escola e duas pequenas casas comerciais. Em seus arredores, destacavam-se as tradicionais fazendas de cacau: a Rosário, da família Lavigne de Lemos, e a Retiro, da família Cardoso e Silva. Seus respectivos herdeiros, Antonio Lavigne de Lemos ('adamista') e Henrique Lavigne Cardoso e Silva ('pessoísta'), disputariam, durante o período da República Velha, a chefia política do distrito. Devido à luta política, o coronel Henrique Cardoso retirou o Lavigne de seu nome, passando a assinar-se somente com o sobrenome paterno.<sup>(58)</sup> A maior parte dos proprietários desses distritos compunham os quadros do Partido Conservador, no Império, depois 'adamista', no período da República Velha.

Até o final do século XVIII, o valor das terras do vale do Almada era praticamente nulo. No ano de 1782, as terras da fazenda Buranhém, cobrindo várias léguas que iam das corredeiras do Castelo Novo ao riacho Itaúnas, na lagoa Encantada, foram vendidas por apenas vinte mil réis e em pagamentos parcelados. Em 1808, o padre Domingos Dantas adquiriu a metade de seus terrenos (da Gamboa, no rio Almada, ao riacho Itaúnas), pelo valor de quatrocentos mil réis e, em 1841, já possuindo benfeitorias, como engenho e serraria, foi adquirida por um conto e quatrocentos mil réis.<sup>(59)</sup>

Com a propriedade subdividida em duas, uma parte denominada Serrapilheira, foi comprada pelo português Manoel Pereira dos Santos, por um conto e oitocentos mil réis; e a outra, Buranhém, onde havia referências à antigos cacauais, foi adquirida em 1858 pelo valor de oito contos e quinhentos mil réis por Eduardo Gantois, de Salvador. Essa propri-

idade foi posteriormente vendida ao engenheiro Fortunato Gallo, oriundo de Santo Amaro da Purificação, que formou uma ampla testada com a anexação das fazendas Ponta Grossa e Madeira. Fortunato Gallo aumentou a produção de cacau da Buranhém com a utilização de novas técnicas de plantio, como as utilizadas pelo francês Louis Lavigne, no ribeirão da Timbuíba, onde os cacauais produziram comercialmente por mais de um século.

O povoamento do Almada foi incrementado a partir do início do século XIX, principalmente devido à expansão da lavoura cacauera pelas margens do rio e seus afluentes. O escoamento de sua produção para o porto da vila de São Jorge dos Ilhéus foi facilitado pela construção de um canal, aberto em 1841, ligando os cursos do Fundão ao Itaípe (Baixo Almada). Projetado pelo construtor civil François Gaston Lavigne e construído definitivamente pela família Sá, a obra substituiu a baldeação de pessoas e cargas feita no ponto mais próximo entre os dois cursos d'água. Esse canal favoreceu o desenvolvimento comercial do Almada, haja vista sua maior extensão navegável em relação aos outros rios municipais. Sua navegação somente era interrompida nas corredeiras de Castelo Novo, três ou quatro vezes mais distante do que as corredeiras do banco da sesmaria Vitória, localização do porto que escoava toda a produção das fazendas do Cachoeira.

O processo de incorporação do espaço constituído pelos férteis terrenos do Almada foi caracterizado pelas questões jurídicas envolvendo os limites das propriedades cacaueras, disputas provocadas pela intensificação da demanda no mercado exterior e a conseqüente valorização do produto na pauta de exportação da província baiana.

Desde a colônia até o século XIX, a produção do sul baiano estava baseada na exploração de madeira e na produção de farinha, açúcar e cachaça. A maior parte das primitivas sesmarias estava abandonada, sendo ocupadas apenas as terras da planície costeira. O começo das exportações de cacau, no final do século XVIII e o início do século XIX, viria

a modificar o quadro agrícola do sul baiano, incorporando faixas de terras ainda inexploradas comercialmente.

O cacau que, de início, conviveu lado a lado com o açúcar e o café, como mostra a documentação do Arquivo Público da Bahia relativa aos impostos de produtos agrícolas,<sup>(60)</sup> acabou por tudo abarcar, transformando o sul baiano numa região monocultora. A partir do ano de 1835, o cacau tomou parte regular nas exportações anuais da província e as exportações dobraram ou triplicaram a cada década entre 1830 e 1890.

Em seu início, o valor do cacau era pequeno em relação ao total das exportações provinciais, mas foi um dos raros produtos agrícolas a crescer de importância na receita da Bahia, no século XIX. O sul baiano era eminentemente agrícola e, assim como toda a província, baseava sua produção na mão-de-obra escrava. No distrito do Almada, segundo relatos familiares passados de geração a geração, muitos escravos permaneceram nas fazendas após a Abolição, passando à condição de pequenos proprietários ou rendeiros, em pedaços de terra cedidos pelos seus antigos senhores:

*Louis Lavigne possuía escravos, o pessoal ficou todo trabalhando com ele. Ele precisava de pessoal para habitar, trabalhar lá. E tem uma família deles que pediu autorização e usou o nome, são Lavigne. Não tinham nome e para registrar o nome do antigo dono, tinham que ter autorização.*<sup>(61)</sup>

*Meu avô era senhor de escravos. Quando chegou a alforria, ele pegou a fazenda e dividiu com os escravos, deu a cada escravo uma parte. Eles plantaram cacau e depois venderam à Misael, acabaram com tudo.*<sup>(62)</sup>

A mão-de-obra escrava do Almada também foi utilizada na exploração de minérios, abundantes naquela zona do município. Desde o ano de 1858, haviam sido encontradas

nos terrenos da lagoa Encantada jazidas de turfa e petróleo, havendo fortes indícios de minérios raros na bacia do Almada. De acordo com Braz do Amaral, o início da exploração das jazidas existentes nas margens do Almada ocorre no ano de 1878.<sup>(63)</sup> Quatro anos depois, em 1882, foram descobertas as jazidas diamantíferas do córrego do Salobro de Dentro, nas vertentes da serra da Onça, termo da vila de Canavieiras. Em virtude dessa descoberta, o governo imperial baixou um decreto criando um distrito diamantino, abrangendo a área formada pelos municípios de Belmonte, Canavieiras e São Jorge dos Ilhéus.<sup>(64)</sup>

A existência de jazidas minerais no distrito do Almada atraiu o investimento de capitais na aquisição e prospecção dos terrenos. Um dos maiores empreendedores desse projeto foi o tenente-coronel Gentil José de Castro, líder político liberal oriundo de Minas Gerais e protegido do visconde de Ouro Preto. Homem de vastos recursos financeiros e de grande influência na política imperial, Gentil de Castro conseguiu obter o privilégio de exploração de minérios em toda a comarca de São Jorge dos Ilhéus, considerada então distrito diamantino. Com sua transferência para o município, o liberal mineiro assumiu a chefia do partido local e iniciou uma ferrenha disputa com a família Sá, pelo controle da política municipal.

Historicamente, o poder municipal esteve nas mãos da família Sá por quase toda a fase imperial. Com breves interrupções conjunturais, sua influência sobreviveu à República, devido principalmente ao prestígio que a família possuía na Bahia. Relações de vários tipos ligavam-na à elite soteropolitana e do recôncavo que, como eles próprios, continuaram a controlar politicamente a Bahia, através do domínio dos municípios.

Uma das rupturas no domínio municipal pelos conservadores ocorreu durante a década de 1880, quando, sob a chefia de Gentil de Castro, os liberais estabeleceram uma oposição mais agressiva, fortalecida pelo apoio de políticos influentes, como Carneiro da Rocha e o visconde de Ouro Preto, que

veio a chefiar o último gabinete de ministros do Império.

Gentil de Castro radicou-se nas terras do engenho de Santo Antônio da Ribeira das Pedras, vizinhas à lagoa Encantada. A propriedade e a fazenda *Almada* eram as maiores produtoras de cacau do município, cada qual com cerca de duzentos mil pés plantados.<sup>(65)</sup> Inicialmente, o chefe liberal estabeleceu relações sociais com os fazendeiros mais influentes do Almada, visando a adquirir prestígio na sociedade local e conquistar posições políticas:

*Seu nome, sua procedência na corte, sua palestra de letrado deram-lhe uma posição de destaque nos domínios daquelas vastas sesmarias, cultivadas de cana e cacau pelo braço escravo.*<sup>(66)</sup>

Gentil de Castro atraiu a confiança dos cacauicultores do Almada, celebrando ligações rituais através do compadrio. Seu próprio irmão, Hermelino Guimarães de Castro, e a esposa batizaram uma criança pertencente à família Sá, a menina Maria Augusta, filha de João Carlos Hohlenwerger e Teodomira Augusta de Sá Hohlenwerger.<sup>(67)</sup>

Os diferentes projetos políticos terminaram por afastar definitivamente os conservadores de Gentil de Castro, liberal convicto e abolicionista radical. O líder liberal representava uma quebra nos valores culturais locais, tecidos em um ambiente conservador com profundas raízes escravocratas. Antes da Abolição a riqueza das famílias era medida pelas quantidades de “peças” que possuíam. Eram então os Sá, os Homem d’El-Rei e Lavigne os maiores proprietários de escravos do município, cujos braços eram utilizados no plantio de cacau, mandioca, café e cana-de-açúcar. Evidentemente, os fazendeiros do Almada tinham uma posição ideológica contrária à do liberal mineiro, sendo por este taxados de “amarelos preguiçosos e exploradores de negros”.<sup>(68)</sup>

O poder e prestígio dos conservadores foi confrontado com um poder externo que extrapolou os limites locais das

famílias rivais e confrontou em nível de igualdade a influência dos Sá e seus aliados políticos da capital baiana. Estava, então, em jogo o poder político e ideológico do município. Era toda uma concepção de mundo formada na estrutura social do Império que se modificava por força do processo histórico em curso. Um e outro lados utilizaram-se de um discurso ideológico visando a legitimar suas ações. Discurso que servirá de base aos partidos políticos liderados pelos coronéis Adami de Sá e Pessoa.

O tenente-coronel Castro teve como aliado incondicional o então promotor público municipal, Antonio Pessoa da Costa e Silva, também liberal e abolicionista. Pessoa, com o apoio de Gentil de Castro e de outros líderes liberais, tornar-se-ia um dos mais importantes políticos baianos, ocupando os cargos de deputado provincial, intendente municipal e senador estadual. Como advogado provisionado, Antonio Pessoa ocupou as promotorias de Vitória da Conquista e Canavieiras, onde se destacou na campanha abolicionista, o que lhe valeu o reconhecimento da presidência da província. Por sua vontade, foi transferido para o município ilheense. Quando obrigado a deixar o cargo de promotor, em favor do bacharel Ciridião Durval, foi a pedido do compadre Gentil nomeado pelo ministro da Agricultura, conselheiro Carneiro da Rocha, para a secretaria da Comissão de Açudes do Ceará. Antes de seu retorno, casou-se, em segundas núpcias, com Francisca de Queiróz Pessoa, de tradicional família cearense, à qual pertence a escritora Raquel de Queiróz.

Entre os anos de 1883 e 1885, a exploração das jazidas de minérios da bacia do Almada tomou corpo, concorrendo com o interesse voltado para o plantio do cacau. Nesse período, tradicionais fazendeiros de cacau, como Cristiano Homem d'El-Rei e Fortunato Gallo, solicitaram à Assembléia Provincial privilégio para explorar minas de carvão de pedra nos terrenos de sua propriedade. Ao mesmo tempo, Gentil de Castro obtém o direito de explorar hulha em toda a comarca.

O direito de explorar minérios na comarca, concedido pelo governo provincial em 1885, foi utilizado por Gentil de Castro

como um legitimador das invasões de terras por ele levadas a termo. Para tanto, foram contratados dezenas de jagunços em Vitória da Conquista, comandados por Cândido Pinto e Tiago Flores.<sup>(69)</sup> Nesse período, o sudoeste baiano, principalmente Conquista e Itambé, era uma espécie de celeiro de jagunços que, organizados em grupos numerosos, alugavam seus serviços aos grandes fazendeiros e chefes políticos do litoral sul-baiano e do norte mineiro. Muitos radicaram-se definitivamente na região do cacau, com a aquisição de propriedades rurais.

A partir de então os liberais ilheenses, sob o comando de Gentil de Castro, implementaram uma política de extermínio dos principais líderes conservadores, quase todos pertencentes à família Sá. Os conservadores eram acusados de construir seu poder em função do trabalho escravo e das benesses do governo, confundindo os bens públicos e privados, mantendo dessa forma o município em um profundo atraso material. Os liberais, chefiados por Castro e Pessoa, eram taxados de forasteiros, aventureiros sem tradição na região, que tinham como único desejo controlar o poder municipal em benefício próprio. Tal discurso engendrou alguns mitos na produção historiográfica sobre a região cacauceira, assunto que será tratado no terceiro capítulo.

O uso da força e os atos terroristas foram largamente utilizados pelos liberais, como o assalto às residências e fazendas de seus adversários políticos. O principal objetivo dos liberais era controlar os distritos do Almada e do Iguape, núcleos tradicionais do partido conservador. A invasão das fazendas Buranhém e Ponta Grossa, de Fortunato Gallo, e o assassinato do fazendeiro João Carlos Hohlenwerger determinaram o início dos conflitos armados entre as facções. A tocaia feita a Hohlenwerger ocorreu na ponte do Itariri, passagem obrigatória da estrada que ligava a vila dos Ilhéus a sua fazenda, Óculos, próxima ao povoado de Castelo Novo. Foram-lhe dados dezenas de tiros e dezoito facadas, suas mãos foram amputadas e a barba arrancada como prova do delito. Além do fazendeiro, foram assassinados dois homens que o acompanhavam.

Um escravo de 18 anos, João Milagres, foi poupado.<sup>(70)</sup>

Sobre a ação dos jagunços de Gentil de Castro, temos o depoimento do próprio Cândido Pinto, prestado a um memorialista regional:

*Sou filho de Vitória da Conquista, fui criado pela família Santos, onde me distingui pelo trabalho de vaqueiro e pelas armas. Então o coronel Pompílio Santos me apresentou a ele, e daí eu ter que arranjar mais um subchefe da minha confiança, cuja escolha eu fiz na pessoa do meu amigo Tiago Flores e nós escolhemos mais dezoito homens. Em Ilhéus fui autorizado a matar o coronel João Carlos Hohlenwerger, Domingos Adami e José Adami, sendo logo executada aquela ordem na pessoa do coronel João Carlos. No dia seguinte mandei matar Domingos Adami, no cais do porto(...), logo socorrido por populares não havendo tempo de ser sangrado, sendo levado para casa e no dia seguinte para a capital, juntamente com seu irmão José Adami. Daí a caçada perdida...*<sup>(71)</sup>

O controle dos cargos municipais era então determinado pelas mudanças ministeriais do Império. O partido ao qual fosse entregue o domínio ministerial, na pessoa do chefe do gabinete, passava a dispor dos cargos de justiça e de polícia nas províncias e municípios. No período desses assassinatos, o gabinete de ministro do Império estava nas mãos dos conservadores, presidia-o o baiano barão de Cotegipe. A relevância das pessoas envolvidas na política e lavoura baianas e o modo pelo qual Hohlenwerger foi assassinado, fizeram com que o caso repercutisse na imprensa nacional. O próprio chefe de polícia da Bahia foi mandado presidir o inquérito movido contra dois jagunços de Gentil de Castro, acusados pelos assassinatos do Itariri:

*Tal crime exarcebou os ânimos dos partidários da vítima, figura de relevo na política local, cavando fundo dissídio entre as famílias, que romperam relações entre si e tornaram-se acérrimas inimigas.<sup>(72)</sup>*

Com os liberais na oposição, o tenente-coronel Castro foi processado como mandante dos crimes. Perseguido pelos conservadores e sem o respaldo dos cargos de polícia, restou-lhe a fuga para o Rio de Janeiro. Sua prisão foi efetuada durante uma viagem ao interior de Minas Gerais, província na qual os Sá detinham uma poderosa rede de alianças desde a época do reinado.

Seu julgamento, ocorrido em 1886, foi um dos mais importantes da história do foro ilheense, não só pela relevância das pessoas envolvidas, como pelos profissionais que nele atuaram. Para defendê-lo vieram, de Salvador, os bacharéis Carneiro da Rocha e Wenceslau Guimarães e, do Rio de Janeiro, Afonso Celso de Assis Figueiredo, considerado um dos melhores advogados do Império. Os esforços do promotor Ciridião Durval não foram suficientes para impedir a absolvição do político mineiro. As ligações de Gentil com a corte impediram que fosse levado à força. Sobre esse julgamento segue o depoimento do próprio Afonso Celso, verdadeiro retrato de uma época:

*Ao entrar em casa, entregaram-me um telegrama. Assinava-o querido amigo meu, vítima de intrigas políticas num lugarejo do litoral da Bahia, onde elegera domicílio. Haviam-lhe armado por meio de incríveis manejos, monstruoso processo, acusando-o de cumplicidade em bárbaros crimes(...) No libelo pedia a justiça pública a condenação dele à morte. O júri propositadamente demorava-se. Sucedia-se os dias sem notícia, numa vila de escassos recursos, onde só duas vezes ao mês recebiam-se jornais. Às oito da noite correria risco quem*

*se aventurasse nas ruas escuras(...) Digno de estudo [Gentil de Castro] em verdade. Nada vulgar: bravo até a temeridade; insolente por índole; inteligência vivaz, na qual a habilidade inata supre a cultura; dominador perdulário, enfrornado nas mais transcendentales matreirices da pequena política, invencível em campanhas eleitorais. A par disso, ilimitada bondade, alma impetuosa, com as lacunas e proeminências que tornam amados os mandões populares, afeitos a infudirem dedicações sem termo e aversões implacáveis(...) Em variadas profissões exercitara a atividade: negociante de secos e molhados, empreiteiro de estrada de ferro, garimpeiro de diamante, agricultor, tropeiro. Tenente-coronel da Guarda Nacional, oficial da Ordem da Rosa, influência em qualquer paragem onde se demorasse. No salão da câmara municipal em que se achava detido, em razão da sua patente, combinava planos para vindouros pleitos, organizava chapas, designava candidatos. As sentinelas apresentavam-lhe as armas. Hospedara o imperador e a imperatriz numa das suas visitas a Minas(...) Já anteriormente lhe haviam armado acintosa demanda. Intimado para defender-se, irrompeu o cartório, rasgou os autos, esbofeteou o juiz. De reiteradas tentativas de assassinato escapara incólume. O povo adorava-o. Inimigos poderosos tinham jurado seu aniquilamento. Redobrava o ardor hostil dos contrários. Constava que cenas violentas ocorreriam no tribunal(...) Instalou-se a sessão ao meio-dia e só terminou na manhã seguinte, às dez horas, entre peripécias realmente dramáticas. O acusado foi absolvido pelo voto de qualidade. Só um ano mais tarde, outro júri composto de adversários ainda absolveu-o unanimemente.<sup>(73)</sup>*

A reação dos conservadores locais à absolvição de Gentil de Castro deu-se em atentados sucessivos contra sua vida: um deles, nos festejos do 2 de Julho, de 1888, no largo Luís Vianna, cuja queixa foi julgada improcedente pelo chefe de polícia e confirmada pelo Tribunal da Relação da Província; outro, uma tocaia na estrada do Almada, quando voltava do arraial de São João do Itaípe, onde votara nas eleições para uma vaga no senado estadual, disputada pelo liberal Carneiro da Rocha. Gentil atribuiu a tocaia à “família do Rosário”, referência aos Lavigne; e ainda outra, falha, na estrada do Cachoeira, da qual escapou Antonio Pessoa que, de capote, foi confundido com Gentil de Castro.

Uma nova ordem de prisão decretada contra Gentil de Castro, acusando-o de crime de sedição, faz com que seja preso e enviado para Salvador. A pressão dos conservadores o levou a ser julgado e condenado ao mesmo tempo por três processos. Ele foi salvo pela ascensão do Partido Liberal, na figura de Ouro Preto, à chefia do gabinete de ministros, o último do império. As autoridades judiciárias e policiais da província, ligadas aos conservadores, foram afastadas dos seus cargos. Estes foram imediatamente postos à disposição dos chefes liberais. O objetivo era desmontar o Partido Conservador no sul baiano, principalmente nos municípios de Canavieiras e São Jorge dos Ilhéus, para onde Gentil de Castro retorna imediatamente após sua libertação.

O uso da força e de atos terroristas voltou a ser implantado pelos liberais com esforço redobrado. Às vésperas da implantação do regime republicano, do qual foi um dos maiores opositores, Gentil de Castro reuniu o destacamento policial, algumas dezenas de jagunços, e iniciou um ataque sistemático às fazendas dos líderes conservadores do município. No distrito de Cachoeira do Itabuna foram invadidas as fazendas Alegrias, de Manoel Pancrário Pereira Pinto, e do coronel Henrique Berbert, intimados a apoiar o Partido Liberal, sob a pena de terem as propriedades destruídas.

Os jagunços atacaram ainda a fazenda Sempre-Viva, do coronel Henrique Alves dos Reis que, avisado previamente,

fugiu. Gentil tencionava “lascar as mãos” de Henrique Alves com uma surra de palmatória. Negro de origem humilde, o coronel Alves representava o braço armado dos conservadores no Cachoeira, reduto político dos liberais. A seqüência dos ataques ocorreu no Almada, logo após a queda de Ouro Preto e da monarquia, com a invasão do povoado de Castelo Novo e a prisão de Manoel Ascêncio Homem d’El-Rei pelo destacamento policial e jagunços de Gentil, fato relatado pelo agredido em carta ao compadre e vizinho Pedro Cerqueira Lima:

*Amigo e compadre Lima. Esta tem por fim de comunicar-lhe a triste cena da mais maldita barbaridade praticada em minha casa pelos agentes da força pública e a capangagem do Gentil. No sábado, 19 do corrente, (novembro de 1889) vi descer dos lados de sua fazenda, mais de sessenta homens. Em minha casa foram recebidos por mim e intimado a deixar correr o interior para uma rigorosa busca. Finda a mesma não acharam nada de armas que me compromettesse perante a lei, me prenderam e trouxeram a esta cidade. João Mineiro que, com os capangas, cercava os lados da casa, vendo um trabalhador meu subir a escada da casa o abateu com quatro tiros. Ainda tentaram me assassinar o que não conseguiram devido a intervenção de Alfredo Dórea que me levou e trancou num quarto. Em seguida o delegado Sodré me deu ordem de prisão ameaçando-me levar para a Ribeira das Pedras, ao que me opus. O escândalo e a audácia desses miseráveis chegaram a tanto que ameaçaram e queriam as minhas barbas. Acompanhado de quatro praças, capangas e corneteiros, me meteram numa canoa e me levaram rio abaixo tocando corneta. Às 8 horas cheguei a Ilhéus debaixo de humilhação e sob os olhos dos cu-*

*riosos. Recomende-me à família e ao amigo Pedro Valente. Disponha do seu compadre e amigo Manoel Ascêncio.*<sup>(74)</sup>

A mudança de regime político levou o tenente-coronel Gentil de Castro e os liberais para a oposição, fazendo com que o político mineiro abandonasse definitivamente a região, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde veio a fundar gazetas que combatiam a república. No município ilheense, a chefia política foi entregue ao coronel Joaquim Ferreira de Paiva, ex-combatente na Guerra do Paraguai e amigo pessoal do marechal Deodoro da Fonseca, que evitou a expulsão de Antônio Pessoa da cidade. Os inimigos políticos de Pessoa tentaram colocá-lo a bordo de uma jangada, fato impedido pelo coronel Paiva.

Gentil de Castro foi assassinado no Rio de Janeiro, quando da Guerra de Canudos, por elementos florianistas que o acusavam de ser um dos supostos protetores de Antônio Conselheiro. Com a derrota das tropas federais de Moreira César, alardeou-se que o arraial de Canudos era o foco de um movimento sebastianista que defendia a restauração da monarquia, à qual Gentil de Castro se mantinha fiel.

A proclamação da república fortaleceu os elementos conservadores no município de São Jorge dos Ilhéus, que aderiram em massa ao novo sistema político. O Partido Liberal foi assimilado como um inimigo imediato dos republicanos, haja vista seu controle do antigo gabinete de ministros do império. Aderindo ao contexto político o poder da família Sá mobilizou-se e adaptou-se ao regime republicano, que utilizou elementos monarquistas em larga escala para formar seu quadro administrativo.

Dessa forma, a família Sá manteve o controle do município por mais de duas décadas na República Velha. A oligarquia somente foi derrubada do poder municipal com a reestruturação da política estadual, através do golpe de J.J. Seabra, em 1912, quando o intendente municipal Arthur

Lavigne de Lemos, representante adamista, foi deposto pelo interventor Bráulio Xavier e substituído pelo coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva.

### Notas de Referência

- (1) - WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnb, 1995. p. 39.
- (2) - REDFIELD, R. *The Little community, peasant society and culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1960. p. 27.
- (3) - WOLF, E. *Parentesco e amizade e relações patrão-cliente em sociedades complexas*. In: Cadernos de Antropologia, n.7, Universidade de Brasília, 1974. p. 5.
- (4) - Ibid. p. 76.
- (5) - WOORTMANN, E. op cit. p. 50.
- (6) - Ibid. p. 31-32, 47.
- (7) - Ibid. p. 79.
- (8) - WOORTMANN, K. *Reconsiderando o parentesco*. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970. p. 182.
- (9) - As famílias que detinham, tanto o poder político, como a posse de terras, utilizaram freqüentemente o recurso do casamento, como forma de perpetuar sua influência social.
- (10) - MATTOSO, K. *Família e sociedade na Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, s/d. p. 136.
- (11) - VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: s/ed, 1938. p. 41.
- (12) - Entrevista com Pedro Scola Homem d'El-Rei, 88 anos. Ilhéus-Ba. 4 de fevereiro de 1999.
- (13) - FALCÓN, G. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá, 1995. p. 77.
- (14) - RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 143.
- (15) - Ibid. p. 141.
- (16) - WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 121.
- (17) - WOORTMANN, E. op cit. p. 54.
- (18) - WOLF, E. *Parentesco e amizade*. p. 4.

- (19) - FARIA, S. C. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 150.
- (20) - Entrevista com Gilberto Homem d'El-Rei, 91 anos. Ilhéus-Ba, 2 de fevereiro de 1999.
- (21)- Autos do Processo da Sesmaria Castelo Novo, fls. 137 a 190v., de posse da família Adami de Sá.
- (22) - APEB. Livro do Registro Eclesiástico de São Jorge dos Ilhéus (1857). Registro n. 139.
- (23) - Presidente da Câmara Municipal, quando da elevação da vila de São Jorge dos Ilhéus à condição de cidade (28/06/1881).
- (24) - MATTOSO, K. op cit. p. 135.
- (25) - SAMARA, E. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 110.
- (26) - ADSJI. Livro do Registro de Casamentos da Diocese de São Jorge dos Ilhéus (1857-1892).
- (27) - MAHONY, M. A. . *The world made: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil (1822-1919)*. Tese de doutorado apresentada à Faculty of the Graduate School of Yale University, 1996. p. 89.
- (28) - MATTOSO, K. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 186.
- (29) - SILVA CAMPOS, J. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1981. p. 185.
- (30) - MAHONY, op cit. p. 91.
- (31) - Ibid. p. 92.
- (32) - SOUZA, T. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974. pp. 22 e 40.
- (33) - FERREIRA CÂMARA, M. *Ensaio de descriçãp física e econômica da comarca de São Jorge dos Ilhéos*. Memórias Econômicas da Academia das Ciências de Lisboa. 1 (1789). pp. 304, 307 e 310.
- (34) - BERBERT DE CASTRO, E. *Formação econômica e social de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981. p. 47.
- (35) - CUNHA, M. *Relatório da Exposição Nacional*. Apud. SILVA CAMPOS. op cit. p. 522.

- (36) - FERREIRA CÂMARA, M. op cit. pp. 310 e 317.
- (37) - REIS, J.J. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, . p.155.
- (38) - MAHONY, M. A . op cit. p. 96.
- (39) - SILVA CAMPOS, J. op cit. p. 178.
- (40) - Ibid. p. 187.
- (41) - JEQUIÉ. *Jequié, síntese histórica e interpretativa*. Prefeitura Municipal, 1992. p. 18.
- (42) - MACÊDO, J. R. de. & RIBEIRO, A . L. R. *Ilhéus: tempo, espaço e cultura*. Itabuna: Gráfica Editorial Agora, 1999. p. 91.
- (43) - Sobre o assunto ver ANDRADE, M. P. *Ilhéus, passado e presente*. Salvador: EBDA, 1996. BERBERT DE CASTRO, R. *Hulha Branca*. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1945.
- (44) - ANDRADE, M.P. op cit. pp. 67-68.
- (45) - LAVIGNE, E. G. *Por que gosto de Ilhéus*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1963. p. 30.
- (46) - BORGES DE BARROS, F. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981. p. 108.
- (47) - Gazeta de Ilhéus. n. 109 de 29/5/1902. p. 2.
- (48) - APEB, SJ, Inventários, Ilhéus. n 03/1406/1875/22. Maria Piedade Mello e Sá (1876).
- (49) - FEBC, Ilhéus, PCVC, Traslado dos autos da ação de medição e demarcação, tenente-coronéis Domingos Adami de Sá, José Carlos Adami, dona Aurelinda Augusta Fialho e outros v. Pedro Scola Homem d'El-Rei (1899).
- (50) - APEB, SJ, Inventários, Ilhéus. n. 02/759//1225/4. Egídio Luiz de Sá B. Câmara (1883).
- (51) - EBC, PCVC, AD: Fernando Steiger e outros vs. coronel Albino Francisco Martins (1911)
- (52) - MAHONY, M. A . op cit. p. 285.
- (53) - APEB, SJ, Inventários, Ilhéus. n. 02/750/1216/05. Maria Bonin Lavigne (1878).
- (54) - FEBC, Ilhéus, PCVC, Inventários. Roberto Joaquim Lavigne (1896).
- (55) - Entrevista com Antonio Francisco Leal Lavigne de Lemos, 58 anos. Ilhéus-Ba, 27 de maio de 1996.

- (56) - MAHONY, M. A . op cit. p. 293.
- (57) - BORGES DE BARROS, F. op cit. p. 110.
- (58) - Entrevista com Henrique Weyll Cardoso e Silva, 79 anos. Ilhéus-Ba, 15 de março de 1995.
- (59) - LAVIGNE, E. *Regionalismo literário*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1971. p. 62.
- (60) - APEB. Seção Colonial e Provincial, Câmara de Ilhéus. nn. 5540 e 5459.
- (61) - Entrevista com Antonio Francisco Leal Lavigne de Lemos.
- (62) - Entrevista com Pedro Scola Homem d'El-Rei.
- (63) - AMARAL, B. do. *Historia da Bahia, do império a república*. Bahia: s/ed, 1923. p. 289.
- (64) - SILVA CAMPOS, J. op cit. p. 263.
- (65) - AGUIAR, D. V. *Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979. p. 266.
- (66) - PEREIRA FILHO, C. *Ilhéus, terra do cacau*. Rio de Janeiro: Andes, 1959. p. 23.
- (67) - Batismo realizado em 29/6/1883.
- (68) - PEREIRA FILHO, C. op cit. p. 27.
- (69) - COSTA, J. P. *Terra, suor e sangue*. Salvador: EGBA, 1995. p. 34.
- (70) - PEREIRA FILHO, C. op cit. p. 37-38.
- (71) - COSTA, J. P. op cit. p. 36.
- (72) - SILVA CAMPOS, J. op cit. p. 265.
- (73) - Gazeta de Ilhéus. nn 140, 143 e 144, de 11, 21 e 25/9/1902.]
- (74) - Carta de Manoel Ascêncio Homem d'El-Rei a Pedro Augusto de Cerqueira Lima, novembro de 1889.

# Família e Poder



Major Eustáquio Fialho  
*Acervo pessoal do Sr. Raymundo Kruschewsky G. Ribeiro*

## O poder municipal no Império

O Estado imperial brasileiro caracterizou-se pela tentativa de formação de um aparelho central e exclusivo de poder, através do processo de nomeação dos principais cargos políticos, de justiça e de polícia.

Através da política de nomeações, o governo imperial tinha o objetivo de diminuir a influência do poder local, controlando-o pelas autoridades designadas para ocupar cargos estratégicos nas províncias e municípios. A ação centralizadora do Império foi instrumentalizada pela criação da Lei de Interpretação, de 12 de maio de 1840, e as Instruções Eleitorais, de 4 de maio de 1842.

A partir de então, o governo imperial centralizou o poder político no cargo do ministro da Justiça. A pasta da Justiça era a instância controladora dos cargos policiais e de uma infinidade de funcionários hierárquicos, desde o presidente da província, ao inspetor de quartelão.<sup>(1)</sup> O controle da Guarda Nacional, em 1850, pelo ministro da Justiça, determinaria o fecho do círculo de dominação vertical sobre a sociedade brasileira. A criação da Guarda Nacional, em 1831, pelo regente pe. Feijó, buscava a idealização do cidadão-soldado, relacionando o poder privado ao público ao institucionalizar a formação de exércitos particulares.

As patentes de oficiais superiores eram oferecidas e vendidas aos grandes proprietários de terra. De um modo geral, somente eram vendidas patentes, até o posto de tenente-coronel. A mais alta patente, a de coronel, era reservada aos chefes políticos municipais, como uma espécie de reconhecimento e legitimação oficial por parte do governo. A explosão de coronéis na Bahia deu-se no começo do século XX, quando o governo estadual, por iniciativa do ministro J. J. Seabra, obteve o privilégio de explorar a venda de patentes, para reconstrução e remodelação da antiga Faculdade de Medicina de Salvador:

*Justamente naquela ocasião, foi a vaidade dos moradores do sul do Estado da Bahia, seriamente explorada pela venda de patentes, havendo até agentes vendedores das mesmas em todas as cidades.<sup>(2)</sup>*

Não fossem as exigências do governo, como requerimentos, atestados, número limitado de oficiais para cada brigada, a maior parte dos fazendeiros de cacau do sul baiano seriam oficiais da Guarda Nacional. Uma lista dos oficiais da Guarda Nacional do eixo Ilhéus-Itabuna, do ano de 1918, mostra os seguintes coronéis: Domingos Adami de Sá, Antônio Pessoa da Costa e Silva, José Firmino Alves, Henrique Alves dos Reis, Antônio Brandão, Firmino Ribeiro de Oliveira, Domingos Brandão, Manoel Misael da Silva Tavares, Domingos Fernandes da Silva, Rodolfo de Melo Vieira e Henrique Cardoso e Silva.<sup>(3)</sup> O posto de oficial da Guarda Nacional era prestigiado socialmente e seu titular gozava de algumas vantagens, como prisão em sala livre e privilégios em assuntos ligado ao Exército.

No panorama político imperial, os partidos Liberal e Conservador cobriam as facções municipais, incorporando-as a seu mecanismo. As designações de cargos em nível municipal, como o juiz de direito, os juizes de paz e comissários de polícia, eram baseadas nas indicações de seus líderes locais. Os partidos buscavam, em suas pretensas tendências e princípios, sua estruturação através dos ciúmes das localidades, na influência de um determinado grupo familiar.

No município de São Jorge dos Ilhéus os partidos estavam divididos entre as famílias dos grandes proprietários de terra. Os conservadores eram liderados pela família Sá Bittencourt e Câmara, de grande influência na política nacional, cuja base estava fundamentada numa ampla aliança de casamentos e compadrio. O Partido Liberal tinha como seus principais chefes políticos as famílias Amaral e Bastos, e os coronéis Ramiro Castro e Antonio Pessoa, seu líder máximo. Posteriormente, nos primeiros anos da República, o grupo

político recebeu o apoio de antigos membros do partido conservador, como as famílias Berbert e Pinto.

Essas facções incorporadas aos partidos do Império tinham como principal característica o personalismo encarnado por seus líderes. Daí, as suas denominações locais serem retiradas dos nomes dos chefes políticos. Max Weber, que se dedicou ao estudo da natureza da autoridade dos detentores do poder, sugeria que os líderes de um sistema político reivindicam a legitimidade de seu governo, com base em alguns fatores.<sup>(4)</sup> o primeiro desses fatores seria a tradição, que repousa na necessidade de obediência a líderes que exercem sua autoridade, de acordo com a antigüidade de seu poder. Weber considerava-o o mais universalmente aceito e também o mais primitivo. Um segundo fator estaria nas qualidades excepcionais do líder. Neste caso, a legitimidade baseia-se na “veneração a qualidades específicas excepcionais, ou ao caráter exemplar de uma pessoa” e na ordem moral e política que instituiu. Esse é o tipo de legitimidade adquirido pela liderança carismática.

Parece-nos que os tipos de liderança estabelecidos no município de São Jorge dos Ilhéus, a grosso modo, poderiam ser caracterizados de acordo com tais fatores. A liderança exercida pela família extensa Sá estava principalmente pautada na tradição de seu poder político e econômico. A liderança é o aspecto fundamental que habilita um indivíduo ao comando sobre a parentela e os aliados políticos. Liderança essa, baseada no controle discricionário de significativo número de votos. Quanto maior a quantidade de votos, maior será o prestígio político. No interior de seu campo de influência, o líder político incorpora algumas instituições sociais, como o arbitramento em questões de terras entre vizinhos menores, funções policiais e de crédito. O líder político era obrigado a dispor de braços armados, seus próprios ou de correligionários, muitas vezes contratados em municípios próximos, principalmente Itambé, Vitória da Conquista e Belmonte. Esses criminosos de profissão, os jagunços, exerceram um relevante papel no processo histó-

rico regional, principalmente no que se refere à construção de patrimônios privados.

O desejo de controlar os cargos municipais movia os homens a dividirem-se em facções opostas, cujo programa se resumia à vontade dos seus líderes. A luta entre adamistas e pessoístas desenvolveu-se, principalmente, pelo controle da máquina eleitoral posta em funcionamento no município, na época das eleições. As Instruções de 26 de março de 1824, estatuto eleitoral outorgado pelo governo imperial, que vigeu até 1842, fixam as bases do sistema que predomina, com pequenas modificações, por quase todo o Império.<sup>(5)</sup>

Como observou Nunes Leal, no livro *Coronelismo, enxada e voto*, foi nesse ambiente que se formaram os alicerces estruturais do coronelismo, com sua base familiar de poder, expressão do nível local de poder.<sup>(6)</sup> Dessa forma, surge a importância do estudo sobre o período imperial imediatamente anterior à República, para a compreensão da transformação histórica trazida pela mudança de regime político.

Para tanto, faz-se necessário uma interpretação das oligarquias locais e a natureza política do Império. Alguns historiadores, como Linda Lewin,<sup>(7)</sup> comparam favoravelmente a centralização levada a termo no Segundo Império, que desde a Maioridade, em 1840, viu consolidada a integridade nacional sob a autoridade de um imperador, com a descentralização política da República Velha. Graças ao poder moderador, que possuía poderes de dissolver o legislativo bicameral e convocar novas eleições, o imperador exercia uma significativa autoridade.

O próprio senado imperial era composto de membros nomeados vitaliciamente por Pedro II. Principalmente a partir da crise que se seguiu à guerra do Paraguai (1865-1870), o imperador exerceu freqüentemente o poder moderador, contradizendo o governo de modelo parlamentar baseado no consenso majoritário. Embora essa política o conduzisse irremediavelmente à abdicação, revelou a tendência do império para a centralização.<sup>(8)</sup>

O poder de nomeação do imperador atingia a presidência

das províncias e os juizados de direito distritais. A constante alternância das nomeações entre indivíduos selecionados de um corpo nacional de administradores e magistrados tendia a refrear o poder local do familismo e do personalismo.

Os títulos de nobreza, as patentes da Guarda Nacional, as nomeações para o Senado e para o Conselho de Estado, e os empregos para os apadrinhados eram formas de controlar os grandes proprietários de terra. Os presidentes das províncias eram transferidos constantemente e os juizes de direito, peças fundamentais na política municipal, muitas vezes eram estranhos entre os políticos locais de sua comarca. O sistema eleitoral introduzido para as assembléias provinciais e para a câmara dos deputados, em 1835, habilitou um número reduzidíssimo de eleitores, em comparação à população do país.

Esse reduzido número de cidadãos com direito a voto ajuda a compreender o alto grau de centralização política e administrativa do Império. Um eleitorado mais restrito significava uma maior possibilidade de controle eleitoral, pois a maioria dos votantes era constituída pela parcela mais favorecida da população brasileira. A forma indireta de eleição, baseada num sistema de eleitores, escolhidos previamente também por votos, facilitava o controle dos resultados eleitorais por um dos dois partidos nacionais.

O surgimento, no ano de 1840, dos partidos Conservador e Liberal nos níveis nacional, provincial e municipal, fortaleceu a consolidação do Brasil como nação, na fase final do Império, assim como a criação do funcionalismo burocrático objetivava submeter os municípios às leis imperiais. O imperador podia utilizar o aparelho repressor do Estado para impor sua autoridade central. A Constituição de 1824 dava-lhe o direito de ocupar militarmente qualquer parte do país onde surgissem revoltas. Como, porém, o Exército não possuía homens suficientes para policiar todo o território nacional, criou-se uma Guarda Nacional recrutada localmente, com a finalidade de fortalecer o poder central.

Durante a fase imperial, o domínio local dessa institui-

ção militar esteve tradicionalmente ligado à família Sá. O brigadeiro do Exército Imperial, José de Sá Bittencourt e Câmara e seu filho, o coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara, exerceram respectivamente seu comando por toda a comarca de São Jorge dos Ilhéus.<sup>(9)</sup> O município sempre esteve submetido a um regime de tutela, seja na colônia, pelo comando militar dos governadores e capitães-generais da capitania, seja no Império pela direção da Guarda Nacional, presa ao ministério da Justiça.

O título de coronel surgiu como um posto de comando militar, concedido a pessoas influentes e da confiança do governo imperial, caso da família Sá, no município ilheense. Essas pessoas adquiriam autoridade policial, agindo como elemento repressor nas revoltas locais ou na fuga de escravos. Devido ao imenso prestígio social que lhe era atribuído, o posto de coronel da Guarda Nacional tornou-se um título semi-nobiliárquico, dado de preferência aos chefes mais ricos ou de prestígio incontestado. No Império, os coronéis tinham sua força e poder derivados da confiança e investidura pelo governo central. Isolados nos municípios, distantes da capital e defendidos sistematicamente pelo partido nos seus excessos, eram os coronéis a personificação do poder.

O casamento tinha importância fundamental, levando os chefes políticos a escolher cuidadosamente as alianças, ou para reforçar os laços de parentesco consanguíneo, com o intuito de resguardar a propriedade, de estranhos; ou para aumentar o poder, unindo-se a outras famílias de prestígio político-financeiro. Da metrópole viera para o Brasil o tipo de família patriarcal, que encontrou no latifúndio e na escravidão, condições básicas para sua sobrevivência. O chefe da família tornou-se senhor de terras e de um grande número de agregados. O grupo familiar não se limitou aos pais, filhos e agregados. Devido aos casamentos entre parentes, os troncos familiares se interrelacionavam, formando um poderoso sistema de dominação política e econômica.

Ao lado do coronel, legalmente empossado pela Guarda Nacional, subsistiu o coronel sem título formal, também chefe

político e detentor de riqueza. Durante a República, o título de coronel era, no município de São Jorge dos Ilhéus, um reconhecimento ao prestígio social e poder econômico do indivíduo. Sua utilização plena não estava necessariamente vinculada à posse efetiva do diploma expedido pelo presidente.

A Guarda Nacional colocou o poder local em equilíbrio com o poder central nos municípios. Haja vista que a instituição dependia dos grandes proprietários de terras, tanto para formar seu quadro de oficiais, como para o recrutamento dos soldados. Contudo, uma vez ingressados na Guarda Nacional, os detentores do poder municipal eram levados a aceitar a presença da burocracia imperial na figura do juiz de direito nomeado pelo governo e cujas decisões deviam fazer cumprir. Segundo Lewin, o juiz era supostamente um estranho, sem parentes ou laços de família no lugar no qual estava encarregado de manter a lei imperial acima dos interesses locais dos blocos familiares que controlavam os municípios. Mas, na realidade, suas decisões eram reflexos do compromisso que ligava os interesses local e nacional em conflito.<sup>(10)</sup>

Mesmo estando diretamente associada com a República Velha, a oligarquia é um fenômeno que surge na fase imperial, resultante da união de um sistema eleitoral nacional com clãs parentais. A expressão designa uma família extensa distribuída por diversas propriedades, cujos membros relacionam-se através de casamentos ou de parentesco ritual, como o compadrio. Os clãs familiares absorveram as grandes propriedades fundiárias desde a época colonial, controlando as populações dependentes de sua estrutura. O surgimento dos partidos políticos Liberal e Conservador empurrou para a esfera municipal as famílias extensas mais poderosas, transformando-as em um clã eleitoral. Com o domínio municipal em suas mãos, as famílias extensas tornaram-se, em nível local, os mais importantes segmentos da política nacional:

*A mescla de poder público e poder privado, devido à expansão tanto dos cargos eletivos como do serviço público, levou ao fenômeno disseminado do 'empreguismo' ou do nepotismo no controle de cargos e empregos públicos pelas famílias da elite.<sup>(11)</sup>*

O chefe político local, geralmente coronel da Guarda Nacional, funcionava, no município, como o intermediário principal entre os interesses das oligarquias e o governo central. Dessa forma, a família extensa era, em grande parte, um grupo político e econômico, cuja solidariedade interna garantia a obediência dos seus membros aos líderes.

## A microfísica republicana

Um tipo específico de poder formulou-se a partir da dicotomia entre um nível macro e um nível micro de poder no Brasil durante o Império e a República Velha, através do fenômeno conhecido como coronelismo.

Michel Foucault considera o Estado, não como um aparelho central e exclusivo de poder, mas como sendo produto de uma articulação com poderes locais, específicos. Isso conduz a diversas formas de exercício do poder, articuladas ao Estado de maneiras diferenciadas e imprescindíveis à sua sustentação.<sup>(12)</sup>

Ao analisar esses micro-poderes, que se relacionam com o nível mais geral do aparelho central do Estado, Foucault diverge do conceito de poder como uma dominação global que se pluraliza. Para ele, o poder possui uma existência autônoma e formas próprias ao nível mais elementar. O Estado não seria a origem de todo tipo de poder social, distinto do poder central e do poder exercido na periferia, em locais específicos. Essa formulação sugere a possibilidade de contrapor ao poder central uma situação de controle do poder, por elementos locais.

A família extensa, através do domínio e exercício do poder local nos municípios, estabeleceu um contraponto ao poder central do Império e da República Velha. A rarefação do poder público no Brasil favoreceu a ascendência dos coronéis, que exercem informalmente grande parte das funções do Estado em relação a seus correligionários. De tal forma, a ausência do poder público tem como consequência o efetivo fortalecimento do poder privado. São os chefes políticos locais que asseguram as despesas de alistamento e da eleição propriamente dita. Os grandes fazendeiros pagavam os custos com documentos, transporte, alojamento e chapéus, empenhados na qualificação e comparecimento do eleitorado:<sup>(13)</sup>

*Nas épocas das eleições meu pai (Francisco “sinhô” Badaró) fretava um trem com quatro classes. Vestia o eleitor da cabeça aos pés, porque naquele tempo tinha de ir de chapéu e gravata para votar.<sup>(14)</sup>*

Assim, como a organização agrária nacional mantinha a dependência da população rural ao grande proprietário, o governo estadual não podia prescindir da intermediação do fazendeiro com o eleitorado. Daí, surge um aspecto importante nas relações entre o poder público e o privado: a reciprocidade:

*De um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial. O poder estadual ou federal para o governo e o poder municipal para o coronel.<sup>(15)</sup>*

Apesar de ter organizado uma política de repressão ao poder local, o Império não foi capaz de montar sua máquina eleitoral e militar sem o diálogo com as oligarquias. As mudanças constitucionais introduzidas pela República con-

solidaram a oligarquia como um sistema de dominação nacional, o liberalismo político casava-se perfeitamente com a grande propriedade rural.

Nesse período ocorreu a transição do poder, que passou do poder central para as mãos das unidades federadas, os Estados. Estava decretado o fim dos partidos nacionais. “O poder havia de ficar nas mãos de quem tivesse mais força.”<sup>(16)</sup>

A conduta centralizadora da ditadura militar dos primeiros anos da República era incompatível com os interesses regionais. As realidades regionais, articuladas em compromissos locais, impossibilitavam uma política nacional:

*O velho estamento imperial se dissolveu, desta sorte, num elitismo de cúpula, regredindo a estrutura patrimonialista para o âmbito local, no sentido de entrelaçamento de interesses estaduais e municipais.*<sup>(17)</sup>

A transição do poder central para o local ocorreu gradualmente. O poder no Império parte do centro, através das nomeações dos presidentes de província e juizes de direito, nomeações estas que continuam com o Exército no comando do governo republicano, estendidas aos governadores dos Estados. A dinâmica do regime republicano introduz os cargos eletivos, deslocando o eixo decisório da capital federal para os Estados, dando a estes autonomia. Dentro desse processo, o coronelismo se consolida, estabelecendo um relacionamento direto com as oligarquias estaduais, mais autônomo das dependências econômicas do patrimonialismo central.

Campos Salles, com a tão conhecida “política dos governadores”, criou a Comissão de Verificação que apurava quais, dos deputados eleitos, tinham condições de pertencer à Câmara. Era seu objetivo impedir qualquer tipo significativo de oposição no parlamento. Ao mesmo tempo, os governos federal e estadual assumiam a política de apoiar quem dominava o município, visando a obter proteção para suas de-

cisões. O poder municipal era controlado pelo familismo e outras formas de nepotismo, que podem ser classificadas como aspectos do patrimonialismo, “já que este se baseia em relações de lealdade e confiança pessoal (...) que traz a preferência dispensada a parentes, amigos, expostos ao controle da mesma estrutura local”.<sup>(18)</sup>

Com a implantação da “política dos governadores”, a República deslocou o comando político do Brasil para as unidades da federação e transformou o poder central numa coligação de poderes estaduais, o que permitiu o apogeu do coronelismo. O apoio do presidente ao governador assegurava-lhe o controle do estadual afiançado, em última instância, pelas tropas federais para reprimir revoltas locais. O governador tornou-se, então, o coronel dos coronéis, coordenando os chefes municipais, constituindo o que se chamou “oligarquias estaduais”. Os chefes políticos se mantinham no poder através da eleição sucessiva de parentes: filhos, genros ou compadres. Em troca de votos ao candidato do partido, o chefe municipal recebia todo o apoio para fazer a política local. Votos esses obtidos através de sua influência sobre os distritos eleitorais, formando os respectivos “currais eleitorais”.

Costuma-se atribuir o fenômeno do coronelismo à hegemonia social do proprietário de terras. Vítor Leal alerta para a necessidade do entendimento de que essa hegemonia é exercida especificamente sobre os dependentes de um determinado fazendeiro, que constituem o lote de votos sob seu controle.<sup>(19)</sup> Segundo o autor, não é possível compreender essa hegemonia em relação a todo município, como no caso do de São Jorge dos Ilhéus, fragmentado em diversos distritos eleitorais.

Cada um desses distritos era influenciado politicamente por uma ampla quantidade de proprietários, cuja influência tendeu ainda mais a fragmentar-se pelo efeito do regime sucessório de terras. As famílias de grandes proprietários buscaram perpetuar a manutenção de seu prestígio sócio-econômico, através de um intrincado sistema de alianças

conjugais e de compadrio. O agrupamento dos fazendeiros nos distritos, sob a chefia de um deles, e o dos chefes distritais, sob a influência do chefe político municipal, foi determinado pela tradição, pela força econômica e pelo controle dos votos.

O coronelismo, como fenômeno político e social, está enraizado no município e na atribuição de poderes para-militares a particulares. A Câmara Municipal historicamente esteve restrita às pessoas consideradas ‘qualificadas’, desde a Colônia, para o Império. A República seguiu os mesmos passos, acrescentando um órgão executivo: a intendência, primeiro, e, depois, a prefeitura, em 1930, como no caso da Bahia.

## Uma sociedade dividida: ‘adamismo’ vs. ‘pessoísmo’

Os conservadores, batidos pelos liberais nas últimas eleições imperiais, aderiram em massa à República, ocupando lugares estratégicos no novo sistema político. O governo provisório procurou converter a tendência republicana, até então minoritária, em tendência dominante. “Substituiu-se a farsa eleitoral monárquica pela farsa eleitoral republicana, com a mesma unanimidade”.<sup>(20)</sup>

Devido ao poder do senado estadual, controlado pelo governador, de legitimar as chapas partidárias nas eleições municipais, as influências políticas contrárias apoiavam localmente com unanimidade o governo estadual. As discordâncias locais e o contraditório governismo eram conciliados pelo reconhecimento das eleições, com a diplomação do pretense vencedor. Sobre essa base, a partir do início do século XX, ocorre a fixação pragmática do federalismo republicano.

O regime republicano dividiu o município de São Jorge

dos Ilhéus em quatro distritos eleitorais. Os distritos eleitorais foram assim distribuídos: 1º) Cidade; 2º) Iguape; 3º) Cachoeira de Itabuna e 4º) Almada. O segundo e quarto distritos eram dominados politicamente pelo coronel Domingos Adami de Sá, enquanto o distrito de Cachoeira sofria a influência do coronel Antonio Pessoa.

O Conselho Municipal presidido pelo coronel Domingos Adami exerceu um mandato de oito anos (1896-1904), interrompidos por apenas oito meses. As eleições municipais, realizadas em 1899, deram a vitória ao partido pessoísta. Ao assumir o governo do Estado o dr. Severino Vieira, os adamistas interpuseram recurso contra a legitimidade da posse do coronel Pessoa, cuja deposição se deu no senado baiano. Em agosto de 1900 os coronéis Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara e Domingos Adami de Sá foram reconduzidos respectivamente à Intendência e à presidência do Conselho Municipal de São Jorge dos Ilhéus:

*Foi no dia 22 de agosto de 1900, que o senado baiano, pela maioria de dois ou três votos (...), de ordem do ilustre governador do estado, anulou as eleições que neste município tiveram lugar em 12 de novembro de 1899, as que no estado, não se fizeram a bico de pena. Travou-se o pleito **sem pressão, sem soldados, para garantirem a quem quer que fosse**, (grifo nosso) e o resultado, apesar da fraude escandalosa de duas seções do Almada – Óculos (fazenda dos Hohlenwerger) e Putumujú-, foi contrário àqueles que dispunham de mesas unânimes, que estavam de posse da intendência e do conselho municipal, que faziam desde longa data eleitores, que escolhiam os lugares para os pleitos (...), e fabricavam ‘phosphoros’ (pessoas inexistentes ou defuntas), que ainda hoje figuram no eleitorado. (...) Oito meses funcionaram os novos eleitos, os adamistas eleitos também tomaram posse dos seus cargos. Da veri-*

*ficção de poderes não intentou-se nenhum recurso, e ninguém, no fim de tantos meses, podia supor que alguma coisa se fortificasse contra a soberania do povo (...) Assumiu a 28 de maio o governo do estado o sr. dr. Severino Vieira, e em julho apareceu no senado um recurso irrisório, um papel sujo, com assinaturas falsas, contra as eleições aqui procedidas, recurso que, contra os dispositivos constitucionais, contra a lei eleitoral e da organização municipal, foi provido, de ordem, segundo diziam os senadores, do exmo. sr. dr. Governador do estado (...) Em virtude de tão grave atentado voltaram ao exercício de intendente e presidente do conselho os srs. Ernesto de Sá Bittencourt Câmara e Domingos Adami de Sá.<sup>(21)</sup>*

Em artigos pela imprensa local os partidos se acusavam mutuamente como responsáveis pelos excessos ocorridos no município. O coronel Pessoa, principal articulista da *Gazeta de Ilhéos*, e os drs. Mangabeira e Rui Penalva, além de Celerino Dantas, redatores do *A Lucta*, foram os responsáveis pela propaganda jornalística e ideológica dos partidos Constitucionalista e Federalista.

Nesse período, os principais cargos municipais estavam distribuídos entre parentes do coronel Domingos Adami. Os irmãos Jorge e Estácio de Sá Bittencourt e Câmara, filhos do Intendente Ernesto Sá e primos de Domingos Adami, eram, respectivamente, suplente do juiz de direito e adjunto da promotoria. Outro primo, Victor de Mello e Sá era escrivão da Coletoria Estadual. No distrito do Almada, principal reduto eleitoral da família, o cargo de sub-comissário de polícia era ocupado por um tio materno, Manuel Ascêncio Homem d'El-Rei.

Podemos visualizar a inserção das relações familiares em torno do poder municipal em São Jorge dos Ilhéus, através da cadeia sucessória da família extensa Sá, feita a partir da descendência do casal José e Maria Vitória Bittencourt e Sá. À

exceção de Maria Vitória de Sá e Anna Gertrudes de Sá, as mulheres da família estão designadas com o sobrenome de solteira. Para melhor compreensão, destacamos os nomes dos membros da família que ocuparam a intendência ou a presidência da câmara municipal, desde o século XIX, ao primeiro prefeito municipal Eusínio Gaston Lavigne (1930-37).

### CADEIA SUCESSÓRIA DA FAMÍLIA SÁ (PODER MUNICIPAL)

José Bittencourt e Sá / Maria Victória de Sá

- \* **José de Sá Bittencourt e Câmara** / Anna Gertrudes de Sá
  - \* \* **Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara** / Maria Amélia de Sá
    - \* \* \* Jorge de Sá Bittencourt e Câmara / Luísa de Sá Adami
    - \* \* \* Ulisses de Sá Bittencourt e Câmara / Júlia de Sá Steiger
    - \* \* \* Estácio de Sá Bittencourt e Câmara / Mariana de Sá Faria
  - \* \* Augusto de Sá Bittencourt e Câmara / Maria Bárbara de Sá
    - \* \* \* João Augusto de Sá Bittencourt e Câmara
    - \* \* \* Teodomira Augusta de Sá / João Carlos Hohlenwerger
    - \* \* \* Antônio Augusto de Sá Bittencourt e Câmara
    - \* \* \* Leonina Augusta de Sá / Luís Gaston Lavigne
      - \* \* \* \* **Eusínio Gaston Lavigne**
- \* Josefa Amélia Isabel de Sá / **João Batista Homem d'El-Rei**
  - \* \* Luíza Teodolinda de Sá / Luiz Cogurne Adami
    - \* \* \* **José Carlos de Sá Adami** / Deodolinda Homem d'El-Rei
    - \* \* \* **Domingos Adami de Sá** / Teodolinda Homem d'El-Rei
      - \* \* \* \* Cláudio Luiz Adami / Constança Steiger M Castro
    - \* \* \* João Batista Adami de Sá / Libuça Steiger
    - \* \* \* Joana de Sá Adami / Evaristo de Mello e Sá
    - \* \* \* Luiz Adami Jr. / Maria Leopoldina Arouca de Paiva
      - \* \* \* \* Luísa Maria de Sá Adami / Jorge de Sá B. Câmara
  - \* \* maj. **Cristiano Alexandre Homem d'El-Rei** / Maria José Scola
    - \* \* \* Luiz N. H. d'El-Rei / Maria A. Hohlenwerger H d'El-Rei

- \*\*\* Teodolinda H. d'El-Rei / Domingos Adami de Sá
  - \*\*\* Deodolinda H. d'El-Rei / José Carlos de Sá Adami
  - \*\*\* Aurelinda H. d'El-Rei / Florentino de Abreu Fialho
- \*\* Manuel Ascêncio H. d'El-Rei / (I) Josefina Carolina Scola
  - \*\*\* Pedro Scola Homem d'El-Rei / Mariana Hohlenwerger
  - \*\*\* Josefina Carolina H. d'El-Rei / Teodulo Augusto Cardoso
- Manuel Asc. H. d'El-Rei / (II) Amélia Ma. Hohlenwerger
  - \*\*\* Amélia Hoh. H. d'El-Rei / Luiz N. Homem d'El-Rei
  - \*\*\* **Manoel Hohlenwerger H. d'El-Rei** / Maria A. Hohlenwerger
  
- \* ten-cel. **Egydio de Sá Bittencourt e Câmara** / Ritta Constança de Mello
  - \*\* Amélia Maria Mello e Sá / Fernando von Steiger
    - \*\*\* **Fernando Steiger Jr.**
    - \*\*\* Júlia Steiger de Sá / Ulisses de Sá Bittencourt e Câmara
    - \*\*\* Eugênia Steiger de Sá / Hermann Braem
    - \*\*\* Libuça de Sá Steiger / João Batista Adami de Sá
    - \*\*\* Constança de Sá Steiger / Luís de Magalhães Castro
      - \*\*\*\* (1º) Constança St. M. Castro / Cláudio Luiz Adami
      - (2º) Constança St. M. Castro / **João Mangabeira**
  - \*\* Sibéria Mello e Sá / José Mello e Sá
  - \*\* Egydio Mello e Sá / Paulina Kahene
    - \*\*\* Sibéria Mello e Sá / Emílio José Seabra
  
- \* Frederico Carlos de Sá Bittencourt e Câmara / (?) Mello
  - \*\* Adelaide Mello e Sá / Joaquim José de Oliveira
    - \*\*\* **João Batista de Sá e Oliveira**
    - \*\*\* Romana de Sá Oliveira / **Albino Francisco Martins**
    - \*\*\* Adelaide de Sá e Oliveira / Antonio H. de Aguiar e Silva<sup>(22)</sup>

Dessa forma, desde os filhos do dr. José Bittencourt e Sá a seu tetraneto Eusínio Gaston Lavigne, o poder municipal esteve nas mãos da família, pelo espaço de quase um século ininterruptamente. Esse fenômeno está efetivamente ligado ao período do ciclo econômico da lavoura cacaueteira no município ilheense e o caracteriza socialmente.

As festas religiosas foram largamente utilizadas pelas famílias como instrumento ideológico. Os santos da devoção familiar, venerados nas capelas de suas propriedades, tinham seus novenários organizados pela parentela, para os quais eram abertas subscrições pela imprensa local e contavam com a presença dos moradores dos povoados e fazendas vizinhas que, no período, articulavam e renovavam compromissos entre si. Os novenários eram datas marcantes na vida social do município, sendo freqüentados, não somente pelos parentes e vizinhos, como por autoridades municipais e importantes correligionários políticos:

*Acabada as novenas de São Tiago, na sua capela às margens do Itaípe, era oferecida uma chavena de chá às visitas, aos hóspedes e aos numerosos parentes e consangüíneos dos proprietários da fazenda São Tiago, pertencentes às famílias Lemos e Lavigne, **todos eles vizinhos e parentes** (grifo nosso) e que por si somente constituem uma operosa, rica verdadeira colônia à qual o importante município de Ihéus deve uma grande parte do seu atual adiantamento e da sua riqueza proverbial.<sup>(23)</sup>*

## O coronelismo e o poder familiar

O coronelismo se insere em uma relação de reciprocidade entre as oligarquias estaduais. No comando do esquema está o governador e o grupo estadual por ele representado,

intermediário das benesses do governo federal aos municípios. Todavia, os coronéis não tinham uma atitude passiva diante do Estado, devido a sua relativa autonomia econômica, baseada na propriedade fundiária e no predomínio comercial, menos dependentes dos vínculos creditícios do Império.<sup>(24)</sup>

Isso não significa que todos os coronéis fossem grandes fazendeiros ou que esta fosse uma qualidade indispensável a seu domínio, como foi o caso do coronel Antonio Pessoa da Costa e Silva, que vivia principalmente dos proventos da banca de advogado. Entretanto, os grandes fazendeiros de cacau dispunham de pessoal próprio, os jagunços e trabalhadores, imprescindível para sustentar a pressão contra seus inimigos políticos em seu território eleitoral.

O coronel na República Velha simboliza uma forma *sui generis* de delegação do poder público no campo do poder privado. O coronel organizava a política e complementava a administração pública no município dentro de um partido único estadual tumultuado na base eleitoral. Essa base municipal dividia-se em grupos antagônicos, em que não raras eram as dissidências internas. A primeira cisão da família extensa Sá ocorreu nas eleições municipais de 1895, quando o coronel Albino Francisco Martins, influência política do distrito de Cachoeira do Itabuna, foi candidato à Intendência contra o coronel Ernesto de Sá, tio de sua esposa, Romana de Sá e Oliveira Martins.

O coronel Martins fazia parte de um grupo de antigos adamistas do distrito de Cachoeira de Itabuna, rebelados contra a liderança do coronel Domingos Adami, por sua recusa em elevar o povoado de Tabocas à condição de vila e município independente do de São Jorge dos Ilhéus.

O grupo dissidente do adamismo formou uma terceira facção política liderada por Misael Tavares e Henrique Berbert que, inicialmente, serviu como o fiel da balança política municipal e posteriormente uniu-se ao pessoísmo. Uma outra cisão na família Sá ocorreu por uma questão de terras, envolvendo os limites da sesmaria Castelo Novo. O coronel

Frederico Carlos de Sá iniciou, em 1899, uma luta jurídica com os donos da propriedade, entre os quais seus sobrinhos Domingos e José Carlos Adami, herdeiros políticos da família. Esse processo jurídico indica um conflito interno na família, pelo controle de terras do distrito do Almada. Devido à questão dos limites da Castelo Novo, o ramo familiar descendente do coronel Frederico de Sá passou a apoiar politicamente o coronel Antônio Pessoa.

A oligarquia Sá recebia o beneplácito do governo estadual que, por sua vez, não intervinha com frequência nas decantações das lideranças municipais, “recebendo nas suas hostes, o mais forte, aquele que ostentava nos seus títulos as cabeças abatidas de seus adversários”.<sup>(25)</sup> O adamismo perpetuou-se no poder municipal, enquanto manteve seu prestígio junto ao governo estadual, proveniente de sua ligação com famílias influentes na política e no comércio de Salvador, como os Muniz Barreto, Cerqueira Lima e Marques Valente.

O coronelismo se manifestou numa troca de proveitos entre o poder local e o governo estadual, tendo o primeiro o dever de atender aos interesses do eleitorado. As despesas eram, geralmente, pagas pelos coronéis, por conta de seu patrimônio; como compensação, os empregos municipais e estaduais são postos a sua disposição. Embora haja uma oposição no município, no campo estadual e federal, o governismo imperava absoluto: “O coronel reconhece a importância das relações entre seu poder privado e o poder instituído, que lhe possibilita desempenhar uma larga parcela de autoridade pública”.<sup>(26)</sup>

O processo era levado a termo pelo controle dos cargos públicos e eletivos, confiados de preferência às famílias dominantes, os quais eram muitas vezes criados para atender aos chefes políticos. O momento das eleições era farsa com aparência de legalidade. O que realmente valeria para o poder verificador estadual, seriam as atas lavradas posteriormente, geralmente na casa do chefe político local. As fraudes eleitorais começavam no momento do alistamento, feita

nos municípios, atendendo aos interesses do partido governista. A oposição encontrava todos os tipos de dificuldades para incluir elementos de seus quadros nas listas eleitorais.

Era prática da situação registrar analfabetos e defuntos. Havia o voto de *bico de pena*, onde a mesma pessoa assinava vários nomes de eleitores, usando uma caneta com bico de pena, para preencher o livro de presença. Sobre esse processo temos o depoimento oral do sr. Gilberto Homem d'El-Rei:

*Tinha o número dos eleitores no caderno. Então, havia aqueles cadernos já prontos. Tinha um cidadão aqui chamado Zé Ernesto, João Mangabeira chamava ele de “meu dicionário”. No dia das eleições, à noite nós íamos para lá, pegávamos a pena: “fulano de tal”. “Esse é carroceiro”, aí assinava fazendo aqueles gar ranchos. “Fulano de tal”, “esse é empregado no comércio”, aí assinava diferente. Nunca a mesma letra, nunca assinava igual.<sup>(27)</sup>*

As mesas eleitorais tinham a função estratégica de apurar os votos e registrá-los em atas. A apuração final era da competência de uma junta formada pelo juiz de Direito da comarca, como presidente, e os presidentes das mesas eleitorais da circunscrição. Da farsa local passava-se para a farsa estadual ou nacional, com a ‘degola’ dos adversários. A ‘degola’ ocorria nas câmaras de deputados, quando do reconhecimento de poderes, momento no qual os candidatos de oposição que haviam sobrevivido ao ‘bico de pena’ tinham seus diplomas cassados. Podemos formar um quadro do período de eleições no município de São Jorge dos Ilhéus, na República Velha, através do seguinte artigo da *Gazeta de Ilhéos*:

*O sr. Adami tinha e tem razão de ser muito grato ao dr. Severino Vieira, a quem deve as anulações procedidas em 1899, em que foi redonda-*

*mente derrotado o sr. Adami, não tendo até hoje s. ex. mandado proceder a nova eleição pela certeza que tem, não obstante os 'phosphoros', mais de 800, o seu amigo e protegido Adami há de ser novamente derrotado. Além disso mandou logo o dr. Severino um delegado regional (dr. Pereira de Almeida) com carta branca para sustentar Adami 'et reliquias' (sic), e oficiais de polícia que nomeavam inspetores de quarteirão de sua parcialidade para praticarem toda casta de absurdos (...) Influuiu para que o Tribunal de Apelação não tomasse conhecimento do recurso eleitoral interposto pelos pessoístas, contra a escandalosa revisão de 1901.<sup>(28)</sup>*

O eleitorado do município de São Jorge dos Ilhéus, até o ano de 1889, quando caiu a monarquia, era composto por pouco mais de duzentos votantes. Todos alistados de acordo com a Lei Saraiva, de 9 de janeiro de 1881, que introduziu o voto direto para maiores de 23 anos alfabetizados e com residência fixa no distrito eleitoral. Com a proclamação da República, foi posto em execução o decreto n. 200 A, denominado Regulamento Alvim, em virtude do qual procedeu-se à qualificação de eleitores em todo o país. No período, a qualificação esteve a cargo das autoridades 'adamistas', sob o protesto dos 'pessoístas', na oposição. Entre outras irregularidades, foram alistados meninos de 14 e 15 anos, e anal-fabetos.

O coronel Adami tinha como principais representantes de seus interesses em Salvador, Pedro Augusto Cerqueira Lima, membro influente da sociedade soteropolitana e um dos principais fazendeiros de cacau no Almada; o coronel Joaquim Paiva, militar de prestígio no cenário baiano e ligado por relações de amizade à família Sá, e seu primo dr. João Batista de Sá e Oliveira, médico e cientista, primeiro intendente municipal de Ilhéus e deputado pela Bahia na primeira constituinte republicana.

Apesar de toda pressão adamista sobre o eleitorado local, em novembro de 1893, o coronel Antonio Pessoa venceu a eleição de deputado estadual pelo partido Constitucionalista. Seu poderio pessoal foi posto à prova definitivamente nas eleições para a Intendência de 1895, “da qual fugiu o sr. Adami, quando viu a casa da Câmara apinhada de eleitores oposicionistas, indo fabricar juizes de paz, intendente e membros do conselho municipal em sua casa”.<sup>(29)</sup> A mesa eleitoral da cidade não foi organizada, indo o eleitorado oposicionista inutilmente aos cartórios dos tabeliães. Nenhum mesário compareceu ao paço do Conselho Municipal, “todos ocultos em casa de Adami.”

Como de costume, no dia marcado para a apuração das eleições, a cidade era invadida pelos jagunços da facção dominante, com o intuito de garantir, desse modo, a vitória do partido situacionista. O ‘estado de excesso’ era em vão denunciado pela oposição local aos jornais da capital baiana. Mesmo com sua posterior anulação pelo senado estadual, a vitória eleitoral da parcialidade Pessoa-Berbert, em 1899, significou o equilíbrio definitivo de forças no município de São Jorge dos Ilhéus, posto em prática desde a estruturação do Partido Constitucionalista, que veio a congregar liberais históricos como os coronéis Antonio Pessoa e Ramiro Castro com dissidentes do antigo Partido Conservador. Contando com o apoio dos principais comerciantes da cidade, o pessoísmo dominava o eleitorado urbano, um pouco mais independente da força rural dos adamistas, principalmente os dos distritos do Iguape e Almada.

Nos distritos do Iguape e Almada, base do eleitorado adamista, as mesas

eleitorais eram unanimemente formadas por membros do partido, e os juizes de paz eram todos parentes do coronel Adami e os pessoístas não possuíam um só membro nas quatro seções eleitorais. Existiam seções eleitorais como a dos Óculos, em que toda a mesa eleitoral era formada por adamistas. Enquanto a política dos governadores dava condições ao presidente da República de disciplinar as oligar-

quias nos pequenos Estados, ela aumentava a descentralização política nos municípios. A chamada ‘política dos governadores’ buscava contrapor ao extremo federalismo introduzido pela Constituição de 1891, um poder executivo fortalecido através de meios extra-constitucionais.<sup>(30)</sup>

A identidade política das oligarquias não estava diretamente ligada a uma elite política ou econômica, mas à de um governo baseado na estrutura familiar patriarcal. “Cada estado terá seu dono, pessoal ou da família, de um chefe ou de um grupo fechado”.<sup>(31)</sup> Romero relacionou a dependência organizacional da oligarquia com uma base familiar que entrelaçava as relações de parentesco com o clientelismo. Segundo o autor, o Brasil estava dividido em ‘clans’, com seus donos, em grupos, com seus chefes, termos usados por Romero, que evocam o parentesco no vocabulário do início do século XX.<sup>(32)</sup>

O grupo familiar possuía também uma conotação espacial, sendo o núcleo dessa unidade de recrutamento os parentes mais próximos ao chefe político, geralmente vizinhos às suas propriedades. Nesse grupo estão incluídos, além dos parentes, os correligionários políticos, tradicionalmente ligados ao líder, o que lhes conferia um ‘status’ de quase-parente.

Dessa maneira, a rede de base familiar interligava facções individuais com um fundo formado pelas relações de parentesco agrupadas em uma coalizção faccional dominante. Através da lista de presidentes da Câmara Municipal, entre a década de 1880 e o ano de 1890, quando surge o cargo de intendente municipal, é possível observar o predomínio de nomes ligados à família extensa Sá, através de parentesco ou relações de compadrio.

PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS  
(1881 / 1890)

- 1881 - major Cristiano Alexandre Homem d'El-Rei
- 1883 - capitão Maximiliano Francisco do Amaral
- 1886 - Sebastião Egídio de Lemos
- 1887 - tenente-coronel Joaquim Ferreira de Paiva
- 1890 - capitão José Carlos de Sá Adami
- 1890 - Adriano Lopes Vilasbôas

O período inicial (1881/1883) marca a elevação da vila de São Jorge dos Ilhéus à condição de cidade, reflexo da ascensão econômica do município no contexto provincial. O major Cristiano Homem d'El-Rei era proprietário da fazenda *Castelo Novo*, uma das mais antigas propriedades produtoras de cacau do distrito do Almada e filho de uma Sá Bittencourt Câmara.

À exceção de Maximiliano Francisco do Amaral, único liberal a assumir o cargo no período, todos os demais presidentes da Câmara Municipal eram proprietários no Almada e ligados aos Sá. A família de Egídio Lemos, proprietária de terras no distrito do Iguape, era aparentada com os Lavigne, tradicionais aliados políticos da família Sá. O tenente-coronel Joaquim Paiva, oficial do Exército Imperial, possuía uma estreita afinidade com os mesmos, como é observado em documentos do final do século XIX, sendo mesmo indicado pelos herdeiros do finado Luis Adami, entre os quais o inventariante Domingos Adami de Sá e seu irmão José Carlos Adami, no Termo de Louvação, para avaliação de seus bens.<sup>(33)</sup> Finalmente, Adriano Lopes Vilasbôas, que assume interinamente a intendência municipal, era casado com Clotildes Lavigne de Lemos, de quem era meeiro.

Após a desarticulação do gabinete liberal de Ouro Preto pelos republicanos, em 1889, os conservadores locais articularam sua transição ao novo regime, mantendo a lógica

familiar. A criação do cargo de intendente municipal pelo governo republicano deveria retirar das mãos do presidente da Câmara Municipal, transformada em Conselho Municipal, o poder executivo local, o que, de fato, não ocorre imediatamente. Este é o período no qual o coronel Domingos Adami de Sá assume a chefia política do município, mantendo-se inicialmente no cargo de presidente do Conselho e elegendo parentes e aliados para a intendência.

INTENDENTES MUNICIPAIS DE  
SÃO JORGE DOS ILHÉUS  
(1890 / 1912)

- 1890 - João Batista de Sá e Oliveira
- 1891 - tenente-coronel Joaquim Ferreira de Paiva
- 1894 - Manuel Ascêncio Hohlenwerger Homem d'El-Rei
- 1896 - coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara
- 1900 - coronel Antônio Pessoa Costa e Silva
- 1900 - coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara
- 1904 - coronel Domingos Adami de Sá
- 1908 - João Cavalcanti Mangabeira / Artur Lavigne de Lemos
- 1912 - Artur Lavigne de Lemos

O dr. João Batista de Sá e Oliveira foi nomeado, em 1890, o primeiro intendente municipal de São Jorge dos Ilhéus, substituído, após breve período, pelo tenente-coronel Joaquim Paiva. Este último, devido ao tumultuado contexto político e a sua amizade pessoal com o marechal Deodoro, foi considerado como um elemento estratégico na fase de transição entre a Monarquia e a República e a consolidação dos elementos “adamistas” no município.

O cargo de intendente foi ocupado, no biênio 1894/1896, por Manuel Hohlenwerger Homem d'El-Rei, primo do coronel Adami e herdeiro da sesmaria *Castelo Novo*. Entre os anos de 1896 e 1900, o cargo de intendente municipal teve

como titular o coronel Ernesto de Sá Bittencourt, primo em segundo grau do presidente do Conselho Municipal, coronel Domingos Adami. O partido ‘adamista’ foi derrotado nas eleições de 1899 pelo Partido Constitucionalista, liderado pelo coronel Antônio Pessoa, o qual assume a intendência em 1900, pelo período de sete meses. Após recurso interposto pelos ‘adamistas’, o senado estadual destituiu o coronel Pessoa e legitimou a candidatura do coronel Ernesto Sá, o qual exerce o cargo por mais quatro anos. O coronel Adami assume a intendência entre os anos de 1904 e 1908, tendo como presidente do Conselho Municipal o coronel Henrique Alves dos Reis, um dos principais fazendeiros e opositores do ‘pessoismo’ no distrito de Cachoeira de Itabuna, território municipal tradicionalmente dominado por famílias ligadas ao coronel Antônio Pessoa, inclusive por laços matrimoniais.<sup>(34)</sup>

Enquanto o poder ‘adamista’ esteve no controle político do município, formou-se no interior do partido uma nova geração composta por jovens bacharéis, filhos ou herdeiros dos líderes tradicionais. Esse grupo assumiu a direção partidária em 1908, com a posse dos drs. João Mangabeira e Artur Lavigne de Lemos, respectivamente, como intendente e presidente do Conselho Municipal. Mangabeira era, então, um jovem bacharel de direito, oriundo de Salvador, recrutado pelo coronel Adami para funcionar como advogado do partido e articulista de seu órgão de propaganda, o jornal *A Lucta*. Seu casamento com Constança Adami, viúva de um filho do coronel Adami, consolidou seu prestígio local e o apontou como um dos principais herdeiros do adamismo.

Eleito respectivamente como intendente municipal e deputado federal, Mangabeira optou pela Câmara de Deputados, residindo a maior parte do tempo no Rio de Janeiro. A intendência esteve, a maior parte do tempo, a cargo de Artur Lavigne de Lemos, irmão do coronel Antônio Lavigne de Lemos, um dos principais fazendeiros da antiga zona do Iguape e líder ‘adamista’. A interinidade de Artur Lavigne durou até 1912, quando foi efetivado no cargo, sendo, po-

rém, deposto dois meses depois pelo interventor federal Bráulio Xavier, elemento de transição do poder estadual para as mãos de J.J. Seabra.

A mudança da política estadual e a crescente articulação do ‘pessoísmo’ com o poder estadual, na figura de Seabra, decretaram o ocaso do ‘adamismo’ no município de São Jorge dos Ilhéus e dos seus mais antigos líderes políticos, “patriarcas (que) reuniam em torno de si, além dos seus parentes sangüíneos, numerosos contraparentes, afilhados e aliados não diretamente envolvidos com os partidos”.<sup>(35)</sup>

1 - FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976. p. 369.

2 - DANTAS DE ANDRADE, J. *Dicionário histórico e ilustrado de Itabuna*. Itabuna: Proplan, 1986. p. 81.

3 - Ibid. p. 83.

4 - DAHL, R. *A moderna análise política*. Rio de Janeiro: Lidador, 1970. p. 47.

5 - FAORO, R. op. cit. p. 367.

6 - LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega. 1975. p. 20.

7 - LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, s/d. p. 2.

8 - Ibid. p. 13.

9 - Sobre o assunto ver os capítulos referentes ao século XIX in: SILVA CAMPOS, J. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

10 - LEWIN, L. op. cit. p. 13.

11 - Ibid. p.15.

12 - FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pp. xiv e xix.

13 - LEAL, V. N. op. cit. p. 25.

14 - Entrevista com Vitório Kruschewsky Badaró, 87 anos. Ilhéus/Ba. 19 de dezembro de 1996.

- 15 - LEAL, V. N. op. cit. p. 43.
- 16 - AMADO, G. *Grão de areia e estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1948. pp. 237-238.
- 17 - FAORO, R. op. cit. p. 561.
- 18 - FARHAT, E. *O genro, o grande culpado*. Diário de Notícias, de Salvador. 16/2/1946.
- 19 - LEAL, V. N. op. cit. p. 53.
- 20 - FAORO, R. op. cit. p. 623.
- 21 - Gazeta de Ilhéus. 21/8/1902. n. 134. p. 2.
- 22 - **Símbolos:** \* Filho, \*\* Neto, \*\*\* Bisneto, \*\*\*\* Tetraneto.
- 23 - Gazeta de Ilhéus. 19/9/1901.n. 134. *Fazenda São Tiago*. p. 1.
- 24 - FAORO, R. op. cit. p. 268.
- 25 - PESSOA, J. G. da F. *A oligarquia do Ceará*. Rio de Janeiro: s/d., 1910. pp. 231-232.
- 26 - FAORO, R. op. cit. p. 631.
- 27 - Entrevista com Gilberto Homem d'El-Rei, 93 anos. Ilhéus/Ba. 16/2/1996.
- 28 - Gazeta de Ilhéus. 1/1/1903. *Interessante*. n. 170. p. 2.
- 29 - Ibid. 19/7/1903. *Indiretas*. n. 224. p. 2.
- 30 - LEWIN, L. op. cit. p. 16.
- 31 - FAORO, R. op. cit. p. 568.
- 32 - ROMERO, S. *As oligarquias e sua classificação*. Porto: Livraria Chadron de Lello, 1910. p. 410.
- 33 - APEB. SJ, Inventários, Ilhéus. n. 03/1372/1841/18. Luís Adami (1887)
- 34 - Um dos filhos do coronel Pessoa, Mário, que por duas vezes chefiou o executivo municipal, casou-se com Dejanira Berbert de Castro, neta e filha de líderes “pessoístas” do distrito de Cachoeira de Itabuna.
- 35 - FALCÓN, G. op. cit. p. 104.

# Família e Mito



Residência do Cel. Miguel Alves Dias  
*Acervo pessoal do Sr. Raymundo Kruschewsky G. Ribeiro*

## Representação histórica e mito

A representação histórica e a retórica política entrelaçam-se na região cacauera no século XX. A percepção que as facções políticas da elite do cacau tinham de si mesmas e os argumentos políticos desenvolvidos para sua fundamentação vieram a dominar o discurso sobre o passado da região.

O surgimento de uma versão mítica da história regional foi reflexo da memória coletiva da sociedade ilheense formada através de textos históricos, técnicos e literários. Esse processo ocorreu durante todo o século XX, quando vários estudos oficiais e obras ficcionais ajudaram a disseminar e a construir o paradigma dominante da história regional. <sup>(1)</sup>

A partir da análise da retórica utilizada na luta entre as elites políticas, observamos sua mobilidade inclusive na produção literária regional, principalmente na obra de Jorge Amado e Adonias Filho. Na primeira década do século XX, quando o cacau tornou-se o mais importante produto de exportação da Bahia e passou a sustentar o orçamento estadual, vários fazendeiros de origem humilde, proprietários de vastas plantações, principalmente ao longo do rio Cachoeira, tornaram-se os novos ricos da sociedade baiana. Esse grupo era formado pelos descendentes dos colonos europeus chegados nas primeiras décadas do século XIX e os mais prósperos migrantes nordestinos, em sua maioria sergipanos, vindos a partir da segunda metade do século XIX.

Esses homens eram, ao final do século XIX, proprietários de prósperas fazendas de médio porte e de casas comerciais na zona rural. Apesar de não terem sido escravos, a maior parte desses fazendeiros tinha origem humilde e não possuía educação formal nem o refinamento social da elite açucareira do Recôncavo. As famílias de descendência europeia e de origem nordestina do Cachoeira desenvolveram uma base de identidade territorial, social e política. Forjado pela liderança carismática e personalista do período, o gru-

po era chefiado pelo coronel Antonio Pessoa, que estabeleceu uma intensa relação de compadrio com os principais fazendeiros do Cachoeira, muitos deles ligados por casamento à família do coronel Henrique Berbert <sup>(2)</sup>, um dos mais poderosos aliados do ‘pessoísmo’ no distrito. O próprio filho do coronel Pessoa, Mário, que por duas vezes chefiou o executivo municipal, era casado com uma neta do coronel Berbert, Dejanira Berbert de Castro Pessoa.

Quando esses lavradores adquiriram suficiente capital, passaram a utilizar seu poder econômico para tentar controlar o poder municipal. No período das eleições entre os anos de 1894 e 1912, eles sucessivamente elegeram o coronel Pessoa como intendente e ganharam diversas cadeiras no conselho municipal. Porém, os seus candidatos não eram oficializados pelo senado estadual, devido às ligações da elite tradicional, liderada pelo coronel Adami de Sá, no governo baiano. As eleições eram anuladas e os ‘pessoístas’ eram depostos dos seus cargos, sendo substituídos pelos candidatos ‘adamistas’.

A mudança na conjuntura política municipal somente ocorrerá com a ascensão de J. J. Seabra ao governo do Estado, em 1912, que tinha em Pessoa um dos seus principais aliados na política baiana. Gradualmente, os ‘pessoístas’ passaram a expressar seu poder social e político. A maioria passa a deixar de residir nas fazendas e a construir palacetes na cidade que, ao lado dos túmulos monumentais, eram um dos símbolos urbanos mais visíveis do poder dos antigos coronéis do cacau. O mobiliário das casas e as vestimentas da família eram importados diretamente do Rio de Janeiro e da Europa. Suas filhas são matriculadas no convento das ursulinas francesas, no alto da Piedade, e os filhos são enviados para as mais famosas escolas e faculdades de Salvador e do Rio de Janeiro.

Assim como houve uma forte resistência à ascensão dos novos ricos na política municipal, por membros da elite tradicional ilheense, também houve uma forte discriminação, devido a sua condição social. Os Sá Bittencourt e Câmara,

Adami, Lavigne, von Steiger, Homem d'El-Rei, Cerqueira Lima, Pereira Gallo, Muniz Barreto, Marques Valente, Saraiva, entre outros grandes proprietários municipais, pertenciam a algumas das mais importantes famílias baianas. A maior parte era formada por descendentes de uma elite colonial que havia cursado as melhores universidades européias e ocupado cargos civis e militares de prestígio desde o governo provincial. Vários membros da família Sá foram agraciados pelo governo imperial por serviços prestados, tendo convivido com alguns membros da realeza européia, além de com outros dignatários que visitaram o município ilheense, como no caso do príncipe austríaco Maximiliano de Habsburgo.

Os líderes 'adamistas' do final do século XIX e início do século XX podiam não ter sido tão bem educados quanto seus antepassados, nem ter ocupado algum gênero de posição de destaque no governo republicano, mas percebiam-se como uma elite branca aristocrata, superior socialmente aos lavradores enriquecidos pelo cultivo do cacau.

Lavradores enriquecidos como Manoel Misael da Silva Tavares, descendente de índios de Olivença e sua esposa Eufrosina Berbert Tavares, descendente de colonos proletários alemães e de afro-brasileiros, não seriam facilmente aceitos como iguais pelas famílias tradicionais. A aristocracia ilheense não criou uma relação de identidade com essa nova elite regional desprovida de sobrenomes de prestígio.

A atitude de exclusão política em relação aos novos ricos, faz com que Antônio Pessoa e seus correligionários iniciassem uma campanha contra os 'adamistas' nos jornais locais e da capital. Em 1901, uma sociedade formada por políticos 'pessoístas' fundou *A Gazeta de Ilhéos*, através da qual expressavam uma retórica de ferrenha oposição à família extensa Sá, taxando-a como um "clã feudal", formado por potentados e ditadores de raízes escravocratas.<sup>(3)</sup>

Em seus artigos, Antonio Pessoa identificava a família Sá e seus aliados como inimigos da região cacauzeira. Pessoa elege, como um de seus principais alvos, o coronel Ernesto

de Sá Bittencourt e Câmara, intendente municipal e um dos principais líderes ‘adamistas’:

*Se não enriqueceu, foi certamente por preguiça, pois até escravos em grande número não faltaram, daqueles do tal barco que deu à costa do Itaype em 1851 (...) e que foram quase todos divididos pelo Ernesto, seus parentes e autoridades da comarca, que não deviam consentir na vergonhosa distribuição em virtude da lei vigente proibidora do tráfico.<sup>(4)</sup>*

Pessoa acusa seus inimigos, ex-escravocratas, de possuir mentalidade atrasada e manipular as rendas municipais em benefício próprio, assim como os responsabiliza pela invasão violenta de roças de pacíficos posseiros estabelecidos na fronteira entre as terras cultivadas e a floresta virgem. Através dessa retórica, Pessoa assume a estratégica posição de defensor dos pequenos lavradores, viúvas e órfãos de Ilhéus e do progresso municipal. Seus artigos afirmavam que, tanto ele como seus aliados, eram trabalhadores que tinham lutado duramente para conseguir o que possuíam, sem o benefício de heranças familiares, acesso às rendas municipais ou poderosas alianças sociais ou políticas com a elite soteropolitana.

Os ‘pessoístas’ apresentavam-se como produto do próprio esforço, eram homens feitos por si, bem à feição do projeto republicano de sociedade.<sup>(5)</sup> Em muitos casos, aceitaram a caracterização que essa elite lhes impunha. Passaram, então, a perceber a si mesmos como camponeses bem sucedidos, mas transformando seu significado e fazendo disso uma matéria de orgulho: eram frutos do trabalho, ao contrário dos aristocratas.<sup>(6)</sup>

Através dessa retórica, expressa em seus artigos, Pessoa tenta ligar a seu partido os pequenos fazendeiros e comerciantes que tinham impulsionado a fronteira oeste na segunda metade do século XIX, levando a lavoura cacaueteira a expandir-se para além da planície costeira. Essa estratégia políti-

ca dos ‘pessoístas’ objetivava mostrar o partido como aliado dos lavradores humildes e de milhares de migrantes nortistas que chegavam anualmente ao sul baiano.

De outra forma, buscava arregimentar apoio político entre os grandes fazendeiros da mesma origem e criar uma base sólida na luta contra a família extensa Sá, repetidamente destacando o descaso da oligarquia pelos assuntos de interesse público, denunciando invasões de terras envolvendo membros da família e constantemente reafirmando sua condição de ex-escravocratas. Contudo, Pessoa nunca mencionou em seus artigos que várias das famílias que formavam seu grupo político haviam explorado a mão-de-obra escrava, apesar de que, em menor quantidade; ou que muitos deles tinham efetivamente aumentado suas propriedades expulsando pequenos lavradores de suas posses.

A retórica ‘pessoísta’ estava inserida no contexto histórico do Brasil da época. Parte significativa da elite política imperial havia articulado sua permanência no poder e a Bahia era uma das unidades da federação na qual essa elite mais claramente sobreviveu. A Bahia foi o último Estado a assimilar o novo regime. Assim, como não houve uma mudança efetiva que afastasse a elite tradicional do poder, conseqüentemente a sociedade baiana mudou muito pouco nas primeiras décadas após a queda da Monarquia. Prova disso é que, apesar de estar intrinsecamente ligada ao poder monárquico, a família extensa Sá manteve o controle político do município de São Jorge dos Ilhéus até o início da segunda década do século XX.

A mentalidade baiana não sofreu uma ruptura imediata com a introdução do regime republicano, principalmente no que se refere ao comportamento político e aos preconceitos étnicos. Os intelectuais do início do período republicano foram altamente influenciados pelo darwinismo social e acreditavam que os problemas socioeconômicos do Brasil estavam ligados à mistura interétnica da população.<sup>(7)</sup>

No início do século XX, quando Pessoa fundou *A Gazeta de Ilhéus* e iniciou o discurso voltado para uma elite de ori-

gem humilde, milhares de sertanejos que estavam migrando anualmente para o sul baiano para plantar cacau eram frutos da mistura de várias etnias. A retórica ‘pessoísta’ falava sobre e para um grande contingente de lavradores humildes, construindo a identidade do partido com esse contingente populacional que se deslocava cada vez com maior intensidade para o município.

Homens como Antonio Pessoa, Virgílio Amorim, Firmino Amaral e Ramiro Castro, entre outros líderes do grupo, não foram migrantes empobrecidos. Muitos deles tinham vindo ou casado com membros de famílias com alguma posse. Enquanto a maior parte dos ‘pessoístas’ era descendente de afro-brasileiros ou de índios, seus líderes políticos eram descendentes de portugueses e de outros europeus, sendo que alguns possuíam educação formal. Mesmo sem o diploma universitário, os coronéis Pessoa e Castro exerciam respectivamente a advocacia e a medicina, como provisionados.<sup>(8)</sup> A partir da segunda metade do século XIX a maior parte dessas famílias teve acesso à terra e ao capital comercial, iniciando dessa forma sua ascensão social. “Eles tinham experiência com agricultura e comércio, um pouco de dinheiro, ambição e estavam aptos a fazer vantajosos casamentos”.<sup>(9)</sup>

Os ‘pessoístas’ continuamente expressavam sua condição de homens modestos e, em relação aos membros da família extensa Sá, realmente o eram. Os ancestrais da família Sá compunham uma elite colonial educada em Coimbra e outras instituições universitárias européias, e haviam estado entre os líderes do movimento pela Independência, ocupando cargos de relevo no governo imperial. As próprias mulheres da família, como a mãe e as tias do coronel Domingos Adami de Sá, eram igualmente bem educadas, numa época em que poucos homens tinham essa oportunidade.

Por outro lado, o coronel Misael Tavares, a maior fortuna do sul baiano em seu tempo, era descendente de uma família de pequenos lavradores e começou a formação de seu capital investindo em tropas de burros que prestavam serviço

nas fazendas dos coronéis Henrique Berbert e Ramiro Castro, no Cachoeira. Posteriormente, tornou-se negociante com uma casa comercial no distrito de Cachoeira de Itabuna, onde adquiriu, nas *Alegrias*, sua primeira roça de cacau na década de 1890. Ao falecer, possuía milhares de hectares de cacau, o Banco Misael Tavares e várias dezenas de prédios residenciais e comerciais.

Apesar de Tavares ter sido uma exceção quanto ao tamanho de sua fortuna ou na extensão de seus investimentos, ao raiar do século XX, um grande número de fazendeiros locais seguiam um caminho similar. O discurso ‘pessoísta’ passou a refletir na própria percepção que tinha de si mesma a elite de fazendeiros e comerciantes de cacau sem ligações prévias com a aristocracia baiana.

Ao passar a controlar a Intendência Municipal, em 1912, o coronel Pessoa redobrou seu esforço para mostrar-se como defensor do progresso da região e enfatizar sua ligação com os pequenos fazendeiros e comerciantes de cacau. A partir desse período, são escritos diversos trabalhos sobre a região e o cultivo do cacau, onde é perceptível a influência do discurso pessoísta.

Em seu livro sobre o cacau baiano, publicado em 1914, o cientista alemão Leo Zehntner escreveu que muitas das plantações de cacau tinham sido abertas unicamente pelo esforço braçal, sem nenhum outro capital. Alguns membros das famílias tradicionais, entre eles, Fernando Steiger Jr. e Domingos Adami, forneceram informações relatadas na obra. Mas, apesar de o texto sugerir que essas famílias contribuíram significativamente para o sucesso inicial do cacau, Zehntner continuou a afirmação de que grande parte da economia cacauceira tinha sido estabelecida por pequenos lavradores sem acesso ao capital.<sup>(10)</sup> Publicado na França e Alemanha, o livro de Zehntner propagou essa visão sobre a região nas mais importantes bibliotecas da Europa, Estados Unidos e Brasil.

Em 1915, foi publicada uma obra sobre a história do município ilheense, encomendada por Pessoa, escrita pelo

historiador baiano Francisco Borges de Barros. O livro, segundo a brasilianista Mary Ann Mahony, paga um tributo a Pessoa e aos *self-made men* plantadores de cacau e deixa de fora aspectos importantes sobre o crescimento de sua economia.<sup>(11)</sup> A *Memória* é um testemunho exemplar da interferência da retórica ‘pessoísta’ na produção historiográfica regional. O livro inicia com a reprodução do discurso de despedida do coronel Pessoa na Assembléia Legislativa da qual foi presidente, seguida de extensas biografias dos coronéis Pessoa e Tavares, os quais são apresentados como produtos do próprio esforço e defensores do progresso municipal.

Seguindo a informação do padre Joaquim da Silva Tavares, a *Memória* afirma que o cacau foi introduzido no sul baiano em 1746, no município de Canavieiras, mas somente terá importância de 1890 em diante, década em que o grupo liderado por Pessoa emerge com maior força econômica e política.<sup>(12)</sup>

A versão ‘pessoísta’ consolida-se gradualmente em vários textos publicados posteriormente, na década de 1920, os quais tratam sobre os cacauicultores feitos por si e sua contribuição ao progresso regional. A maior parte dessas obras ignorou a lavoura cacaueteira no século XIX e não discutiu o papel desempenhado pelos fazendeiros e comerciantes, com capital, que investiram na territorialização do espaço. Além de excluírem o comércio de madeira e o comércio ilegal de escravos, todas essas obras silenciaram a respeito da tradicional elite agrária e comercial e seu papel na criação da economia cacaueteira.

Em 1923, o ministro da Agricultura, Miguel Calmon, publicou uma obra sobre o cacau baiano, com uma breve introdução histórica fundamentada em Leo Zehntner. Sendo uma publicação oficial do governo federal, a obra foi amplamente divulgada, estendendo a versão ‘pessoísta’ no Brasil, Europa e Estados Unidos.<sup>(13)</sup>

No ano seguinte, em 1924, o intendente ‘pessoísta’ Eustáquio Bastos patrocinou a publicação de *O livro de Ilhéus*,

organizado por Souza Brito, com a introdução escrita pelo bacharel Epaminondas Berbert de Castro, um dos principais líderes pessoístas do período. O texto traz informações desde a história colonial de São Jorge dos Ilhéus ao início do século XX. A respeito do século XIX, argumenta que os colonos alemães e migrantes nordestinos haviam criado a economia cacaueteira.

A única referência de *O livro de Ilhéus* às famílias da elite tradicional resume-se à campanha do marquês de Valença no plantio de cacau em 1780, “tocando provavelmente a Ferreira Câmara o encargo das primeiras plantações”.<sup>(14)</sup> Quase todo o livro é ilustrado com fotografias de fazendeiros e comerciantes pertencentes ao partido ‘pessoísta’, além de suas propriedades rurais e urbanas.

Os autores anteriormente citados tinham pleno conhecimento de que os proprietários e comerciantes tradicionais, ao lado de pequenos agricultores, tinham sido os responsáveis pela expansão agrícola no século XIX. Apesar disso, nunca discutiram o papel desses indivíduos na formação da economia cacaueteira. Leo Zehner menciona Fernando Steiger Jr. e Domingos Adami de Sá como dois dos seus mais importantes informantes, porém não aborda o gênero de família das quais eles provinham ou sua importância na economia local.

Ainda em 1924, o ministério da Agricultura publicou um estudo sobre o comércio mundial do cacau, de autoria de Affonso Costa. A obra é comedida em relação à origem da economia cacaueteira, mas não contradiz a visão ‘pessoísta’ ou suas principais fontes.<sup>(15)</sup> Dessa forma, a retórica ‘pessoísta’ foi incorporada continuamente à produção historiográfica regional que servirá de base aos primeiros estudos científicos realizados sobre o tema, principalmente a partir do final da década de 1970. O discurso ideológico desenvolvido por Pessoa e seus principais líderes políticos determinou uma visão distorcida ou, pelo menos, incompleta do período econômico dominado pela lavoura cacaueteira no município de São Jorge dos Ilhéus.

## Artur e Eusínio Lavigne: os herdeiros do adamismo

Enquanto o poder adamista esteve no controle político do município de São Jorge, formou-se no interior do partido uma nova geração composta por jovens bacharéis, filhos ou herdeiros dos políticos tradicionais.

Esse grupo assumiu a direção partidária em 1908, com a posse dos drs. João Mangabeira e Artur Lavigne de Lemos, respectivamente, como intendente e presidente do Conselho Municipal. Mangabeira era, então, um jovem advogado de Salvador, recrutado pelo coronel Adami para compor o quadro partidário local e funcionar como advogado do partido. Mangabeira foi um dos principais articulistas, ao lado de Celerino Dantas e Rui Penalva, do órgão de propaganda do partido: o jornal *A Lucta*.<sup>(16)</sup> Seu casamento com Constança Steiger Magalhães de Castro, viúva e também prima de um filho do coronel Adami, Cláudio, consolidou seu prestígio local e o apontou como um dos principais herdeiros políticos do ‘adamismo’.

Eleito intendente municipal e deputado federal, em 1910, João Mangabeira optou pela Câmara dos Deputados, residindo a maior parte do tempo no Distrito Federal. A Intendência esteve, então, a cargo de Artur Lavigne de Lemos, cuja interinidade durou até 1912, quando foi efetivado no cargo através das eleições municipais para o período 1912/1916. Porém, pouco tempo após ter sido empossado no cargo de intendente, Artur Lavigne foi deposto pelo interventor federal Bráulio Xavier, elemento de transição na passagem do poder estadual para as mãos de J. J. Seabra.

Artur Lavigne foi o último intendente ‘adamista’ na República Velha, o poder municipal somente voltaria para as mãos do grupo político com o golpe de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal e a nomeação de Eusínio Gaston Lavigne para o recém-criado cargo de prefeito mu-

nicipal. As autoridades ‘pessoístas’ foram depostas de seus cargos e introduzidos elementos ligados à Aliança Liberal, presidida em Ilhéus por Eusínio Lavigne, com o apoio da Associação Comercial.<sup>(17)</sup> Apoiado pelo interventor Juraci Magalhães, o dr. Eusínio Lavigne foi nomeado como o primeiro prefeito municipal de Ilhéus, exercendo o mandato até o ano de 1937, quando do golpe do Estado Novo.

Durante a década de 1930, ocorreu uma reestruturação no quadro político municipal. Os chefes políticos conservadores se posicionaram contra o governo de Juraci Magalhães. O principal elemento utilizado no discurso oposicionista explorava o fato de o interventor ser cearense, um estranho sem vínculos com a política baiana. “A Bahia para os baianos” era o principal lema dos denominados autonomistas.

O momento mais visível dessa reestruturação partidária ocorreu nas eleições federais e estaduais de 1934. Entre os líderes autonomistas encontravam-se João Mangabeira, Antonio Pessoa e Antonio “Senô” Lavigne de Lemos, irmão de Artur Lavigne e cujo filho, Luiz Lavigne de Lemos, havia sido o candidato derrotado à prefeitura. Utilizando as colunas do *Diário da Tarde*, Eusínio Lavigne criticou acirradamente essa união entre antigos e tradicionais inimigos políticos. Sobre Mangabeira alegava que quando eleito intendente havia passado a maior parte do quadriênio no Rio de Janeiro, sofrendo severas críticas do coronel Pessoa:

*que ridicularizava a sua administração, galhofando do alargamento das ruas, esgotos e concessões para melhoramentos. Quando este subira, aquele só não fora assassinado graças ‘a dedicação de amigos, dormindo de armas embaladas, pois temia o assalto de sua residência a cada hora.’<sup>(18)</sup>*

A nova geração de políticos ligados ao ‘adamismo’ havia nascido no final do século XIX, no contexto da consolidação econômica da região cacauceira. Uma de suas principais

preocupações referia-se à desestabilização da lavoura pela especulação do preço do cacau.

Através do Sindicato dos Agricultores de Cacau da Bahia, presidido pelo dr. Otaviano Muniz Barreto, foi iniciada uma campanha pela defesa dos produtores. Os elementos mais radicais, como Eusínio Lavigne, eram favoráveis ao retorno da policultura do século XIX e à criação de cooperativas, visando a reduzir o controle do crédito agrícola e da comercialização do cacau das casas exportadoras.

O grupo político liderado por Eusínio e Artur Lavigne, articulado ao PSD, apresentava-se como defensor dos pequenos produtores e da região, contra a agressão do capital estrangeiro. Era uma forma de amenizar os ataques a suas raízes aristocráticas. Houve a necessidade de contrabalançar o discurso ‘pessoísta’ perante os lavradores e novos ricos, além de procurar mostrar ao Rio de Janeiro que se estava trabalhando pelo progresso regional e eram merecedores do auxílio de rendas federais. A debilidade do mercado internacional, a partir de 1929, fortaleceu a retórica ‘lavinista’. As quedas cíclicas do preço do cacau começaram a restringir as rendas municipais e a mergulhar a região em uma forte crise.

Ambos os partidos locais entenderam que a situação prejudicava a todos os produtores e passaram conjuntamente a criticar a ação dos exportadores, no que se referia à especulação sobre o preço do cacau. As casas exportadoras historicamente utilizaram o controle do crédito agrícola e a execução de hipotecas para a aquisição de milhares de hectares de cacau, passando a participar do processo de produção.

Para os descendentes do ‘adamismo’, já não era interessante corrigir a interpretação de uma região formada por trabalhadores humildes, cujo único capital era a própria força de trabalho, tornada popular com Pessoa. Em seus escritos, Eusínio Lavigne acentuou o papel dos colonos alemães do Cachoeira e dos migrantes nordestinos na introdução do cacau na região e amenizou o papel dos grandes proprietários do século XIX no crescimento da lavoura. Também evitou

qualquer discussão sobre o passado aristocrático ou escravocrata de alguma família associada ao seu partido.<sup>(19)</sup>

Como parte das comemorações do cinquentenário de Ilhéus à categoria de cidade, em 1931, Eusínio Lavigne patrocinou uma obra sobre a história do município. Escrito por Epaminondas Berbert de Castro, líder político e intelectual ligado por laços familiares ao coronel Pessoa, o texto exemplifica a visão da elite cacauzeira nos anos trinta. Berbert de Castro menciona o engenho de Santana e os europeus com capital presentes no início do século XIX, mas enfatiza que os colonos alemães, dos quais descendia, e os migrantes nordestinos haviam lentamente construído a economia cacauzeira:

*(...) se com a Independência se firmou, no sul da Bahia, a lavoura cacauzeira, verdade é que a Proclamação da República coincidiu com o momento em que ela entrou a desenvolver-se promissora.*<sup>(20)</sup>

Os fazendeiros de cacau são apresentados como um grupo de homens que haviam trabalhado para a construção da riqueza regional, apesar das enormes dificuldades econômicas e sociais. Esse discurso era uma estratégia para convencer o governo federal a intervir em favor da elite cacauzeira.

Ainda em 1931 o governo federal declarou uma moratória nas execuções das dívidas dos agricultores de cacau e, através de Tosta Filho, criou o Instituto de Cacau da Bahia. A proposta inicial era de que o Instituto funcionasse como uma cooperativa comercial e de crédito, com um programa de desenvolvimento que basicamente beneficiasse os grandes proprietários. Amando de Lemos Peixoto, comerciante em Ilhéus e casado com uma Cerqueira Lima, era um dos diretores do Instituto.

O I. C. B. patrocinou vários textos sobre a região cacauzeira, contudo, nenhum deles foi propriamente uma obra histórica. A maioria dos textos, entretanto, faz uma aproximação

com as idéias ‘pessoístas’ sobre a história da região cacauqueira. Uma dessas obras é *A cultura de cacau na Bahia* (1938), de autoria do entomologista russo Gregório Bondar. Seguindo o paradigma ‘pessoísta’, Bondar argumenta ter sido a lavoura cacauqueira um produto da constância de homens humildes, cujos braços eram seu único capital:

*(...) a pouco a pouco destronando culturas antigas, gradativamente crescendo, progredindo sem cessar e definitivamente vencendo, esta cultura é um exemplo do quanto podem a constância e a perseverança(...) Não foram os efeitos de braço estranho, não o ouro de abastadas bolsas, não foi o amparo de governos fortes, mas a constância de modestos homens, cujo único capital constituía nos seus braços, quem a fez triunfante.* <sup>(21)</sup>

O mais importante, mas não necessariamente o mais influente trabalho sobre a história ilheense foi escrito entre os anos de 1936 e 1937, pelo historiador baiano Silva Campos, *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*, patrocinado pela administração de Eusínio Lavigne.

O texto demonstrou que a história da lavoura cacauqueira era mais complexa do que sugeria a versão predominante. Apesar dos seus limites, a ‘*Crônica*’ contém um significativo estudo do período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e o final do século XIX. Como resultado, trouxe um consistente material para a argumentação de que um número de indivíduos e famílias com capital e grande quantidade de escravos, investiu na economia cacauqueira durante o século XIX. Somente ignorando-se a maior parte de seu texto referente ao período citado, poderia ser possível continuar com a argumentação de que a economia cacauqueira havia sido criada apenas por humildes lavradores estrangeiros e nordestinos. Contudo, devido a sua distribuição limitada, houve dificuldade de acesso à obra, sendo raramente

consultada até bem recentemente.

O estudo detalhado da obra permite a identificação de um discurso moderado do ponto de vista da elite tradicional. Segundo Silva Campos, o impulso inicial do progresso local foi dado com a chegada do José de Sá e Bittencourt à comarca de São Jorge dos Ilhéus. O desenvolvimento da lavoura cacauera havia sido contraditório. Ao lado da economia, cresceram a violência e o crime. Realidade pretérita à administração de Eusínio Lavigne, que inaugurou uma nova era de paz e trabalho intenso.<sup>(22)</sup>

A partir dos anos trinta, as idéias sobre a elite do cacau, introduzidas por Antonio Pessoa, foram centrais no discurso político da região cacauera e nas discussões sobre sua história. Atingindo em cheio a produção historiográfica, essas idéias permaneceram praticamente inatacadas devido a uma série de razões. De acordo com Mahony, elas continuavam a refletir a auto-imagem de um importante segmento da elite cacauera, gerando uma memória coletiva da nova geração de fazendeiros.<sup>(23)</sup>

A imagem de uma região formada pelo trabalho assalariado e livre de homens humildes, permanecia como uma poderosa ferramenta da política local e um forte apelo na busca de recursos financeiros federais. A crença de que a riqueza dos fazendeiros de cacau tinha sido obtida pelo fruto do trabalho braçal, fornecia à elite agrária e comercial elementos para justificar sua proeminência regional e estadual. A noção de que a lavoura cacauera era o esteio do progresso numa Bahia decadente, distinguia-a da enfraquecida elite açucareira.

Por fim, poucas vezes se opuseram a essa versão do surgimento da lavoura cacauera. Os descendentes das famílias tradicionais do século XIX, evidentemente, não demonstraram interesse na discussão de que a história tinha sido bem diferente do mito<sup>(24)</sup> estabelecido pela produção institucionalizada. Essa noção adapta-se bem ao mito brasileiro de democracia racial popularizado pela obra de Gilberto Freyre.<sup>(25)</sup>

O mito é uma herança local, cada localidade possui a sua mitologia expressada em uma percepção de como sua cultura sente e pensa, ou seja, em uma identidade. O orgulho local também é enaltecido, se puder mostrar que uma grande ‘estória’, no caso em questão, o desbravamento da mata por humildes lavradores, de fato ali aconteceu.<sup>(26)</sup>

O mito regional desenvolvido pelo grupo de novos ricos teve origem no projeto republicano, claramente direcionado aos lavradores recém-chegados entre o final do século XIX e início do século XX. Estes disputaram a riqueza e o poder no território do cacau, assim que criaram as necessárias condições econômicas e uma identidade (visão de si mesmos):

*Não importa o quanto o mito local nos parece ficcional ou artificial: é sempre capaz de ser tratado estritamente como história pelas partes interessadas. O mito, como a propaganda, é valioso porque as pessoas acreditaram nele (...) A argumentação mítica é persuasiva dentro dos limites permitidos pelas razões mais pragmáticas do interesse próprio e da prática política.<sup>(27)</sup>*

## Literatura e mito: Amado e Adonias Filho

A crítica à visão dos novos ricos como promotores do progresso regional surge com o livro *Cacau*, de Jorge Amado, publicado em 1933. Oriundo de uma família de migrantes sergipanos enriquecidos, Amado era, então, um jovem escritor comunista que atacava o capitalismo selvagem praticado na região cacauzeira, fazendo uma análise das condições de trabalho nas propriedades do sul baiano.

Longe de promover o progresso, os fazendeiros de cacau

exploravam o trabalho humano. Apesar de possuírem enorme fortuna, seus trabalhadores viviam em extrema pobreza, totalmente endividados e tratados como escravos.<sup>(28)</sup>

Em 1944, exilado no Uruguai, Amado retoma a crítica à sociedade cacaueteira com uma novela sobre a região. *Terras do sem fim* foi situado no que o autor define como **início da economia cacaueteira** (grifo nosso). A novela narra a disputa pela terra e a expropriação de pequenos lavradores, através da descrição da luta travada entre o coronel Horácio da Silveira e a família Badaró. Nessa obra, a sociedade regional, formada pelos grandes fazendeiros de cacau, havia sido criada baseada na exploração do trabalho de milhares de migrantes nordestinos.

Em 1958, Amado escreve o clássico *Gabriela, cravo e canela*, retomando a temática do cacau. Novamente o autor ataca a noção de que os cacauicultores eram progressistas. A velha geração de fazendeiros e políticos de Ilhéus liderados pelo coronel Ramiro Bastos, uma clara alusão ao coronel Pessoa, foi apresentada como inapta para implementar as mudanças necessárias ao progresso regional.

Contudo, em *Gabriela*, como nas demais obras citadas, Amado não contesta a versão da origem humilde da elite do cacau. O passado aristocrático é caricaturado na figura do *Doutor*, um intelectual que alegava ser descendente da aristocracia baiana, ao qual os rudes e iletrados coronéis devotavam um imenso respeito.<sup>(29)</sup>

Amado demonstra que os membros da elite cacaueteira não eram progressistas e que a sociedade por eles criada era fruto do clientelismo e da exploração. Em muitos pontos, seus livros são retratos ficcionais dos fazendeiros e políticos ‘pessoístas’, seus métodos, suas atitudes e suas pretensões.<sup>(30)</sup>

Apesar da crítica de Amado à sociedade do cacau, é fato que nenhuma de suas personagens retratou algum membro das famílias donas de engenho que se tornaram plantadoras de cacau. Dessa forma, as personagens ‘amadianas’, caracterizadas na maior parte como migrantes nordestinos, criaram a ‘nação grapiúna’, uma área cultural na região, dominada pelos migrantes e seus descendentes:

*Naquele tempo, no rastro do cacau dando dinheiro, chegavam à cidade de alastrada fama, diariamente(...) centenas e centenas de nacionais e estrangeiros oriundos de toda parte(...) Chegavam e em pouco eram ilheenses, **verdadeiros** grapiúnas(...) sentindo-se tão daqui como os mais antigos ilheenses, os filhos das famílias de antes do aparecimento do cacau.<sup>(32)</sup>*

Geograficamente, a região *grapiúna* corresponde à fronteira oeste, que parte do eixo Ilhéus-Itabuna e sobe os cursos do Almada e Cachoeira em direção ao sudoeste baiano, consolidada nas primeiras décadas do século XX. Os *grapiúnas* eram os indivíduos junto a quem Antonio Pessoa havia buscado apoio político e cuja migração e fixação no sul baiano inspiram a narrativa ‘amadiana’.

Efetivamente a narrativa ‘amadiana’ reforçou o mito ‘pessoísta’ de origem e, segundo Lippiello, criou a cultura regional:

*Ilhéus tem uma cultura unívoca. As suas raízes aprofundam-se na saga heróica do cacau. Esta saga prendeu os ilheenses na sua tela dando a eles uma única referência cultural. Esta referência, o cacau, elimina qualquer diferença de origem étnica, acomodando portugueses, africanos, suíços, italianos, espanhóis (...) Esta unificação, esta sociedade coesa na reverência à epopéia heróica do desbravamento e plantio do cacau é o marco cultural ilheense”.<sup>(33)</sup>*

Nos romances do ciclo do cacau, Amado narra a saga do desbravamento e do plantio do cacau, e tenta resumir toda a tradição e cultura regionais. A ficção ‘amadiana’ vira a história de todo um povo, não apenas se limitando a transcrever mitos do desbravamento das matas mas, também, a modificar suas interpretações.

Ao publicar seu primeiro romance, Amado tinha 22 anos

e estava acriticamente preso pelo socialismo que se apresentava na forma do comunismo. Dessa forma, ele descreve com extrema segurança as diferenças sociais nas fazendas de cacau. Em uma visão maniqueísta, os pobres trabalhadores incultos são instintivamente nobres e bons, enquanto os coronéis, instintivamente e conscientemente maus.

No processo de criação de seus romances, Amado segue uma evolução na definição das ações e das figuras dos fazendeiros de cacau que, “obedecendo a imperativos de construção e reconstrução, de assassinos e desfrutadores inumanos dos trabalhadores (*Cacau*), viram meninos ingênuos nas mãos dos exportadores e do capital estrangeiro (*São Jorge dos Ilhéus*)”.<sup>(34)</sup> O inimigo que, em *Cacau*, estava simbolizado na figura do grande fazendeiro, passa, em *São Jorge dos Ilhéus*, a ser personificado pelo capital estrangeiro representado pelos exportadores, expropriadores ilegítimos. Assim, os coronéis fundadores viram homens leais, corajosos, propagadores da riqueza do cacau.

Em *São Jorge dos Ilhéus*, contradizendo a versão de *Cacau*, a figura do coronel, contraposta à dos exportadores, assume uma dignidade e uma aura épica:

*Tubarões ou crianças tímidas, a eles é que se deve o progresso dessa zona. Conquistaram a terra, plantaram cacau, mataram gente, construíram as cidades. São os nossos heróis.*<sup>(35)</sup>

O escritor Adonias Filho é outro descendente da elite de novos ricos do cacau, cuja obra reflete o paradigma ‘pessoísta’. Em 1976, o autor escreve um ensaio de cunho histórico publicado pela editora Civilização Brasileira e distribuído por todo o Brasil, no qual ele argumenta que na região cacauceira foi produzida uma sociedade democrática formada por lavradores nacionais e estrangeiros.<sup>(36)</sup>

Tais lavradores eram “os legendários desbravadores que conquistaram a floresta a fogo e machado”, no século XIX, que não tiveram acesso ao trabalho escravo, ou, se tiveram,

foi em tão pouco número que não teve qualquer importância para a economia. Tais lavradores não ordenavam, faziam eles mesmos, ou, se ordenavam, também faziam.<sup>(37)</sup>

Segundo o autor de *Sul da Bahia, chão de cacau*, a elite cacauzeira do século XIX tinha suas raízes em um grupo de pessoas humildes que povoou a fronteira e deixou um importante legado democrático para os coronéis do século XX. Devido à presença do desbravador, a sociedade cacauzeira era fundamentalmente diferente das criadas pela economia do açúcar, gado e café, pois tais sociedades foram formadas pelo trabalho da mão-de-obra escrava.

A interpretação de Adonias Filho tornou-se popular entre os que discutiam a história da região cacauzeira. Outros escritores, como Baiardi, em descrição dos desbravadores e suas ligações com a riqueza dos produtores do século XX, enfatizam que o desbravador contratava força de trabalho não-escrava para a construção de infra-estrutura e plantio de cacau.<sup>(38)</sup>

Adonias Filho explora a idéia de que a sociedade cacauzeira teve uma origem democrática de humildes lavradores do século XIX. Segundo o autor, trabalhando sozinhos ou com a ajuda de um ou dois escravos, em raras ocasiões, estes lavradores conquistaram a mata virgem do sul baiano. Alguns desses lavradores fizeram fortuna e formaram a elite cacauzeira do século XX. Devido a sua origem humilde, os ricos fazendeiros da elite haviam trabalhado lado a lado com seus empregados na lavoura. Essa experiência inicial de trabalho de ricos fazendeiros significava que a elite por eles formada era antiaristocrática e antiescravocrata, apesar de, em alguns 'raros' momentos, terem utilizado escravos.<sup>(39)</sup>

Segundo Adonias Filho, a elite cacauzeira formada no sul baiano foi inteiramente diferente das de outras regiões, onde os grandes proprietários dependeram completamente do braço escravo, assim como a luta pela terra não foi violenta, nem foram as disputas pelas plantações de cacau a base para o poder dos clãs rivais. Apesar da existência de fraudes jurídicas na posse da terra, os coronéis do cacau esta-

vam principalmente preocupados com o plantio e a colheita, raramente utilizando o poder econômico para corromper a lei.<sup>(40)</sup>

Temos, então, na obra literária dos escritores Jorge Amado e Adonias Filho um dos principais veículos perpetuadores da visão de uma lavoura desvinculada do contexto escravocrata da Bahia do século XIX e dominada política e economicamente por migrantes estrangeiros e nordestinos, cujo único capital era sua própria força de trabalho ou de sua família.

## Historiografia regional: rupturas e permanências.

O fato de a visão da elite formada pelos novos ricos ter sido a dominante na historiografia do cacau, não significa que deixou de haver registros de uma outra versão sobre a história regional. A presença de um número de agricultores aristocratas e de grandes propriedades no sul da Bahia tinha aparecido nas obras sobre o cacau em algumas oportunidades.

O cientista alemão Leo Zehntner menciona Fernando Steiger Jr. e Domingos Adami de Sá, como dois de seus mais importantes informantes locais. Borges de Barros descreve o coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara como um grande proprietário de terras e escravos antes de 1888. Silva Campos, por sua vez, frequentemente menciona os Sá e outras famílias possuidoras de grandes propriedades. Gregório Bondar ilustrou seu livro com fotografias da fazenda Almada, propriedade dos Cerqueira Lima, mas não aborda que a mesma produzia cacau desde a década de 1820. Clóvis Caldeira sugere que o trabalho escravo pode ter sido utilizado no plantio do cacau, mas conclui que a força de trabalho escrava não teve importância na economia.<sup>(41)</sup>

A mais importante refutação à versão ‘pessoísta’ surge

com a publicação, em 1959, de *Ilhéus, terra do cacau* de Carlos Pereira Filho, ligado por laços de família aos descendentes dos antigos cacaucultores do Almada. O jornalista e intelectual ilheense constrói em seu trabalho uma crítica à noção de que obscuros lavradores, cuja força de trabalho era o único capital, haviam sido os únicos responsáveis pela expansão da economia cacaeira:

*Ao contrário, a economia do cacau nasceu ao lado das plantações de cana-de-açúcar nas fazendas Almada, Castelo Novo e Provisão, propriedades das famílias Cerqueira Lima, d'El-Rei e Adami.*<sup>(42)</sup>

Alguns trabalhadores assalariados ou desbravadores tinham desempenhado seu papel, porém, o maior desenvolvimento na produção e comercialização do cacau foi produzido pelas ações de famílias capitalistas que exerceram sua influência até as primeiras décadas do século XX.

*De 1808 a 1822, alemães e suíços habitavam aquelas terras do magnífico vale do Almada (...) Na pacata e próspera região, trabalhava outrora o engenho de açúcar, ao lado das incipientes atividades cacaeiras. Onde vicejava a cana, o homem cultivava a cana; onde se plantava o cacau, o homem cuidava do cacau. De uma e de outra fonte de rendas, Castelo Novo e Almada tiravam a sua economia.*<sup>(43)</sup>

De acordo com Pereira Filho, as primeiras plantações de cacau, no município de São Jorge dos Ilhéus, foram feitas no vale do Almada, no lugar conhecido como *Provisão*, futura propriedade das famílias d'El-Rei e Adami. A partir desse núcleo, a lavoura foi se desenvolvendo e transformando a mata em plantações de cacau.

Entre os pioneiros do cultivo do cacau, o autor cita os membros das famílias d'El-Rei, Sá Bittencourt e Câmara,

Hohlenwerger e Cerqueira Lima, instalados nas proximidades do atual povoado de Castelo Novo. Um outro importante registro refere-se ao uso da mão-de-obra escrava no plantio do cacau e às dificuldades impostas pela Abolição:

*Para a região cacauzeira a monarquia brasileira foi bastante cruel, jamais dando a menor assistência aos lavradores, ao contrário, encheu suas estradas de espinho e crimes.<sup>(44)</sup> Os homens do cacau sofreram opressões brutais, tiveram prejuízos incalculáveis, destacadamente quando a alforria libertou os escravos e a lavoura ficou sem braços (grifo nosso).<sup>(45)</sup>*

Apesar de sua importância histórica, o trabalho de Pereira Filho não exerceu grande influência na literatura sobre o passado da região cacauzeira. O livro foi uma publicação particular com distribuição muito limitada, somente algumas cópias foram preservadas em bibliotecas de instituições de pesquisa.

A mais importante biblioteca da região sobre o cacau começou a ser formada com a criação da CEPLAC, no contexto da crise do cacau baiano na década de 1950. Os preços, por seu lado, haviam caído ao lado da produção: os métodos de plantio tinham mudado muito pouco, desde o início da lavoura no século XVIII.

A lavoura estava endividada e o desemprego na zona rural era alto. O I. C. B. tornara-se pouco mais do que um programa de construção de rodovias e sofria a oposição de grandes produtores, comerciantes e exportadores que incentivavam a intervenção federal.<sup>(46)</sup>

O governo federal criou então, em 1957, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), um plano de pesquisa e desenvolvimento do cacau. Seu mentor, Inácio Tosta Filho, primeiro diretor do I. C. B., organizou uma seção voltada para as pesquisas sócio-econômicas da região cacauzeira, com uma bem montada biblioteca. A divisão pa-

trocinou as pesquisas de especialistas e funcionários ao longo de aproximadamente três décadas, muitos dos quais deram continuidade à versão ‘pessoísta’ sobre a economia cacaueteira.

Alguns trabalhos independentes apareceram, como o de Seligsohn, professor de economia da Ucsal e diretor de pesquisa do Instituto de Cacau da Bahia. O livro, publicado em 1970, é totalmente baseado em fontes secundárias e discute a importância dos colonos europeus e migrantes nordestinos para a economia do cacau.<sup>(47)</sup>

Na década de 1970, a CEPLAC patrocinou um extenso estudo sobre a situação sócio-econômica da região cacaueteira, em diversos volumes, um dos quais dedicado a sua história. O *Diagnóstico* não trouxe sérias mudanças na visão histórica predominante até então. Segundo o trabalho, a lavoura cacaueteira havia surgido através de pequenos lavradores, o trabalho familiar havia sido a força de trabalho mais comum nas plantações de cacau e as grandes fazendas haviam surgido somente após o período republicano.<sup>(48)</sup>

Outras publicações da CEPLAC incluem a trilogia de um sociólogo da instituição que versa sobre a geografia, economia e sociologia regional. A obra sobre economia parte explicitamente do mito ‘pessoísta’ para sua discussão histórica.<sup>(49)</sup>

Nas décadas de 1970 e 1980, sociólogos e historiadores baianos, alguns ligados a institutos de pesquisa, iniciaram a utilização de fontes primárias para a história regional que ainda não haviam sido consultadas. Porém, apesar da análise dessa documentação e da sofisticação teórica dos pesquisadores, seus trabalhos não estabelecem totalmente uma mudança na visão historiográfica. Em sua dissertação de mestrado sobre a história agrária do eixo Ilhéus-Itabuna, Garcez não contesta a visão convencional e assentou suas fontes na posição de Adonias Filho.<sup>(50)</sup>

Em sua argumentação, Garcez afirma que, no início do século XIX, o cacau era um dos produtos da economia policultora, localizada nas grandes propriedades concedidas

pelo governo imperial. Porém, a maior parte dessas terras nunca foi explorada e a maior produção era a lavoura de subsistência. O trabalho escravo era utilizado nessas propriedades, mas não teve uma maior significação para o crescimento econômico do cacau. A dissertação defende que os migrantes nordestinos, com a ocupação das terras devolutas, deram início à economia cacauceira e à formação das grandes propriedades, por ela datadas no final do século XIX. <sup>(51)</sup>

Uma outra dissertação de mestrado do período, escrita por Guerreiro de Freitas, abordou a formação da burguesia cacauceira e especificamente o desenvolvimento da aliança entre os produtores de cacau e as casas exportadoras. O trabalho traz um significativo estudo sobre as relações entre a elite local e o capital estrangeiro nas primeiras décadas do século XX. Em sua apresentação, a dissertação sugere que o mito da elite local havia influenciado suas instituições oficiais:

*Tenho até impressão que o comentado “folclore” dos coronéis do cacau tenha se transferido para esses órgãos, que no fundo expressam a vitória da burguesia cacauceira, na sua luta por se tornar hegemônica.* <sup>(52)</sup>

Todavia, em um trabalho escrito em conjunto pelos pesquisadores acima citados *Bahia cacauceira: um estudo de história recente*, a visão convencional volta a prevalecer. Argumentam que os pequenos lavradores fundaram a economia cacauceira. As grandes propriedades, fruto da expropriação, surgem somente após o início do século XX. <sup>(53)</sup>

O recente trabalho de Falcón sobre o coronelismo desenvolvido na região cacauceira, elaborou novos ciclos para a história da lavoura cacauceira, avançando em relação ao ensaio de Adonias Filho. Deve-se salientar, porém, que o trabalho de Falcón se deixa claramente influenciar pela versão convencional de uma região construída somente pelo trabalho livre, afirmando textualmente: “trata-se da única cultura

estadual que não conheceu relações escravistas”.<sup>(54)</sup>

Em sua introdução, o texto credita à forma literária uma fidelidade que consegue dar conta das singularidades da história regional baiana, ao focar a ‘totalidade’ da vida cotidiana das classes sociais do interior do Estado.

*Adonias Filho e o maior de todos eles, o mestre Jorge Amado(...) são alguns dos ficcionistas que têm revelado com inusitada argúcia aspectos fundamentais (grifo nosso) à compreensão da vida e organização social baiana. E sugerem, sem sombra de dúvida, apesar do contexto ficcional, pistas seguras para a reconstrução histórica dos universos abordados.*<sup>(55)</sup>

Segundo Mahony, existem diversas possibilidades para o predomínio da versão convencional da história regional. Os primeiros historiadores e pesquisadores de outras áreas que escreveram sobre o cacau eram pouco treinados ou não tiveram acesso suficiente às fontes. Uma grande parte da produção literária sobre o cacau não foi feita por historiadores, mesmo amadores, o que não qualifica a pesquisa histórica. Os profissionais que tiveram suas pesquisas financiadas por instituições, produziram uma visão adotada pelos seus patrocinadores ou professores.<sup>(56)</sup>

Dessa forma, os historiadores e profissionais de outras áreas participaram ativamente na criação de um mito histórico sobre o passado do cacau. Os intelectuais e o público em geral não foram confrontados com evidências concretas de que a visão tradicional é problemática. Além disso, os membros das famílias mais antigas e seus descendentes não insistiram na correção da versão ‘pessoísta’ da história regional. Muitos dos autores de fontes secundárias eram amadores e desconheciam a realidade local. À exceção de Pereira Filho, nenhum teve contato direto e prolongado com as propriedades e membros das tradicionais famílias produtoras e introdutoras do cacau no município de São Jorge dos

Ilhéus. Esses trabalhos tratam especialmente do século XX, sendo que alguns poucos recuam ao início do período republicano. <sup>(57)</sup>

São várias as semelhança entre essas obras, percebidas através de seu estudo aprofundado. São elas: a vila de São Jorge dos Ilhéus, que havia sido uma das primeiras zonas de povoamento português no Brasil, não conseguiu prosperar, devido à oposição dos nativos e à incompetência e ao desinteresse administrativo. <sup>(58)</sup> No local, existiu uma limitada economia de açúcar, madeira e lavoura de subsistência, que não produziram uma economia significativa, o que somente ocorrerá a partir de 1890, quando a lavoura cacaeira adquire importância. <sup>(59)</sup> Tal assertiva veio a influenciar trabalhos de pesquisas posteriores sobre a região, a maioria dos quais adotou o período da República Velha como delimitação temporal para o estudo regional. <sup>(60)</sup>

Todos os trabalhos reconhecem que o cacau sustentou a economia baiana no século XX e criou uma elite baseada principalmente no eixo Ilhéus-Itabuna, formada por fazendeiros de origem humilde. Contudo, existem desacordos sobre o processo histórico regional formado a partir da lavoura cacaeira. Uma parte dos autores defendia a posição de que o cacau foi introduzido no sul baiano em 1746 com sementes trazidas do Pará e plantadas próximo à atual cidade de Canavieiras. <sup>(61)</sup> Uma outra parte afirmava que as autoridades coloniais portuguesas introduziram o cacau na região, após 1780, e foram responsáveis por sua expansão no litoral sul-baiano. <sup>(62)</sup>

Outro desacordo refere-se ao desbravamento das matas e à formação do cacau como principal produto do sul da Bahia. A maioria acreditava que lavradores anônimos, sem acesso ao capital ou à significativa força de trabalho, haviam conquistado a mata e desenvolvido as primeiras plantações comerciais de cacau. <sup>(63)</sup> Para alguns autores, esses primeiros lavradores eram migrantes nordestinos vitimados pela seca, enquanto outros alegam que um grupo de colonos europeus, fixados às margens do Cachoeira, precederam os nordestinos. <sup>(64)</sup>

A partir de tais obras, delinea-se a base de argumentos históricos a respeito de uma região formada por homens humildes sem acesso ao capital, os desbravadores das matas do sul baiano, que, utilizando a força de trabalho familiar, construíram a economia cacauceira. De tal forma que, ainda hoje, essa visão possui defensores ardorosos. Mas, felizmente, surge paulatinamente a construção de uma crítica à historiografia tradicional que, se não esgota por completo o assunto, tem o mérito de trazer novos questionamentos ao debate acadêmico.

### Notas de Referências

- (1)- MAHONY, M. A. *The world cacao made : society, politics and history in Southern Bahia, Brazil (1822-1919)*. Tese de doutoramento apresentada a Universidade de Yale, EUA,1996. p. 485.
- (2) - Ramiro Castro, João e Virgílio Amorim, genros de Berbert, e Misael Tavares, casado com Eufrosina Berbert, sua sobrinha.
- (3) - Gazeta de Ilhéos: 15/8/1901, 15/9/1901, 8/1/1903.
- (4) - Gazeta de Ilhéos: 21/6/1903.
- (5) - BORGES DE BARROS, F. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981. p. 13, 24.
- (6) - MAHONY, op. cit. p. 489.
- (7) - RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. Coleção Temas Brasileiros 40. Brasília: Unb, 1988. p. 5-7.
- (8) - Entrevista com Mário de Castro Pessoa. Ilhéus/Ba. / /
- (9) - MAHONY, op. cit. p. 493.
- (10) - ZEHNTNER, L. *Le cacaoyer dans l'état de Bahia*. Berlin: Verlag von R. Friedlander & Sonh, 1914. p. 22-23.
- (11) - MAHONY, op. cit. p. 495.
- (12) - BORGES DE BARROS, op. cit. p. 81
- (13) - CALMON, M. *Notas acerca da produção e commercio do cacao*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1917. p. 4-6.

- (14) - SOUZA BRITO, R. *O livro de Ilhéus*. Rio de Janeiro: Tip. Linconl, 1923. p. 5.
- (15) - MAHONY, op. cit. p. 497.
- (16) - O jornal semanal *A Lucta*, político e noticioso, funcionou de 1903 a 1912 à rua Conselheiro Saraiva, atual Antonio Lavigne de Lemos. São raros os seus exemplares preservados.
- (17) - SILVA CAMPOS, J. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981. p. 424.
- (18) - Ibid., op. cit. p. 477
- (19) - Sobre o assunto ver LAVIGNE, E. *Cultura e regionalismo literário*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1967.
- (20) - BERBERT DE CASTRO, E. *Formação econômica e social de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981. p. 53.
- (21) - BONDAR, G. *A cultura de cacau na Bahia*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938. p. 23.
- (22) - SILVA CAMPOS, op. cit. p. 168, 443.
- (23) - MAHONY, op. cit. p. 503.
- (24) - Mito remonta à palavra grega *mythos*, inicialmente usada pela literatura nos tempos homéricos, então entendida como um relato.
- (25) - ver FREIRE, G. *Casa-grande e senzala* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.
- (26) - DOWDEN, K. *Os usos da mitologia grega*. São Paulo: Papirus, s/d. p. 218.
- (27) - Ibid., op. cit. p. 122.
- (28) - AMADO, J. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, s/d. p. 155.
- (29) - Ibid. *Gabriela, cravo e canela*. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 22, 28.
- (30) - MAHONY, op. cit. p. 511.
- (31) - Ibid., op. cit. p. 512.
- (32) - AMADO, J. *Gabriela*. op. cit. p. 56.
- (33) - LIPPIELLO, S. *Ilhéus, análise de uma cultura*. Itabuna: Colorpress, 1996. p. 15.
- (34) - Ibid., op. cit. p. 25.
- (35) - AMADO, J. *São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Record, 1985. p. 124.

- (36) - ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão do cacau, uma civilização regional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- (37) - Ibid. p. 27-28, 43, 51-52 e 77.
- (38) - BAIARDI, A. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 51-68.
- (39) - ADONIAS FILHO. op. cit. p. 43, 77.
- (40) - Ibid., op. cit. p. 79-80.
- (41) - CALDEIRA, C. *Fazendas de cacau na Bahia..* Documentário da Vida Rural n. 7. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954. p.11.
- (42) - PEREIRA FILHO, C. *Ilhéus, terra do cacau*. Rio de Janeiro: Andes, 1959. p. 18.
- (43) - Ibid., op. cit. p. 23.
- (44) - Referência à época da luta entre os fazendeiros do Almada contra Gentil de Castro.
- (45) - PEREIRA FILHO, op. cit. p. 64.
- (46) - MAHONY, op. cit. p. 511.
- (47) - ver SELIGSOHN, O. *Cacau da Bahia, cultura e problemática*. Salvador: IPESA, s/d.
- (48) - CEPLAC. Diagnóstico socioeconômico da região cacauzeira. v. 8. *História econômica e social da região cacauzeira*. Ilhéus: CEPLAC, 1975. p. 17, 24.
- (49) - ASMAR, S. R. *Economia da microrregião cacauzeira*. Ilhéus: Bahia, 1986.
- (50) - MAHONY, M A. op. cit. p. 518.
- (51) - GARCEZ, A . N. R. *Mecanismos de formação de propriedade cacauzeira no eixo Itabuna-Ilhéus 1890-1930*. Salvador, 1977. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. p. 15-20 e 165.
- (52) - GUERREIRO DE FREITAS, A. F. *Os donos dos frutos de ouro*. Salvador, 1979. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.
- (53) - GARCEZ, A. N. R. & GUERREIRO DE FREITAS, A. F. *Bahia cacauzeira: um estudo de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979. p. 23-24.

- (54) - FALCON, G. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá / Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995. p. 26.
- (55) - Ibid., op. cit. p. 19.
- (56) - MAHONY, op. cit. p.p. 552-555.
- (57) - ver TAVARES, Pe. J. da S. *O comércio de cacau particularmente no Estado da Bahia*. Bahia, 1913; ZEHNTNER, L. *Le cacaoyer*; BORGES DE BARROS, F. *Memória*; SOUZA BRITO, R. *O livro*; BONDAR, G. *A cultura*; CALDEIRA, C. *Fazendas de cacau*; ROSA DA SILVA, O. *Os homens do cacau*. São Paulo, 1975. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo.
- (58) - BORGES DE BARROS, op. cit. p. 35; BERBERT DE CASTRO, op. cit. p. 33-34; SOUZA BRITO, op. cit. p. 3-4; SILVA CAMPOS, op. cit. p. 3-21.
- (59) - TAVARES, op. cit. p. 15; BORGES DE BARROS, op. cit. p. 89.
- (60) - MAHONY, op. cit. p. 7.
- (61) - TAVARES, op. cit. p. 14; BORGES DE BARROS, op. cit. p. 89; SOUZA BRITO, op. cit. p. 9; BONDAR, op. cit. p. 24.
- (62) - BERBERT DE CASTRO, op. cit. p. 34-35; LAVIGNE, *Cultura e regionalismo*. p.p. 78-81
- (63) - CALMON, op. cit. p. 6-7; BONDAR, op. cit. p. 23; CALDEIRA, op. cit. p. 11.
- (64) - SOUZA BRITO, op. cit. p. 6; ZEHNTNER, op. cit. p. 35; BORGES DE BARROS, op. cit. p. 73.

## Considerações finais

Como foi abordado nas páginas desta obra, nossa teoria parte de que o poder construído no município de São Jorge dos Ilhéus, no período de consolidação da lavoura cacaueteira, como principal produto na pauta de exportações baianas, foi altamente influenciado pela política de base familiar constituída através de redes de casamentos realizados com parentes ou aliados políticos, em sua maioria, proprietários de terras vizinhas.

Essa rede de alianças era fundamental para o processo de preservação do patrimônio e da identidade familiar. As alianças feitas entre parentes e proprietários vizinhos eram estratégias para o acesso ao poder municipal e sua manutenção e à proteção governamental nas questões de terras e nas fraudes políticas e jurídicas. Nessa concepção, está presente a noção de construção de identidade grupal desenvolvida, não somente por redes de casamentos, como também por alianças de compadrio.

O desenvolvimento dos casamentos endogâmicos, como forma de preservação da identidade familiar e da base patrimonial, foi uma tradição entre as famílias que constituíram o núcleo de apoio político ao partido liderado pelos Sá

Bittencourt e Câmara. A formação de um grupo de descendência política possibilitou a sobrevivência dessa oligarquia, através do período de transição entre a monarquia e o sistema republicano. A intrincada rede de alianças matrimoniais desenvolvida pela família extensa Sá foi, então, caracterizada pela relação família-poder-território.

No levantamento de dados, ficou patente a permanência de um sobrenome identificável por várias gerações em um conjunto de pessoas aparentadas entre si. Essa questão nos fez buscar os princípios estruturais ligados à sobrevivência histórica de um sobrenome específico, dentro do contexto do surgimento da lavoura cacaeira no município de São Jorge dos Ilhéus.

Com o advento do cacau, o município adquiriu uma nova dinâmica durante o século XIX, com o gradativo abandono de outras lavouras, sendo alvo de intenso fluxo migratório. Porém, algumas famílias introdutoras da lavoura cacaeira mantiveram uma situação de relevância no quadro socioeconômico local.

Os interesses materiais uniram diversas famílias em torno do sobrenome Sá, processo visível na persistência desse sobrenome em diversas gerações, transmitido pela linha materna. O próprio coronel Domingos Adami de Sá herdou o sobrenome através de três gerações de mulheres. Eram Sá sua mãe e sua avó materna e não os seus esposos. Seu bisavô materno, José de Sá e Bittencourt herda o sobrenome pela linha materna e o repassa a seus filhos e netos.

De tal forma, cerca de um século e meio após a fixação dos primeiros membros da família no sul baiano, continuava a existir uma família extensa Sá reconhecível no município de São Jorge dos Ilhéus. Seus descendentes, assim como eles, eram importantes proprietários de terras, cujo sobrenome estava associados ao exercício do poder local.

(ASCENDENTES DIRETOS DO CORONEL ADAMI)

Francisca de Sá e Bittencourt / Bernadino Cardoso

|  
José de Sá e Bittencourt / Maria Vitória de Sá

|  
Josefa Amália de Sá H. d'El-Rei / João Homem d'El-Rei

|  
Luiza Teodolinda de Sá Adami / Luiz Adami

|  
**Domingos Adami de Sá**

A formação de propriedades, ou sua aquisição, articulou interesses localizados, em torno dos quais se aglutinou a primeira geração de descendentes do casal José de Sá e Bittencourt. Os membros dessa primeira geração, que viriam a formar a família extensa Sá do município, uniram-se por interesses materiais ligados à propriedade da terra advinda da herança de grandes extensões acumuladas por seus pais, como os engenhos *Santana* e *Itáípe*, com várias léguas em quadro.

Embora esteja presente o princípio da propriedade privada, pois cada proprietário herdou individualmente a parcela que lhe coube, os interesses comuns continuaram a existir. Mesmo havendo disputas internas sobre a demarcação de terras, a defesa da propriedade herdada, que possui uma origem jurídica comum, se constituía em uma das mais importantes razões para a existência de famílias extensas. Existência essa, simbolizada por um sobrenome comum adotado por diversas famílias nucleares.

O casamento entre parentes provoca uma superposição de laços de parentesco, constituindo “núcleos em torno dos quais é possível reagrupar relações que tenderiam a se dispersar com o passar das gerações, devido a bilateralidade do parentesco do Brasil”.<sup>(1)</sup>

O casamento entre parentes renova a família extensa, garantindo a possibilidade de continuidade simbólica do so-

brenome e de seu significado. Além da continuidade simbólica que reforça a ligação entre sobrenome e poder local, pode-se acrescentar ao sobrenome comum o critério da identificabilidade, geralmente feita por regiões, como é o caso dos Calmon, do Recôncavo, e dos Matos, da Chapada Diamantina.

A família extensa Sá permaneceu identificável ao longo de mais de um século e meio da história regional. No começo do século XX, os membros da família poderiam traçar sua ascendência por todas as fases da economia cacaueteira, desde a formação das primeiras fazendas de cacau, até a consolidação do município, como seus principais produtores. Como a maior proprietária de terras municipais, a família podia evocar a si a construção do passado para justificar a dominação do presente.

O sobrenome que identifica em comum diversos proprietários individuais de terra e que se origina da propriedade da terra, enquanto sobrenome identificável localmente, expressa a relação de poder que essa mesma propriedade tem subjacente.<sup>(2)</sup> Assim sendo, o sobrenome comum Sá foi um símbolo da família extensa contínua, expressando historicamente uma linguagem de poder.

Na reconstituição da história de várias famílias regionais que constituíam a elite rural do século XIX, fez-se necessária a pesquisa dos registros de terras e inventários para localização e dimensionamento das fazendas, relação de herdeiros e laços de parentesco. Essas fontes primárias, de posse do Arquivo Público da Bahia e de particulares, trazem aspectos que contrariam a narrativa convencional da história regional.

No período anterior a 1890, marco tradicional da formação das grandes fazendas produtoras de cacau, foram detectadas propriedades com dois mil hectares e mais de duzentos mil pés de cacau, como as fazendas *Castelo Novo* e *Almada*, cujas raízes remontam às concessões reais, e cujos donos eram membros de importantes famílias proprietárias de terras na Bahia, a maior parte possuindo grande número

de escravos.

A corrente da nova história social mostrou que os elementos populares haviam sido sistematicamente afastados da historiografia. Contudo, isso é raro com grandes proprietários aristocratas, cujos latifúndios e escravaturas haviam desaparecido da produção historiográfica regional e sido substituídos por lavradores humildes e livres e suas pequenas lavouras formadas pela mão-de-obra familiar. <sup>(3)</sup>

O início do cultivo do cacau está inserido no contexto da Bahia aristocrática e escravocrata do período, não diferindo de outras regiões produtoras de lavouras para exportação. Em 1802, sementes de cacau das plantações de Camamu foram distribuídas por todas as vilas da costa sul baiana. As árvores que cresceram não foram sistematicamente cultivadas, ou mesmo derrubadas, mas puderam fornecer a base para as plantações comerciais que começaram a aparecer após 1822. Esse foi o período histórico da territorialização do espaço que formaria o maior eixo produtor da região do cacau, principalmente com o processo de aquisição de propriedades agrícolas por capitalistas nacionais, mineiros e do recôncavo baiano, e estrangeiros.

No ano de 1813, um dos homens mais influentes do Brasil em sua época, o mineiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois marquês de Barbacena, adquiriu o engenho de Santana e outras propriedades no município de São Jorge dos Ilhéus. Residindo em Salvador desde o início do século XIX, lá casou-se com Anna Constança de Castro, herdeira de um dos maiores comerciantes de escravos da província. Com o casamento, Caldeira Brant passou a administrar os negócios da família e tornou-se um dos homens mais ricos da Bahia. <sup>(4)</sup>

Visando a ligar comercialmente suas propriedades a Minas Gerais, Caldeira Brant patrocinou, entre os anos de 1813 e 1815, a abertura de uma estrada entre Ilhéus e o sertão da Ressaca, atual Vitória da Conquista, ponto de convergência entre a província mineira e as vilas do litoral baiano. A estrada seguia, em parte, a rota de uma estrada anterior aberta

pela família Sá, sendo construído um ramal de Ilhéus ao povoamento indígena São Pedro de Alcântara, futura Ferradas. Aproximadamente duas centenas e meia de escravos trabalharam na construção da estrada, cuja extensão total era de quarenta e duas léguas. Esse povoamento originou-se de índios guerens transferidos, nesse período, da aldeia do Almada.<sup>(5)</sup> As terras patrimoniais da aldeia do Almada, uma légua em quadra, formariam a fazenda do mesmo nome, posteriormente propriedade da família Cerqueira Lima.

Durante suas viagens ao Rio de Janeiro ou Europa, Caldeira Brant manteve relações com diversos capitalistas estrangeiros interessados em fazer negócios, visitar ou residir no Brasil. Foi responsável direto pela vinda de alguns deles para o município de São Jorge dos Ilhéus. Os naturalistas von Spix e von Martius foram seus hóspedes em Salvador, em 1818, quando da visita dos cientistas europeus à província baiana. Mathew Falconer, maquinista escocês, trabalhou a seu serviço no engenho de Santana. Falconer abandonou a propriedade e passou para o engenho do Almada, vindo posteriormente a adquirir a propriedade. Quando faleceu, em Ilhéus, no ano de 1853, a propriedade foi vendida pelos herdeiros à família Cerqueira Lima.<sup>(6)</sup>

Caldeira Brant também proporcionou, em 1820, a vinda do engenheiro naval francês Jean Baptiste Level, para administrar o Santana. Com Level vieram sua esposa e seu cunhado, o construtor civil François Gaston Lavigne. O núcleo familiar Level-Lavigne era composto originalmente por uma dezena de pessoas, entre as quais Jean Level e sua esposa Helene Lavigne Francaïne Level, seus irmãos Pauline Level e François Gaston Lavigne e o filho Louis Gaston.

A família residiu no engenho Esperança, provavelmente uma das propriedades de Caldeira Brant. Level retornou à França, enquanto François Lavigne permaneceu no município e tornou-se um dos seus mais importantes fazendeiros e comerciantes. Posteriormente, a família Lavigne adquiriu diversas propriedades, entre as quais, o engenho da Lagoa, às margens do Itaípe, onde também extraíam madeira. Antes

de 1850, eles tinham vendido o engenho e abandonado a produção de açúcar, investindo seu capital no comércio e na produção de café, cereais e cacau.<sup>(7)</sup> A família estabeleceu grandes plantações de cacau ao longo do século XIX, inicialmente, na zona do ribeirão da Timbuíba, distrito do Almada.

Mesmo que indiretamente, Caldeira Brant pode ter influenciado na vinda de portugueses e suíços que investiram capital no comércio e lavoura do município, na década de 1810. Esses europeus, chegados no início do século XIX, trouxeram importantes mudanças para a economia local. Entre eles, João Dias Pereira Guimarães, o mais proeminente imigrante português do município, dono do engenho *Olaria de São Francisco* e de várias outras propriedades nas proximidades do porto da vila dos Ilhéus.

Em 1814, o arquiteto holandês Peter Weyll e o sócio alemão Adolf Saueracker adquiriram terras no município, inclusive o engenho Almada, nos terrenos da antiga aldeia de guerens. No início da década de 1820, a propriedade produzia madeira, açúcar, café e cacau. Entre 1816 e 1817, o suíço Henry Borel fundou o engenho Castelo Novo, na margem oposta ao engenho Almada. Borel investiu na extração de madeira, produção de açúcar, café e cacau, principalmente após a Independência e a normalização do comércio baiano.<sup>(8)</sup>

Nesse período, o município foi visitado por naturalistas alemães, cujo objetivo era estudar a fauna e a flora do sul baiano. O príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied descreve as vilas do litoral, em 1815, como extremamente pobres, povoadas principalmente por indígenas e pescadores. As poucas plantações que viu produziam aguardente, farinha e café para o comércio com Salvador. No Almada, visitou a sesmaria de Weyll. Culpou o atraso local à mistura étnica, índios preguiçosos e mestiços indolentes, que “se contentavam com um pouco de farinha, um pedaço de peixe e alguma carne seca”.<sup>(9)</sup>

No relato de sua viagem ao sul baiano, em 1818, os cientistas alemães von Spix e von Martius reproduzem em muitos pontos as opiniões de Maximiliano. Os habitantes locais

estavam satisfeitos com a situação de decadência e não tinham grandes ambições.<sup>(10)</sup> Especificamente sobre Ilhéus, os cientistas alemães sinalizam algum desenvolvimento na economia local e registram a presença de grandes propriedades, entre elas, o engenho Santana.

Desde Ferreira Câmara até von Spix e von Martius, processou-se uma opinião geral de que o atraso e a estagnação formavam o quadro econômico local, devido principalmente à preguiça e à indolência de seus habitantes. Porém, quase todos tinham muito pouca vivência com a realidade local, e não permaneceram tempo suficiente para fazer uma análise mais aprofundada da situação socioeconômica local.

De todos esses viajantes, funcionários do governo ou membros da elite brasileira que, no período, escreveram obras sobre o sul baiano, José de Sá e Bittencourt foi o único que aí residiu por um largo tempo, principalmente nas vilas de Camamu e São Jorge dos Ilhéus, onde era o principal proprietário de terras. Os naturalistas europeus não estavam particularmente interessados na economia local. O principal objetivo de Maximiliano era estudar os costumes dos nativos, enquanto o de von Spix e von Martius era catalogar as espécies da fauna e flora regionais.

Mahony chama a atenção para o intrigante fato da quase ausência de menção ao plantio do cacau. Maximiliano não menciona ter visto árvores isoladas ou plantações, von Spix e von Martius mencionam apenas algumas poucas plantações. Os cientistas alemães foram hóspedes de Ferreira Câmara em Minas, antes da viagem para o sul baiano. Ferreira Câmara deu-lhes notícias do próspero começo da lavoura cacauzeira na comarca de São Jorge dos Ilhéus, principalmente na vila de Camamu.<sup>(11)</sup>

Porém, se é certo que os jesuítas plantaram cacau em suas fazendas antes de 1760 e que oficiais da coroa portuguesa realizaram sua propaganda no litoral da comarca de São Jorge dos Ilhéus em 1780 e 1800, de Cairú a Canavieiras, e que a Bahia realmente exportou 900 quilos em 1778 e mais de duas toneladas em 1798<sup>(12)</sup>, necessariamente deveria haver

um número razoável de plantações, quando von Spix e von Martius visitaram o sul baiano.

Outra indicação de significativo desenvolvimento econômico do período, quando da visita dos naturalistas, refere-se ao crescimento populacional da comarca em relação às décadas anteriores. A população da vila dos Ilhéus e seus arredores havia dobrado de número, entre a metade do século XVIII e 1815.<sup>(13)</sup> Após a Independência, o município passou a, cada vez mais, contribuir com as rendas provinciais. Ao final do século XIX, havia se tornado um dos principais suportes da economia baiana. Essa mudança deu-se através de um processo gradual, inicialmente de uma economia agrária diversificada, seguida de um crescimento concentrado na lavoura cacaeira.

Nos anos seguintes à Independência, o cultivo da mandioca e a extração de madeira e piaçava continuaram a ser as principais atividades econômicas. Aos poucos, o açúcar, o café e o cacau começaram a atrair novos investimentos e estimularam o crescimento econômico. Segundo comunicação do Juiz de Paz João Ribeiro de Vasconcellos ao presidente da Província, em 1834, “esta vila sendo antiga na sua descoberta contudo é muito nova no seu adiantamento”.<sup>(14)</sup>

A expansão da fronteira agrícola do município foi iniciada no período da Independência, com a construção de engenhos e serrarias nas sesmarias concedidas a oeste da zona de povoamento. Aos plantios iniciais de cana-de-açúcar foram agregados os de café e cacau.

O grupo de colonos alemães trazidos por Weyll, logo após a chegada e instalação às margens do Cachoeira, iniciaram o cultivo comercial do cacau, com mudas do Almada, cereais e um pouco de café. Eles muito provavelmente estavam cientes do crescimento do comércio de chocolate na Europa e investiram, antes, no cacau, do que nas lavouras tradicionais da Bahia.

Gradualmente, a fronteira começou a ser dominada pelas plantações de cacau, expandindo-se para a área dos atuais municípios de Itabuna e Buerarema, na bacia do Cachoeira,

e os de Uruçuca e Itajuípe, na bacia do Almada. A construção de novas serrarias e engenhos havia cessado na metade do século XIX. Apesar da produção de açúcar e aguardente não ter sido interrompida, a partir dessa época, os capitais eram investidos nas plantações de cacau da fronteira.

Conforme a tabela abaixo indica, o cacau tornou-se, no século XIX, a lavoura com maior crescimento econômico em Ilhéus. Mesmo não compreendendo a metade das exportações anuais, o cacau era o produto que mais se desenvolvia na pauta de exportação local e suas plantações eram maiores do que qualquer outro gênero produzido pelo município de São Jorge dos Ilhéus. Na segunda metade do século XIX, a produção anual de cacau correspondia a mais de 48% das exportações, o café a aproximadamente 5%, enquanto o açúcar, a madeira e outros produtos, juntos, correspondiam a 46% da produção municipal.

**Mercadorias Exportadas para Salvador  
(Município de São Jorge dos Ilhéus)  
(1866 / 1887)<sup>(15)</sup>**

<b>Mercadoria</b>	<b>Mercadoria (%)</b>
Cacau	48,7
Madeira	15,2
Açúcar e Aguardente	13,4
Piaçava	6,5
Arroz e Feijão	6,2
Café	5,2
Farinha	4,8
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

Em consequência dessa expansão, nos meados do século XIX, havia três zonas agrícolas distintas no município de São Jorge dos Ilhéus, com uma lavoura predominante em cada uma delas. Uma primeira, próxima ao litoral e mais antiga, com a lavoura de subsistência e piaçava como prin-

cipais produtos. Uma segunda, que havia sido a fronteira até o início do século XIX, com madeira, açúcar e aguardente. A terceira, a oeste e mais recente, em que predominava o cacau, também plantado nas outras regiões ao lado das lavouras tradicionais.

A análise do Registro Eclesiástico de Terras mostra que o limite, em 1858, desloca-se definitivamente para o oeste do município. O povoamento das margens do Cachoeira havia atingido Ferradas, enquanto o do Almada chegava à altura do Banco do Pedro, atual distrito do município de São Jorge dos Ilhéus.<sup>(16)</sup>

O uso dessa fonte, onde estão catalogadas mais de duzentas e cinquenta propriedades, mostrou a existência de algumas com mais de uma légua em quadro, entre elas as pertencentes a José de Sá, Frederico Carlos de Sá, Ernesto de Sá, Cristiano Manoel de Sá, Cristiano Alexandre e Manoel Ascêncio d'El-Rei, Maria Amélia de Sá, João Dias Pereira Guimarães, José Antonio Guimarães Bastos, Pedro Cerqueira Lima, Martinho Sellmann, Fortunato Pereira Gallo, Louis Gaston Lavigne e Antonio Aguiar e Silva. Ao longo da lagoa Encantada, existiam oito grandes propriedades e as dez léguas de terra às margens do Itaípe pertenciam, em comum, a cerca de duzentos indivíduos e famílias.<sup>(17)</sup>

Com o fim da disponibilidade de terras devolutas próximas ao litoral, a fronteira expandia-se mais e mais em busca das melhores terras para o plantio do cacau, principalmente nas zonas de Água Preta e Sequeiro do Espinho, atuais municípios de Uruçuca e Itajuípe. As margens do Cachoeira, entre o atual Banco da Vitória e a vila, estavam divididas em três sesmarias que permaneciam intactas. Por outro lado, as terras após o Banco da Vitória estavam divididas em pequenas propriedades, à exceção das pertencentes ao austríaco Steiger e a Antonio Ribeiro da Silva.

Os colonos alemães e outros lavradores fixados às margens do Cachoeira possuíam pedaços de terras entre os limites da sesmaria Vitória, da família Steiger, e a atual cidade de Itabuna. A maioria dessas propriedades era de pequeno

porte, variando entre dez e cem braças de frente, sendo o cacau a principal lavoura, plantado ao lado do café e da mandioca. A maior parte desses lavradores registravam suas terras sem definir especificamente o tamanho. Era comum o direito à posse de pedaços de uma propriedade chamados de ‘quinhões’, ‘sortes’ ou ainda ‘porções’ individuais ou em comum com outras pessoas.

Na década de 1860, quase todas as propriedades do município produziam algum cacau. Nesse período histórico, metade das propriedades produzia mais de um produto agrícola. Onde havia apenas uma lavoura, preferencialmente era de cacau, ou, quando havia duas lavouras, freqüentemente eram de cacau e mandioca.<sup>(18)</sup>

Ao lado da expansão agrícola, ocorreu o surgimento de novos povoados na zona rural, principalmente no final do século XIX. A maior parte desses povoados nasceu nas proximidades das grandes fazendas, quase todos às margens de algum curso d’água. Os povoados do Banco da Vitória e de Castelo Novo eram os mais importantes, devido à situação de seus portos fluviais, de onde escoavam para o porto de Ilhéus, ou mesmo diretamente para Salvador, as mercadorias produzidas na zona rural.

Com o contínuo povoamento das margens do Cachoeira, surge o arraial de Tabocas, situado entre o Banco da Vitória e Ferradas. Seus primeiros habitantes foram pequenos agricultores, a maioria migrantes sergipanos. Inicialmente um simples pouso de tropas, Tabocas tornou-se um importante centro de compra e venda de cacau por sua localização estratégica. O povoado era um natural ponto de convergência entre o interior e o porto do Banco da Vitória.

Aos poucos, não somente aumentava o número de lavradores de cacau na fronteira oeste, como os agricultores das outras áreas haviam transformado as serrarias e engenhos em fazendas de cacau. As serrarias e engenhos anteriormente ativos estavam abandonados, alguns em ruínas, e cada vez mais distantes do interesse de seus proprietários. A produção de açúcar, aguardente, madeira e farinha não se extin-

guiu, mas estava limitada à demanda local, enquanto o cacau era o produto para exportação, por excelência.

O cacau foi a única lavoura do sul baiano, cujo crescimento deu-se em uma região específica da província. O açúcar era principalmente produzido no recôncavo, mas o foi também no norte e no sul da Bahia. O fumo, outra lavoura do recôncavo, era plantado fora da área da baía de Todos os Santos. O café era predominante ao sul do recôncavo e extremo-sul da Bahia. O algodão e a pecuária predominavam no oeste e norte da Bahia. A Chapada Diamantina teve como concorrente na produção de diamantes, as minas do córrego do Salobro, em Canavieiras. A madeira, por sua vez, era explorada no sul e no norte da Província baiana.

A lavoura cacaueira estava inteiramente ligada a uma única região, o sul da Bahia. Nessa região, o solo, clima, vegetação, recursos hídricos e índice pluviométrico formavam um ecossistema perfeito para o cultivo do cacau.

A primeira exportação do cacau baiano data do século XVIII, contudo, uma estatística regular não ocorre antes de 1834/35. A maior parte da produção cacaueira era gerada pelo município de São Jorge dos Ilhéus, um dos núcleos primitivos do plantio, ao lado de Camamu, Cairú e Canavieiras.

### **Exportação de Cacau do Município de S. J. dos Ilhéus ( Século XIX )<sup>(19)</sup>**

<b>Ano</b>	<b>Toneladas</b>	<b>Incremento ( %)</b>
1830	26	—
1840	103	296
1850	299	190
1860	570	91
1870	1.196	110
1880	1.510	26
1890	3.503	131

O constante aumento da demanda externa valorizou o preço do cacau e sua contribuição para as rendas provinciais dependia de uma combinação entre colheita e preço no mercado. De acordo com Braz do Amaral, o cacau baiano havia nascido ao lado da indústria do chocolate.<sup>(20)</sup>

A lavoura cacaeira foi, em parte, favorecida pela crise da mão-de-obra, do capital e das condições do mercado internacional do açúcar, na segunda metade do século XIX. A proibição do tráfico atlântico de escravos, em 1850, o crescimento de seu comércio interprovincial e a gradual Abolição fizeram da mão-de-obra escrava uma mercadoria cara e escassa.

Os escravos dos proprietários municipais foram inclusive utilizados no processo de emancipação política da vila de São Jorge dos Ilhéus. No ano de 1873, foi criada uma Junta de Emancipação composta pelo presidente da Câmara Municipal Joaquim Pereira Caldas, pelo promotor público Antonio de Souza Pitanga e pelo coletor das Rendas Gerais, Domingos Adami de Sá. Essa junta tinha, entre seus trabalhos, o de classificação dos escravos doados para a formação do fundo de emancipação.<sup>(21)</sup>

A captura de numerosos navios negreiros baianos pela marinha inglesa e os baixos preços do açúcar brasileiro descapitalizaram os senhores de engenho do recôncavo. Os engenhos necessitavam de um pesado investimento em sua infra-estrutura, com um retorno altamente duvidoso.

O potencial econômico do cacau começou a partir da década de 1860. Ao final desse período, o produto representava cerca da metade das exportações locais. O governo baiano mostrava-se esperançoso com o aumento da produção. Em documento oficial de 1869, o presidente da província menciona o cacau como um produto de significativo crescimento econômico, cujo valor para as exportações baianas somente poderia aumentar, visto ser uma de suas lavouras mais vantajosas.<sup>(22)</sup>

Com o incremento da lavoura cacaeira e sua consolidação como fonte econômica, a região onde era cultivado pas-

sou a atrair um contingente populacional de diversas origens. Europeus capitalistas e proletários, no início do século XIX, e migrantes nordestinos, chegados principalmente em incílios do século XX, transformaram-se em fazendeiros de cacau. Esse grupo social estabeleceu um novo ritmo na vida municipal e, com o passar do tempo, rasgaram a fronteira agrícola a oeste.

Com o gradativo aumento de seu poder aquisitivo, os migrantes e descendentes dos colonos europeus reforçam a oposição política à tradicional oligarquia dominada pela família extensa Sá, de origem capitalista e com íntimas ligações com o Império e o sistema escravista.

O domínio político é finalmente conseguido com a ascensão do ‘seabrismo’ na Bahia, em 1912, e a elevação do coronel Antonio Pessoa ao cargo de intendente, o que afasta a família Sá do poder municipal, após quase um século de dominação ininterrupta. A partir daí, o chamado ‘pessoísmo’ passa ostensivamente a implementar um discurso através da imprensa local e de obras históricas encomendadas, no qual o período anterior à República e a conseqüente importância política e econômica do grupo liderado pela família Sá foi sistematicamente esquecido.

A reprodução do ponto de vista dessas obras veio a trazer uma distorção na produção historiográfica regional, levando a um quadro incompleto do período da implementação comercial e de expansão da lavoura cacaeira.

## Notas de Referências

- (1) - SANTOS, J. L. dos. *Família e história: um estudo de caso e de uma questão*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1976. p. 92.
- (2) - Ibid. p. 100.
- (3) - MAHONY, M. A . *The world cacao made; society, politics and history in Southern Bahia, Brazil (1822-1919)*. Tese de doutorado apresentada a Universidade de Yale – EUA, 1996. p. 17.

- (4) - MAHONY, op. cit. p. 122.
- (5) - SILVA CAMPOS, J. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981. p. 192.
- (6) - FEBC, PCVC, Ilhéus, AO: d. Maria Vitória Mendes Cerqueira Lima v. Manoel Bernardo dos Santos e família (1897-1898).
- (7) - MAHONY, op. cit. p. 123-125.
- (8) - Ibid. p. 127.
- (9) - WIED-NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. p. 335-340.
- (10) - VON SPIX e VON MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p.158.
- (11) - MAHONY, op. cit. p. 134.
- (12) - ACCIOLI, *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Anotado por Braz do Amaral, 5 v., Estado da Bahia, 1931. p. III: 160.
- (13) - MAHONY, op. cit. p. 138.
- (14) - APEB, SH, Juízes: Ilhéus. Maço 2395-1.
- (15) - BAHIA. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província da Bahia pelo excelentíssimo presidente da província, o comendador Manoel Pinto de Souza Dantas. 1/3/1866*. Bahia: Tipografia de Tourinho & Cia., 1866. Também APEB, SH. Juízes: Ilhéus. Maço 2 400. Antonio Gomes Vilaça.
- (16) - APEB. Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus
- (17) - APEB, SH, Juízes, Ilhéus. Luiz Jacinto Verge de Abreu, Juiz Municipal e de Órfãos ao Presidente da Província, 28/11/1860.
- (18) - MAHONY, op. cit. p. 271.
- (19) - Ibid. p. 190.
- (20) - AMARAL, L. *História geral da agricultura brasileira*. 3 v. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939. p.II: 380.
- (21) - APEB, Atas de Emancipação. Câmara de Ilhéus. 1/6/1873.
- (22) - Bahia. *Relatório que apresentou à Assembléia Legislativa da Bahia o exmo. Senhor Barão de São Lourenço, Presidente da mesma Província em 11 de abril de 1869*. Salvador: Tipografia de J. G. Tourinho, 1869.

## Fontes Manuscritas

### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB)**

Seção Judiciária – Inventários, Ilhéus – século XIX

Livro do Registro Eclesiástico de São Jorge dos Ilhéus (1857)

### **ACERVO DA DIOCESE DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS**

Livro do Registro de Casamentos de São Jorge dos Ilhéus (1857-1892)

### **ACERVO DO FORUM EPAMINONDAS BERBERT DE CASTRO**

Processos de Terra – Ações de Demarcação

### **ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA ADAMI DE SÁ**

Escritura da Sesmaria Castelo Novo (1818)

Autos do Processo da Sesmaria Castelo Novo (1899)

## Fontes Hemerográficas

### **ACERVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA REGIONAL / UESC**

Coleção Gazeta de Ilhéos (1901-1904)

Coleção Jornal de Ilhéos (1912)

## Fontes Orais

Antônio Francisco Leal Lavigne de Lemos

Gilberto Homem d'El-Rei

Henrique Weyll Cardoso e Silva

Hernani Lopes de Sá Filho

Itassucê Leite Sá Barretto

Maria Catharina Lavigne de Lemos  
Mário de Castro Pessoa  
Pedro Scola Homem d'El-Rei  
Raymundo Pacheco Sá Barretto  
Victório Kruschewsky Badaró

# Bibliografia

ACCIOLI, I. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Anotado por Braz Amaral, 5 v. Estado da Bahia, 1931.

AMADO, G. *Grão de areia e estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1948.

AMADO, J. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, s/d.

\_\_\_\_\_. *São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

\_\_\_\_\_. *Gabriela, cravo e canela*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

AMARAL, B. *História da Bahia, do império a república*. Bahia, 1923.

AMARAL, L. *História geral da agricultura brasileira*. 3 v. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

ANDRADE, M. P. *Ilhéus, passado e presente*. Salvador: Egba, 1996.

ASMAR, S. R. *Economia da microrregião cacauzeira*. Ilhéus: Bahia, 1986.

BAIARDI, A. *A subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984.

BERBERT DE CASTRO, E. *Formação econômica e social*

- de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.
- BERBERT DE CASTRO, R. *Hulha Branca*. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Sousa, 1945.
- BONDAR, G. *A cultura de cacao na Bahia*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- BORDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Economia das trocas simbólicas*. Coleção Estudos, v. 20. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BORGES DE BARROS, F. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.
- CALDEIRA, C. *Fazendas de cacau na Bahia*. Documentário da Vida Rural n. 7. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954.
- CALMON, M. *Notas acerca da produção e comércio do cacau*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1917.
- CEPLAC. Diagnóstico sócio-econômico da região cacaueira. *História econômica e social da região cacaueira*. Ilhéus: CEPLAC, 1975.
- COSTA, J. P. *Terra, suor e sangue*. Salvador: Egba, 1995.
- DAHL, R. *A moderna análise política*. Rio de Janeiro: Lidador, 1970.
- DANTAS DE ANDRADE, J. *Dicionário histórico ilustrado de Itabuna*. Itabuna: Proplan, 1986.
- DOWDEN, K. *Os usos da mitologia grega*. São Paulo: Papirus, s/d.
- FALCON, F. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá, 1995.
- FAORO, R. *Os donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- FARHAT, E. *O genro, o grande culpado*. Salvador: Diário de Notícias, 1946.
- FARIA, S. de C. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA CÂMARA, M. *Ensaio de descrição física e econômica da Comarca de São Jorge dos Ilhéus*. Memórias Econômicas da Academia das Ciências de Lisboa. v. 1. 1789.

- FILHO, A. *Sul da Bahia, chão de cacau*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio, s/d.
- GARCEZ, A. N. R. *Mecanismos de formação de propriedade cacauífera no eixo Ilhéus- Itabuna (1890-1930)*. Salvador, 1977. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.
- \_\_\_\_\_. & GUERREIRO DE FREITAS, A. F. *Bahia cacauífera: um estudo de história recente*. Salvador: Centro Editorial da Ufba, 1979.
- GUERREIRO DE FREITAS, A. F. *Os donos dos frutos de ouro*. Salvador, 1979. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.
- HÉRITIER, F. Parentesco. Enciclopédia Einaudi. v. 20. *Parentesco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.
- JEQUIÉ. *Jequié, síntese histórica e informativa*. Jequié: Prefeitura Municipal, 1992.
- LAVIGNE, E. G. *Cultura e regionalismo cacauífera*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1967.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, s/d.
- LIPPIELLO, S. *Ilhéus, análise de uma cultura*. Itabuna: Colorpress, 1996.
- MACEDO, J. R. de. & RIBEIRO, A. L. R. *Ilhéus: tempo, cultura e espaço*. Itabuna: Gráfica Editorial Agora, 1999.
- MAHONY, M. A. *The world cacao made: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil (1822-1919)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Yale – EUA, 1996.

- MATTOSO, K. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, s/d.
- NETO, F. *Crime e comunidade cacauera*. Salvador: Editora Salvador, 1984.
- PANG, E. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PALACÍN, L. G. *Coronelismo no extremo-norte de Goiás*. Goiânia-G0: CEGRAF, São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- PEREIRA FILHO, C. *Ilhéus, terra do cacau*. Rio de Janeiro: Andes, 1959.
- PESSOA, J. G. da F. *A oligarquia do Ceará*. Rio de Janeiro: s/ed., 1910.
- RASFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REDFIELD, R. *The little community, peasant and culture*. Chigaco: University of Chigaco Press, 1960.
- REIS, J. J. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, s/d.
- RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. Coleção Temas Brasileiros 40. Brasília: Unb, 1988.
- ROMERO, S. *As oligarquias e sua classificação*. In: Provoações e Debates. Porto: Livraria Chandron de Lello & Irmãos, 1910.
- RONCAYOLO, M. Região. Enciclopédia Einaudi, *Território*. v. 8. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- ROSA DA SILVA, O. *Os homens do cacau*. São Paulo, 1975. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo.
- SALES, F. *Memória de Ilhéus*. São Paulo: GRD, Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.
- SAMARA, E. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SELIGSOHN, O. *Cacau da Bahia, cultura e problemática*. Salvador: IPESA, s/d.
- SILVA CAMPOS, J. *Crônica da capitania de São Jorge dos*

- Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
- SOUZA BRITO, R. *O livro de Ilhéos*. Rio de Janeiro: Tipografia Linconl, 1923.
- SOUZA, F. B. S. de. *O sistema eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, s/d.
- SOUZA, T. de. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: José Olímpio; Biblioteca do Exército, 1974.
- SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- TAVARES, pe. J. da S. *O comércio de cacau particularmente no Estado da Bahia*. Bahia, 1913.
- VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo, 1938.
- VIEIRA AGUIAR, D. *Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.
- WIED-NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.
- WOLF, E. R. *Parentesco, amizade e relação patrono-cliente em sociedades complexas*. Caderno de Antropologia. v. 7. Brasília: Unb, 1974.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, Brasília: EdUnb, 1995.
- WOORTMANN, K. *Reconsiderando o parentesco*. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- ZEHNTNER, L. *Le cacaoyer dans l'état de Bahia*. Berlin: Verlag von R. Friedlander & Sonh, 1914.

# Anexo

## **Lista dos Presidentes da Câmara Municipal de São Jorge dos Ilhéus**

**(Século XIX)**

- 1857- Brigadeiro José de Sá B. Câmara
- 1860- Egídio Luiz de Sá B. Câmara
- 1863- João Batista Homem d'El-Rei
- 1871- Joaquim Pereira Caldas
- 1879- Domingos Lopes da Silva
- 1881- Cristiano Alexandre Homem d'El-Rei
- 1883- Maximiliano Francisco do Amaral
- 1886- Sebastião Egídio de Lemos
- 1887- Tenente-coronel Joaquim Ferreira de Paiva
- 1890- José Carlos de Sá Adami
- 1890- Adriano Lopes Vilasboas

## **Lista dos Intendentes Municipais de São Jorge dos Ilhéus**

**(República Velha)**

- 1890- João Batista de Sá e Oliveira
- 1891- Tenente-coronel Joaquim Ferreira de Paiva
- 1894- Manuel Ascêncio Hohlenwerger Homem d'El-Rei
- 1896- Ernesto de Sá B. Câmara
- 1900- Antonio Pessoa da Costa e Silva
- 1900- Ernesto de Sá B. Câmara
- 1904- Domingos Adami de Sá
- 1908- João Cavalcanti Mangabeira
- 1910- Artur Lavigne de Lemos (Interino)

- 1912- Artur Lavigne de Lemos
- 1912- Antonio Pessoa da Costa e Silva
- 1912- Manoel Misael da Silva Tavares (Interino)
- 1914- Virgílio Calasans de Amorim (Interino)
- 1916- Manoel Misael da Silva Tavares
- 1920- Domingos Fernandes da Silva (Interino)
- 1920- Eustáquio de Souza Bastos
- 1924- Mário Pessoa da Costa e Silva
- 1928- Durval Olivieri
- 1930- Eusínio Gaston Lavigne (Prefeito)

